DANIEL NEVES PEREIRA

A ATUAÇÃO DOS *INSIDER ACTIVISTS* NA CONCRETIZAÇÃO DOS DIREITOS HUMANOS: DO IMPULSO ÉTICO À AÇÃO POLÍTICA NO CASO DO PRESÍDIO CENTRAL DE PORTO ALEGRE

CANOAS, 2026

DANIEL NEVES PEREIRA

A ATUAÇÃO DOS *INSIDER ACTIVISTS* NA CONCRETIZAÇÃO DOS DIREITOS HUMANOS: DO IMPULSO ÉTICO À AÇÃO POLÍTICA NO CASO DO PRESÍDIO CENTRAL DE PORTO ALEGRE

Dissertação apresentada ao Mestrado em Direito e Sociedade da Universidade LaSalle

Orientação: Prof. Dr. Hilbert Maximiliano Akihito Obara

CANOAS, 2026

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

P436a Pereira, Daniel Neves.
A atuação dos *insider activists* na concretização dos direitos humanos [manuscrito] : do impulso ético à ação política no caso do Presídio Central de Porto Alegre / Daniel Neves Pereira – 2026.
117 f.; 30 cm.

Dissertação (mestrado em Direito) – Universidade La Salle, Canoas, 2026.
"Orientação: Prof. Dr. Hilbert Maximiliano Akihito Obara".

1. Direitos humanos. 2. Sistema prisional. 3. Presídio Central de Porto Alegre. 4. Comissão Interamericana de Direitos Humanos. I. Obara, Hilbert Maximiliano Akihito. II. Título.

CDU: 343.81(816.5)

Bibliotecária responsável: Michele Padilha Dall Agnol de Oliveira - CRB 10/2350

UNIVERSIDADE LaSalle

Credenciamento: Portaria Nº 597/2017 de 5/5/2017, D.O.U de 8/5/2017

DANIEL NEVES PEREIRA

A ATUAÇÃO DOS INSIDER ACTIVISTS NA CONCRETIZAÇÃO DOS DIREITOS HUMANOS: DO IMPULSO ÉTICO À AÇÃO POLÍTICA NO CASO DO PRESÍDIO CENTRAL DE PORTO ALEGRE

Dissertação **aprovada** para obtenção do título de mestre, pelo Programa de Pós-Graduação em Direito, da Universidade La Salle.

BANCA EXAMINADORA

_____
Prof. Dr. Jayme Weingartner Neto
Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul

_____
Prof. Dr. José Alberto Antunes de Miranda
Universidade La Salle, Canoas/RS

_____
Prof. Dr. Diógenes Vicente Hassan Ribeiro
Universidade La Salle, Canoas/RS

_____
Prof. Dr. Hilbert Maximiliano Akihito Obara
Orientador e Presidente da Banca - Universidade La Salle, Canoas/RS

Área de concentração: Direito

Curso: Mestrado em Direito

Canoas, 6 de julho de 2026.

Clicksign 1176f38c-da7d-4c34-b6e8-9cbc85587419

AGRADECIMENTOS

À minha esposa, Alessandra, e aos meus filhos, João Vicente e Pedro Henrique, pelo amor, compreensão e apoio durante todo este percurso. A elaboração de uma dissertação exige tempo, estudo e ausências. Obrigado por compreenderem e estarem ao meu lado.

Ao meu orientador, Professor Doutor Hilbert Maximiliano Akihito Obara, pela amizade, pela orientação segura e rigor acadêmico e pela generosidade intelectual ao longo da construção deste trabalho.

Ao Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul, por propiciar e estimular a qualificação de seus magistrados, compreendendo que o aperfeiçoamento acadêmico de seus membros também contribui para o fortalecimento institucional do Poder Judiciário e para a melhoria da prestação jurisdicional.

À AJURIS, Associação dos Juízes do Rio Grande do Sul, instituição da qual tenho a honra de exercer a Presidência no biênio 2026-2027. Instituição que integra a história da magistratura gaúcha e que, no caso do Presídio Central de Porto Alegre, teve atuação decisiva na defesa dos direitos humanos e da dignidade das pessoas privadas de liberdade. O sucesso obtido nesse caso demonstra a relevância de uma magistratura comprometida não apenas com a aplicação formal da lei, mas também com a transformação concreta de realidades incompatíveis com a dignidade humana.

Aos colegas Sidinei Brzuska, Gilberto Schäfer, Paulo Augusto Oliveira Irion e Mariana Bezerra Salamé, que generosamente concederam entrevistas para esta pesquisa. Além de grandes colegas de magistratura, são protagonistas da trajetória aqui estudada. São, em sentido pleno, os *insider activists* descritos neste trabalho: agentes públicos que, a partir de dentro das instituições, recusaram a naturalização da indignidade, mobilizaram saberes, redes e responsabilidades e contribuíram para a concretização dos direitos humanos no sistema prisional. A eles, como sociedade, devemos sincero reconhecimento e gratidão.

Aos professores do curso de Mestrado, pelos ensinamentos, pela dedicação e pelo compartilhamento de conhecimentos fundamentais para o amadurecimento desta pesquisa.

Aos colegas do Mestrado, pela convivência, pelas trocas, pelo apoio e pela amizade construída ao longo desta caminhada.

A todos que, direta ou indiretamente, contribuíram para a realização deste trabalho, meu muito obrigado.

RESUMO

A presente dissertação analisa o impacto da atuação dos *insider activists* na construção e na efetivação dos direitos humanos em contextos de violação estrutural, a partir do estudo de caso do Presídio Central de Porto Alegre perante a Comissão Interamericana de Direitos Humanos. Parte-se da constatação de que a positivação de direitos humanos em tratados, constituições, leis e decisões judiciais não assegura, por si só, sua concretização, especialmente em espaços marcados por invisibilidade social, naturalização da violência e baixa capacidade de incidência política dos sujeitos diretamente afetados. A pesquisa adota abordagem qualitativa, com método hipotético-dedutivo, análise bibliográfica, documental e empírica, incluindo entrevistas semiestruturadas com magistrados que participaram da atuação institucional relacionada ao caso. O marco teórico articula a perspectiva crítica dos direitos humanos de Joaquín Herrera Flores, a noção de impulso ético de Rita Segato, a teoria da ação comunicativa de Jürgen Habermas e a teoria da luta por reconhecimento de Axel Honneth. A partir desse referencial, sustenta-se que a concretização dos direitos humanos pode ser compreendida como um processo que se inicia no impulso ético diante da injustiça naturalizada, passa pela ação comunicativa orientada à construção de consensos, avança para a luta por reconhecimento fundada no conflito legítimo quando as vias internas se mostram insuficientes e alcança uma etapa de concretização provisória e monitoramento contínuo. O caso do Presídio Central demonstra que a atuação dos *insider activists* foi decisiva para transformar uma violação historicamente conhecida em problema público, institucional e internacional, mobilizando documentos, laudos, decisões judiciais, imprensa, entidades da sociedade civil e o Sistema Interamericano de Direitos Humanos. Conclui-se que esses atores podem impactar positivamente a efetivação dos direitos humanos porque ocupam posição estratégica entre a experiência concreta da violação e os mecanismos institucionais de resposta, embora sua atuação não substitua a participação da sociedade civil, a escuta das pessoas privadas de liberdade e o controle público permanente.

Palavras-chave: direitos humanos; *insider activists*; sistema prisional; Presídio Central de Porto Alegre; Comissão Interamericana de Direitos Humanos.

ABSTRACT

This dissertation analyzes the impact of insider activists on the construction and enforcement of human rights in contexts of structural violation, based on the case study of the Porto Alegre Central Prison before the Inter-American Commission on Human Rights. It starts from the premise that the formal recognition of human rights in treaties, constitutions, laws and judicial decisions does not, by itself, ensure their concrete realization, especially in spaces marked by social invisibility, the naturalization of violence and the limited political agency of those directly affected. The research adopts a qualitative approach, with a hypothetical-deductive method, and combines bibliographical, documentary and empirical analysis, including semi-structured interviews with judges who participated in institutional action related to the case. The theoretical framework connects Joaquín Herrera Flores's critical perspective on human rights, Rita Segato's notion of ethical impulse, Jürgen Habermas's theory of communicative action and Axel Honneth's theory of the struggle for recognition. From this framework, the dissertation argues that the enforcement of human rights may be understood as a process that begins with an ethical impulse in the face of naturalized injustice, proceeds through communicative action oriented toward consensus-building, moves toward a struggle for recognition grounded in legitimate conflict when internal avenues prove insufficient, and reaches a stage of provisional realization and continuous monitoring. The case of the Porto Alegre Central Prison shows that the action of insider activists was decisive in transforming a historically known violation into a public, institutional and international issue, mobilizing documents, technical reports, judicial decisions, the press, civil society organizations and the Inter-American Human Rights System. The dissertation concludes that insider activists can positively affect the enforcement of human rights because they occupy a strategic position between the concrete experience of violation and institutional response mechanisms, although their action does not replace civil society participation, the listening of persons deprived of liberty and permanent public oversight.

Keywords: human rights; insider activists; prison system; Porto Alegre Central Prison; Inter-American Commission on Human Rights.

RESUMEN

La presente disertación analiza el impacto de la actuación de los insider activists en la construcción y efectivización de los derechos humanos en contextos de violación estructural, a partir del estudio de caso del Presidio Central de Porto Alegre ante la Comisión Interamericana de Derechos Humanos. Se parte de la constatación de que la positivación de los derechos humanos en tratados, constituciones, leyes y decisiones judiciales no garantiza, por sí sola, su realización concreta, especialmente en espacios marcados por invisibilidad social, naturalización de la violencia y baja capacidad de incidencia política de los sujetos directamente afectados. La investigación adopta un enfoque cualitativo, con método hipotético-deductivo, análisis bibliográfico, documental y empírico, incluyendo entrevistas semiestructuradas con magistrados que participaron en la actuación institucional relacionada con el caso. El marco teórico articula la perspectiva crítica de los derechos humanos de Joaquín Herrera Flores, la noción de impulso ético de Rita Segato, la teoría de la acción comunicativa de Jürgen Habermas y la teoría de la lucha por el reconocimiento de Axel Honneth. A partir de este marco, se sostiene que la efectivización de los derechos humanos puede comprenderse como un proceso que se inicia en el impulso ético frente a la injusticia naturalizada, pasa por la acción comunicativa orientada a la construcción de consensos, avanza hacia la lucha por el reconocimiento fundada en el conflicto legítimo cuando las vías internas se muestran insuficientes y alcanza una etapa de concretización provisional y monitoreo continuo. El caso del Presidio Central demuestra que la actuación de los insider activists fue decisiva para transformar una violación históricamente conocida en un problema público, institucional e internacional, movilizando documentos, informes técnicos, decisiones judiciales, prensa, entidades de la sociedad civil y el Sistema Interamericano de Derechos Humanos. Se concluye que estos actores pueden impactar positivamente la efectivización de los derechos humanos porque ocupan una posición estratégica entre la experiencia concreta de la violación y los mecanismos institucionales de respuesta, aunque su actuación no sustituye la participación de la sociedad civil, la escucha de las personas privadas de libertad y el control público permanente.

Palabras clave: derechos humanos; insider activists; sistema penitenciario; Presidio Central de Porto Alegre; Comisión Interamericana de Derechos Humanos.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....9
2 A CONSTRUÇÃO DOS DIREITOS HUMANOS A PARTIR DA PERSPECTIVA DA TEORIA CRÍTICA.....15
2.1 A perspectiva tradicional de Direitos Humanos 15
2.2 Da lei e da moral ao impulso ético 21
2.3 Do impulso ético à ação política (ação comunicativa e à ação social) com foco nos ativistas de direitos humanos e *insider activists* 25
3 O IMPULSO ÉTICO A PARTIR DO CASO DO PRESÍDIO CENTRAL DE PORTO ALEGRE 35
3.1 O histórico de violações de direitos humanos no Presídio Central 37
3.2 O impulso ético dos *insider activists* 44
3.2.1 Entrevistas com os *insider activists* do caso do Presídio Central.....45
3.2.1.1 Sidnei Bruzuska 47
3.2.1.2. Gilberto Schafer 51
3.2.1.3 Paulo Augusto Oliveira Irion 55
3.2.2 O nascimento do impulso ético a partir dos relatos dos *insider activists*.....58
4 A AÇÃO POLÍTICA NO DO CASO DO PRESÍDO CENTRAL DE PORTO ALEGRE 62
4.1 Primeiras decisões judiciais e administrativas no âmbito interno 62
4.2 A ação política dos *insider activists* 66
4.2.1 Denúncia à sociedade das condições do Presídio Central.....70
4.2.2 A petição perante a Comissão Interamericana de Direitos Humanos 73
4.3 O monitoramento das medidas adotadas pelo Estado Brasileiro para a solução das violações de direitos humanos no Presídio Central.....84
5 CONCLUSÃO.....91
6 REFERÊNCIAS 100
7 ANEXOS 107

1 INTRODUÇÃO

Inserido na área de concentração Direito e Sociedade e na linha de pesquisa Efetividade do Direito na Sociedade, o presente estudo examina o impacto da atuação dos *insider activists* na construção e na efetivação dos direitos humanos, com especial atenção ao caso do Presídio Central de Porto Alegre perante a Comissão Interamericana de Direitos Humanos.

A pesquisa parte da ideia central de que, embora os direitos humanos sejam tradicionalmente compreendidos como direitos universais atribuídos a todos os seres humanos, sua existência formal em declarações, tratados, constituições e leis não assegura, por si só, sua concretização. A experiência histórica demonstra que há uma distância persistente entre o reconhecimento normativo dos direitos e sua efetividade social. Essa distância torna-se ainda mais evidente em contextos de violação estrutural, nos quais a permanência da injustiça revela os limites das respostas institucionais ordinárias e a insuficiência de uma compreensão meramente formalista dos direitos humanos.

No campo prisional, essa tensão assume contornos especialmente graves. A pessoa privada de liberdade, embora submetida à custódia estatal, continua titular de direitos fundamentais e humanos. O Estado, ao retirar legitimamente a liberdade de locomoção de alguém, assume também o dever jurídico de preservar sua vida, sua integridade física e psíquica, sua saúde, sua dignidade e condições mínimas de existência. Quando o próprio espaço estatal de custódia se converte em ambiente de degradação, violência, adoecimento e abandono, a violação deixa de ser episódica e passa a expressar uma falha estrutural do sistema jurídico e político.

O Presídio Central de Porto Alegre, atualmente denominado Cadeia Pública de Porto Alegre, representa um dos casos mais emblemáticos dessa contradição. Inaugurado em 1959, o estabelecimento passou, ao longo das décadas, por um processo progressivo de superlotação, precarização estrutural, insalubridade, ausência de assistência material suficiente, deficiências graves no atendimento à saúde, fragilização do controle estatal interno e submissão dos presos a condições incompatíveis com parâmetros mínimos de dignidade. A gravidade do quadro foi reconhecida por decisões judiciais, relatórios institucionais, inspeções, documentos administrativos, manifestações de entidades da sociedade civil e reportagens

jornalísticas. Em 2008, a CPI do Sistema Carcerário da Câmara dos Deputados chegou a classificar o Presídio Central como o pior estabelecimento prisional do país (CÂMARA DOS DEPUTADOS, 2008).

Apesar da existência de decisões judiciais e de providências administrativas ao longo dos anos, a situação permaneceu sem solução estrutural suficiente. Esse contexto revela que nem sempre a previsão normativa dos direitos, a atuação jurisdicional tradicional ou as medidas administrativas internas são capazes de produzir, isoladamente, a transformação de realidades consolidadas de violação de direitos humanos. Em determinadas circunstâncias, a efetivação desses direitos exige a combinação entre denúncia, articulação institucional, pressão pública, atuação perante sistemas internacionais de proteção e monitoramento contínuo das respostas estatais.

É nesse cenário que ganha relevância a atuação dos *insider activists*. O ativismo em direitos humanos costuma ser associado a movimentos sociais, organizações não governamentais e sujeitos que atuam externamente ao Estado, muitas vezes em oposição direta a ele. Todavia, a literatura contemporânea tem identificado formas de ativismo exercidas por agentes situados no interior de organizações e instituições, que se valem de sua posição, de seu conhecimento técnico, de seu acesso a informações e de sua legitimidade institucional para tensionar práticas estabelecidas e promover mudanças. Esses atores são identificados como *insider activists*.

No caso do Presídio Central de Porto Alegre, a atuação de magistrados, membros do Ministério Público, defensores públicos, advogados, entidades de classe e organizações da sociedade civil, reunidos em torno do Fórum da Questão Penitenciária, foi decisiva para transformar uma realidade há muito conhecida em uma pauta pública, institucional e internacional. A representação apresentada à Comissão Interamericana de Direitos Humanos, em 2013, não surgiu como ato isolado, mas como resultado de uma trajetória de inspeções, decisões, denúncias, articulações, produção documental e esgotamento das expectativas de solução pelas vias internas ordinárias (AJURIS *et al*., 2013a).

A partir dessa provocação, a Comissão Interamericana de Direitos Humanos concedeu a Medida Cautelar n. 8-13, determinando ao Estado brasileiro a adoção de providências voltadas à proteção da vida e da integridade das pessoas privadas

de liberdade, à melhoria das condições sanitárias, ao atendimento médico, à recuperação do controle estatal interno, à adoção de plano de contingência e à redução da superlotação (COMISSÃO INTERAMERICANA DE DIREITOS HUMANOS, 2013). O caso passou, então, a ser acompanhado em uma dinâmica de monitoramento internacional, com sucessivas manifestações dos peticionários, respostas estatais, inspeções e cobranças de cumprimento.

A escolha desse caso como objeto empírico da dissertação justifica-se por sua densidade institucional, jurídica e social. O Presídio Central permite observar, em um mesmo processo histórico, a existência de violações persistentes de direitos humanos, a insuficiência das respostas internas tradicionais, a articulação entre atores estatais e sociedade civil, a mobilização do Sistema Interamericano de Direitos Humanos e a adoção posterior de medidas estruturais de enfrentamento da crise. Ao mesmo tempo, o caso possibilita investigar a atuação específica de agentes internos ao Estado que, movidos por desconforto ético diante da realidade prisional, utilizaram sua condição funcional para impulsionar processos de transformação.

A pesquisa adota, como ponto de partida teórico, uma compreensão crítica dos direitos humanos. Nessa perspectiva, os direitos humanos não são tratados apenas como normas abstratas ou como declarações formais de validade universal, mas como processos históricos, políticos e sociais de luta por dignidade. A partir de Herrera Flores (2009), compreende-se que os direitos humanos devem ser analisados em sua dimensão concreta, vinculados às práticas sociais, aos conflitos, às resistências e às disputas por acesso aos bens necessários a uma vida digna. Essa leitura permite deslocar o foco da mera existência formal dos direitos para as condições reais de sua produção, defesa e efetivação.

Essa perspectiva crítica é complementada pela noção de impulso ético desenvolvida por Rita Segato (2006). A autora permite compreender que a transformação de realidades injustas não nasce apenas da lei ou da moral vigente, frequentemente marcadas por tendências conservadoras e por mecanismos de reprodução do *status quo*. A mudança surge, antes, de uma inquietação ética capaz de estranhar a normalidade estabelecida, recusar a naturalização da violência e impulsionar sujeitos e grupos à ação. No caso prisional, esse impulso ético manifesta-se quando atores institucionais deixam de aceitar como inevitável a

degradação das pessoas privadas de liberdade e passam a atuar para romper a inércia institucional.

Entretanto, o impulso ético, por si só, não transforma a realidade. Ele precisa converter-se em ação política. Para compreender esse movimento, a dissertação se baseia em dois referenciais teóricos centrais: a Teoria da Ação Comunicativa, de Jürgen Habermas, e a teoria da Luta por Reconhecimento, de Axel Honneth. Em Habermas, busca-se compreender a ação política orientada à construção de consensos racionais, à argumentação, à deliberação e à legitimação comunicativa das decisões. Em Honneth, examina-se a dimensão conflitiva da ação social, especialmente quando as expectativas legítimas de reconhecimento são frustradas e os sujeitos passam a buscar, por meio da luta, a superação de situações de desrespeito e exclusão.

A hipótese orientadora da pesquisa é a de que a atuação dos *insider activists* impacta positivamente a efetivação dos direitos humanos em contextos de violação estrutural, especialmente porque esses agentes possuem contato direto com o problema, conhecem a estrutura estatal que produz ou mantém a violação, têm acesso privilegiado a informações e autoridades, compreendem os mecanismos jurídicos e institucionais de responsabilização e possuem uma condição de fala qualificada perante os demais atores do sistema. Ao mesmo tempo, por integrarem o próprio Estado, esses atores ocupam uma posição ambivalente, já que estão dentro da estrutura que falha, mas podem utilizar essa posição para tensioná-la e provocar sua transformação.

A questão de pesquisa pode ser formulada nos seguintes termos: como atuação dos *insider activists* impactou a efetividade da defesa dos direitos humanos no sistema prisional, a partir do caso do Presídio Central de Porto Alegre perante a Comissão Interamericana de Direitos Humanos?

O objetivo geral da dissertação é analisar o impacto da atuação dos *insider activists* na solução de violações de direitos humanos no sistema prisional, a partir da perspectiva crítica dos direitos humanos e do estudo de caso do Presídio Central de Porto Alegre. Para alcançar esse objetivo, foram definidos três objetivos específicos: examinar a construção dos direitos humanos a partir de uma perspectiva crítica, com ênfase no impulso ético, na ação comunicativa e na luta por reconhecimento; reconstruir o histórico de violações de direitos humanos no Presídio

Central de Porto Alegre e identificar, a partir desse contexto, o surgimento do impulso ético que moveu determinados atores internos do sistema de justiça à inconformidade diante da degradação prisional; e demonstrar, no próprio estudo de caso, como esse impulso ético se converteu em ação política, inicialmente por meio de tentativas internas de enfrentamento institucional e, posteriormente, pela denúncia pública, pela articulação interinstitucional, pela petição perante a Comissão Interamericana de Direitos Humanos e pelo monitoramento contínuo das respostas adotadas pelo Estado brasileiro. Quanto à metodologia, a pesquisa é qualitativa, com método de abordagem hipotético-dedutivo e com análise bibliográfica, documental e empírica. A revisão bibliográfica concentra-se na teoria crítica dos direitos humanos, no debate sobre ativismo e *insider activism*, na Teoria da Ação Comunicativa de Jürgen Habermas e na Luta por Reconhecimento de Axel Honneth. A pesquisa documental envolve a análise de decisões judiciais, relatórios institucionais, peças processuais, documentos apresentados à Comissão Interamericana de Direitos Humanos, manifestações do Estado brasileiro, notícias jornalísticas e documentos produzidos por entidades envolvidas no caso. A dimensão empírica é complementada por entrevistas semiestruturadas com magistrados que participaram diretamente da pauta penitenciária e da atuação institucional relacionada ao Presídio Central, permitindo compreender os bastidores, as percepções, as estratégias e os limites enfrentados pelos atores envolvidos.

A dissertação está organizada em três capítulos, além da introdução e conclusão. Após um primeiro capítulo introdutório, o capítulo segundo desenvolve o marco teórico da pesquisa. Inicialmente, examina a perspectiva tradicional dos direitos humanos, especialmente sua consolidação no plano internacional após a Segunda Guerra Mundial e sua positivação em tratados, declarações e sistemas regionais de proteção. Em seguida, problematiza os limites dessa visão formalista, demonstrando que a efetividade dos direitos humanos depende de práticas sociais, disputas políticas e movimentos de transformação. O capítulo avança, então, para a análise da relação entre lei, moral e impulso ético, a partir de Rita Segato, e sustenta que a inquietação ética diante da injustiça constitui a força inicial que permite questionar ordens normativas e morais estabelecidas. Por fim, o capítulo articula esse impulso ético com a ação política, distinguindo a ação comunicativa, orientada à construção de consensos, e a ação social, marcada pela luta por reconhecimento,

para situar os ativistas tradicionais e os *insider activists* como agentes relevantes na construção e efetivação dos direitos humanos.

O terceiro capítulo inicia a análise empírica do caso do Presídio Central de Porto Alegre a partir da categoria do impulso ético. Em primeiro lugar, reconstrói o histórico de violações de direitos humanos no estabelecimento, demonstrando que a crise prisional não foi episódica, mas resultou de um processo prolongado de degradação estrutural, amplamente conhecido pelas instituições públicas e pela sociedade. Em seguida, examina a forma como esse quadro produziu, em determinados atores internos ao sistema de justiça, uma reação de inconformidade ética diante da naturalização da violência prisional. Para tanto, são incorporados relatos de experiência de magistrados que participaram diretamente da pauta penitenciária e da articulação institucional relacionada ao caso, permitindo compreender como o contato direto com a realidade do cárcere, a percepção da insuficiência das respostas ordinárias e a recusa em aceitar a degradação como inevitável constituíram o ponto de partida para a atuação dos *insider activists*.

O quarto capítulo analisa a transformação desse impulso ético em ação política. O capítulo parte das primeiras decisões judiciais e administrativas adotadas no âmbito interno, demonstrando que, embora tenham reconhecido a gravidade das violações, tais medidas não foram suficientes para produzir modificação na realidade de maneira estruturada e duradoura. Na sequência, examina a atuação política dos *insider activists*, especialmente por meio da denúncia pública das condições do Presídio Central, da mobilização da imprensa, da formação do Fórum da Questão Penitenciária, da articulação entre entidades institucionais e sociedade civil e da apresentação da petição perante a Comissão Interamericana de Direitos Humanos. Por fim, o capítulo aborda o monitoramento das medidas adotadas pelo Estado brasileiro, demonstrando que a atuação dos peticionários não se encerrou com a concessão das medidas cautelares, mas se prolongou em uma dinâmica de acompanhamento, fiscalização, cobrança e reavaliação das respostas estatais, inclusive após a inauguração da nova Cadeia Pública de Porto Alegre.

2. A CONSTRUÇÃO DOS DIREITOS HUMANOS A PARTIR DA PERSPECTIVA DA TEORIA CRÍTICA

2.1 A perspectiva tradicional de Direitos Humanos

Direitos Humanos são tradicionalmente conhecidos como aqueles direitos atribuíveis a todos pela simples razão de contemplarem a condição de seres humanos. Trata-se do resultado de um desenvolvimento histórico que remonta a leis esparsas de origem estatal que passaram a dar atenção ao bem-estar dos indivíduos, a partir das leis de guerra, reconhecimento de direitos individuais, direitos coletivos e, mais recentemente amplos direitos como os relativos a um meio ambiente saudável, direitos dos povos, direitos da natureza e dos animais. Os direitos humanos são resultado de uma constante caminhada, de um processo (HERRERA FLORES, 2009). Todavia, esse processo, não necessariamente significa evolução contínua. Há um constante embate entre movimentos de progressão de direitos no sentido da promoção das liberdades e do desenvolvimento do ser humano em contraposição com movimentos de retrocesso. E essa constante interação é justamente o que constitui o que Herrera Flores (2009) identificou como um processo, o qual merece ser analisado desde sua origem, de sua formação e, para tanto, propõe-se a utilização de uma perspectiva crítica, que vá além da mera constatação da realidade, da utilização da lógica instrumental e manutenção do *status quo*, para chegarmos à construção de sociedade “à luz de uma emancipação ao mesmo tempo possível e bloqueada pela lógica própria da organização social vigente” (HONNETH, 2009). Todavia, para se conseguir posicionar os direitos humanos a partir da perspectiva crítica, importante a compreensão da sua evolução histórica, em um primeiro, momento, para, então, passar-se à análise de quais as forças que levam à sua criação, bem como as forças envolvidas no processo de desenvolvimento e evolução.

Como antecedentes históricos do atual regime de direitos humanos, podemos apontar as primeiras leis que regularam o regime jurídico dos estrangeiros, acordos de reciprocidade entre Estados para proteção de bens e concessão de privilégios aos diplomatas, bem como leis de abolição da escravatura nos Estados Unidos e Europa entre os séculos XVIII e XIX e tratados de defesa das minorias adotados

pelos Estados das Ligas das Nações após a Primeira Guerra Mundial. Nestes tratados das minorias, os estados dominantes passaram a pressionar outros a respeitar o direito de certos grupos étnicos, nacionais ou religiosos minoritários entre seus habitantes (ALSTON; GOODMAN, 2013).

Após a vitória na Segunda Guerra, as potências aliadas encontraram a oportunidade de reformar o cenário internacional. Nesse contexto, consideram-se marcos fundadores do direito internacional dos direitos humanos a Carta de fundação da Organização das Nações Unidas de 1945, a Carta de Fundação do Tribunal de Nuremberg, entre 1945 e 1946 e a Declaração Universal dos Direitos Humanos de 1948 (REIS, 2006).

A Declaração Universal dos Direitos Humanos foi elaborada para refletir as crenças da Assembleia Geral da Organização das Nações Unidas sobre os direitos humanos. Sua linguagem pretensamente universal evidenciou as esperanças e o idealismo de um mundo libertado do jugo da Segunda Guerra Mundial (ALSTON; GOODMAN, 2013). Esta esperança e idealismo foram concebidos como uma resposta da humanidade contra os horrores da guerra e, com sucesso e limitações, vem cumprindo este papel. Com a Declaração Universal dos Direitos Humanos, o regime de direitos humanos ganha princípios bem delineados, que com o Pacto sobre Direitos Civis e Políticos e o Pacto sobre Direitos Econômicos, Sociais e Culturais, ambos de 1966 passaram a ser ainda mais concretos.

Ao lado dessa crescente concretude dos direitos humanos, diversos outros pactos foram sendo acrescentados ao regime como, dentre os quais Reis (2006) cita a Convenção Contra a Tortura e Outros Tratamentos e Penas Cruéis, Desumanas ou Degradantes, a Convenção Relativa ao Estatuto dos Refugiados, a Convenção Relativa aos Apátridas, a Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação da Mulher; a Convenção de Direitos da Criança; a Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação Racial, entre outros.

Além disso, foram sendo desenvolvidos dentro do regime de direitos humanos alguns sistemas estruturados de defesa desses direitos. Os sistemas regionais da Europa e Interamericano são exemplos dessa instrumentalização, que passa a prever formas de acesso dos indivíduos diretamente a ferramentas que permitem a busca da garantia e defesa de seus direitos humanos. Houve considerável avanço na “jurisdicionalização” dos direitos humanos, em especial pelos sistemas regionais

europeu e interamericano de proteção, os quais contam com tribunais permanentes, quais seja, a Corte Europeia e a Corte Interamericana de Direitos Humanos. (CANÇADO TRINDADE, 1997)

Os direitos humanos, como tradicionalmente concebidos pelos juristas no direito internacional têm sua base neste conjunto de normas que se consolidaram após a Segunda Guerra Mundial, com caráter universal, outorgados a todo ser humano apenas por contemplarem essa qualidade. Por essa visão tradicional, os direitos humanos são criados, concedidos e garantidos por pactos e convenções internacionais. No entanto, essa perspectiva ignora o fato de que os direitos humanos não surgem de maneira espontânea ou por mera benevolência estatal. Pelo contrário, são resultado de um processo político com capacidade de elevar algumas necessidades humanas ou posições jurídicas ao status de direitos humanos. Este processo político pode ser levado a cabo tanto pela imposição de um ideal liberalista, formalista e universalista, como pelo processo dinâmico de lutas sociais, resistências populares e pela busca por justiça em determinadas situações de violações de direitos.

Para a compreensão da origem, desenvolvimento, transformação e defesa dos direitos humanos, é imperioso que o pesquisador transcenda a mera linguagem formal extraída dos textos jurídicos e busque o seu verdadeiro conteúdo. Os diferentes documentos internacionais devem, dessa maneira, “ser abordados não de forma isolada ou compartimentalizada, mas relacionados uns aos outros” (CANÇADO TRINDADE, 1997), a fim de conferir aos direitos humanos a mesma hierarquia, independentemente de sua natureza, o que já indica uma tendência à necessidade de uma análise material do direito em si e não apenas conferir seu valor de acordo com a origem de seu instrumento, de seu caráter formal.

Essa ideia de uma análise material do direito se coaduna com uma percepção filosófica intersubjetiva da realidade, a partir da qual se identifica na viragem linguística a necessidade de se compreender os textos além do seu sentido formal, extrapolando as limitações do texto em si. A partir dessa viragem linguística “não é mais concebível que a linguagem esteja dissociada do homem e, por conseguinte, fora do limite temporal e local da sociedade no qual está inserido” (OBARA; OBARA, 2020). Neste contexto, a compreensão dos textos jurídicos demanda uma postura filosófica que transcenda tanto o paradigma da verdade objetiva com pretensões

universalizantes quanto os riscos de um relativismo absoluto. Essa forma de compreensão reconhece a linguagem não como uma simples manifestação formal ou decorrente da subjetividade individual, mas como uma necessária análise da história e da tradição a fim de se produzir sentidos para o presente e para o futuro. Trata-se da construção de uma racionalidade de natureza hermenêutico-filosófica que pressupõe uma relação dialética, baseada em uma filosofia sujeito-sujeito, que faz surgir a necessidade do agir comunicativo, ou seja, de se estabelecer consensos dentro do direto de forma racional e discursiva. Esta posição torna evidente por que a mera visão de direitos humanos como um “dever ser” universal e normativo é limitada quando confrontada com a realidade das sociedades contemporâneas, que ainda se depara com graves e maciças violações de direitos humanos (CANÇADO TRINDADE, 1997).

O processo histórico de afirmação e consolidação dos direitos humanos, embora tenha raízes em declarações e instrumentos jurídicos anteriores, ganhou impulso no cenário pós-Segunda Guerra Mundial. A partir de 1945, com a criação da Organização das Nações Unidas (ONU) e a adoção da Declaração Universal dos Direitos Humanos de 1948, consolidou-se um paradigma internacional baseado na universalidade e na indivisibilidade desses direitos (PIOVESAN, 2006). A universalidade fundamenta-se justamente no fato de que a condição humana é o único requisito para a titularidade de direitos, enquanto a indivisibilidade indica que direitos civis, políticos, econômicos, sociais, culturais e ambientais formam um conjunto interdependente.

Esse movimento de universalização levou à criação dos sistemas internacionais e regionais de proteção, como o europeu, o africano e o interamericano, cada qual com seus tratados, órgãos de supervisão e mecanismos de responsabilização estatal (NUNES; VETORAZZI, 2014). No caso do continente americano, a Organização dos Estados Americanos instituiu a Convenção Americana sobre Direitos Humanos (Pacto de San José, 1969), complementada pelo Protocolo de San Salvador (1988), que ampliou a proteção a direitos econômicos, sociais e culturais. Esses instrumentos são operacionalizados por dois órgãos centrais: a Comissão Interamericana de Direitos Humanos e a Corte Interamericana de Direitos Humanos, cuja atuação tem sido determinante na denúncia e no

enfrentamento de violações graves no continente americano (ZIERO; RODRIGUES, 2013).

No Brasil, a proteção internacional de direitos humanos ganhou nova densidade com a Constituição Federal de 1988, que incluiu expressamente a prevalência dos direitos humanos como princípio das relações internacionais (art. 4º, II). A partir desse marco, o país, ao aderir a tratados de direitos humanos, assume obrigações que, segundo interpretação consolidada no Supremo Tribunal Federal, possuem status supralegal, embora parte da doutrina, como Cançado Trindade e Piovesan (ZIERO; RODRIGUES, 2013), sustente que esses instrumentos tenham hierarquia constitucional ou até supraconstitucional.

Todavia, o avanço normativo convive com uma realidade marcada por violações persistentes, demonstrando que o reconhecimento formal não assegura, por si só, a efetividade dos direitos humanos. A experiência histórica revela que os sistemas internacionais atuam de forma subsidiária, acionados quando as instâncias internas falham, como evidenciam casos paradigmáticos no Brasil, a exemplo das medidas cautelares determinadas pela Comissão Interamericana relativas ao Presídio Central de Porto Alegre (ZIERO; RODRIGUES, 2013).

Nesse percurso, também se intensificou o debate sobre a ocidentalidade dos direitos humanos e o risco de imposição cultural, fomentando propostas de pluralismo jurídico e proteção multinível na América Latina, que buscam integrar sistemas locais, nacionais, regionais e globais de forma dialógica, respeitando a diversidade cultural e incorporando perspectivas críticas e decoloniais (MENDES; SILVA, 2023). Essa leitura histórica, portanto, não se limita a enumerar tratados e instituições, mas revela a tensão permanente entre a lógica universalista e as lutas por reconhecimento da pluralidade dos indivíduos e de culturas. Ao compreender os direitos humanos como um processo histórico em movimento, construído a partir de avanços, retrocessos e disputas narrativas, evidencia-se que sua efetividade depende não apenas de instrumentos jurídicos, mas de uma contínua mobilização ética e política, capaz de articular o local, o nacional, o regional e o global.

É sempre importante ter em mente que o processo de desenvolvimento do regime de direitos humanos foi liderado pelos países que venceram a Segunda Guerra Mundial. Portanto, a linguagem e a ideologia adotadas pelos documentos revestiam-se de um caráter cultural mais conectado com os princípios e valores de

países ocidentais. A Declaração Universal dos Direitos Humanos adotou uma visão individualista dos direitos contra o Estado ou a serem realizados pelo Estado e deixou de lado uma ideia de direitos comunitários e deveres do indivíduo, refletida em algumas culturas africanas, originárias e orientais. Neste sentido, interessante o cotejo da questão da ocidentalidade dos direitos humanos com a violência simbólica do Estado trabalhada por Bordieu (1996). A impugnação da linguagem ocidental dos direitos humanos passou a ter menor relevância nos países orientais, em especial da Ásia agrária, justamente porque a Declaração Universal foi utilizada como argumento nas lutas de descolonização e erradicação do *apartheid* (LAFER, 2015). Trata-se de uma espécie de jogo semântico, utilizado de forma convincente por parte dos detentores do poder, a fim de legitimar tanto a cultura decorrente da colonização, quanto o universalismo dos direitos humanos, em detrimento da cultura dos povos originários colonizados. O Estado colonialista contribui para a unificação do mercado cultural ao unificar todos os códigos, sejam eles jurídicos, linguísticos e métricos, bem como ao realizar a homogeneização das formas de comunicação, especialmente a burocrática. A cultura e o conhecimento oficialmente oferecidos, por exemplo a partir do sistema escolar, são utilizados como forma de universalização e homogeneização, inculcando “uma cultura dominante assim constituída em cultura nacional legítima” (BORDIEU, 1996).

A visão de normas que contemplem direitos humanos a partir de uma linguagem universal, unificadora de diferenças e individualidades, traz uma perspectiva mais conectada à ideia de uma racionalidade instrumental do que com uma visão crítica. A partir de uma visão crítica, permite-se a compreensão de como ocorre a construção dos direitos humanos a partir das relações da ética, da moral e do direito. A partir de uma visão crítica, também, aprofunda-se a análise de como se correlacionam as forças políticas e sociais que interagem na sociedade para a construção dos direitos humanos.

Denota-se que o regime dos direitos humanos não é algo imutável, dependente apenas de instrumentos formais, mas uma constante construção histórica. A mera existência de um arcabouço jurídico, o mero “direito a ter direitos” pronunciados celebremente por Hannah Arendt (2012) não garante a sua efetividade, mas é necessário um movimento contínuo e engajado para sua realização prática (HERRERA FLORES, 2009). Disso se extrai a ideia de direitos

humanos como processo, sempre inacabado, sempre em movimento. E neste sentido, a sequência deste trabalho buscará identificar como se dá esse processo, quais as forças que são relevantes para que se mantenha a marcha de desenvolvimento dos direitos humanos.

2.2 Da lei e da moral ao impulso ético

As diferentes organizações humanas, os diferentes povos utilizam-se de sistemas de regulação social baseados em normas, princípios, regras para fins de organização, funcionamento e permanência. Estas regulações decorrem de fatores sociais e culturais como tradição e costumes, mas também de regras mais formais como as leis. Neste sentido,

> *(...) pode-se, portanto, dizer que a moral de uma determinada época ou de um determinado povo e a lei são sistemas que interagem e cruzam influências – a primeira, com base em seu enraizamento na tradição e nos costumes; a segunda, a partir do ato deliberado e racional do contrato e da promulgação por parte do grupo que controla os mecanismos de ratificação de leis* (SEGATO, 2006)

A moral diz respeito a sistemas de juízo de valores, tendo um caráter mais aberto, ligado às raízes culturais e aos valores fundantes de determinadas sociedades, e prevê um sistema de constrangimento psíquico como meio de coerção. Por seu turno, a lei é tem origem no grupo que detém o poder de produção legislativa formal, e de regra possui caráter sancionatório previso no preceito legislativo (GAMA, 2005).

Percebe-se que a moral tem características conservadoras dos valores da sociedade e, portanto, não se mostra tão propícia a mudanças e tem uma tendência de manutenção do *status quo* de uma determinada organização humana. Todavia, com a função de regulação de sociedade, mesmo o direito, considerado como uma construção humana realizada dentro do campo jurídico, conforme teoria crítica de Bourdieu (1996), não se mostra como um instrumento transformador do espaço social, já que os costumes e hábitos fundamentais dos agentes do campo jurídico, os juristas, relacionam-se com os valores dos grupos dominantes e tendem à conservação e manutenção da ordem simbólica (RUDNICKI, 2009).

Mas se tanto a moral quanto a lei possuem um caráter conservador, como surgem e se desenvolvem os mais diversos direitos que afrontam esta ordem estabelecida e, em especial, os direitos humanos?

Partindo da premissa de Herrera Flores (2009) no sentido de que os direitos humanos emergem de demandas concretas, articuladas a partir de contextos sociais específicos, pergunta-se como ocorre o processo de descolamento da moral e de eventual lei estabelecida para que se consiga extrair de determinadas práticas e demandas os direitos que se pretendem aplicar a todos os seres humanos apenas por possuírem a qualidade de humanos? Qual é a força que move os agentes dos campos social, jurídico, econômico, entre outros, e os estimulam a transcender a moral e a lei para criar direitos humanos? Segato (2006) traz uma contribuição importante apontando que essa força é a ética.

> *Sugiro que, para entender esse fenômeno, é necessário incorporar um terceiro princípio de justiça, distante tanto da moral quanto da lei porque, embora oriente decisões e avaliações de comportamentos próprios e alheios, não se baseia em um repertório de normas positivas e enumeráveis. Refiro-me aqui ao impulso ou desejo que nos possibilita, habitemos aldeias ou metrópoles, contestarmos a lei e nos voltarmos reflexivamente sobre os códigos morais que nos regem para os estranharmos e os considerarmos inadequados e inaceitáveis. O impulso ético é o que nos permite abordar criticamente a lei e a moral e considerá-las inadequadas. A pulsão ética nos possibilita não somente contestar e modificar as leis que regulam o "contrato" impositivo em que se funda a nação, mas também distanciarmo-nos do leito cultural que nos viu nascer e transformar os costumes das comunidades morais de que fazemos parte.* (SEGATO, 2006).

O impulso ético é a força que afasta o ser humano da automatização imposta por certas comunidades morais, por seus princípios, valores, visões de mundo, e que nos permite transcender como seres humanos para a busca "de mais bem, de melhor vida, de maior verdade" (SEGATO, 2006). Essa busca da própria essência humana é justamente realizada por meio de reflexão crítica sobre os padrões para comportamento que automatizam a conduta. E, a partir dessa reflexão crítica, deste trabalho intelectivo, faz-se possível identificar padrões de comportamento tendentes à transformação de uma realidade inaceitável (SEGATO, 2006).

> *Os padrões para o comportamento automatizam a conduta; os padrões de comportamento são nossas apostas intelectivas a respeito dos moldes que nos fazem agir, já em sua versão reflexiva, como produto da tentativa de autoconhecimento por parte de uma sociedade ou de um indivíduo (Geertz 1973). É neste segundo nível, devo acrescentar, que nos fazemos seres históricos, que exercemos algum grau de liberdade e autonomia e, portanto,*

> *damos plenitude humana à nossa existência, seja qual for a sociedade em que vivamos.*
> *Reside, então, no trabalho reflexivo de identificação dos padrões de comportamento, a possibilidade da ética como impulso em direção a um mundo regido por outras normas, e do redirecionamento da vida – bem como de nossa própria historicidade – no sentido do trabalho constante de transformação do que não consideramos aceitável. Somos plenamente humanos não por sermos membros natos e cômodos de nossas respectivas comunidades morais e sociedades jurídicas, mas por estarmos na história, ou seja, por não respondermos a uma programação, da moral ou da lei, que nos determine de forma inapelável.*
> *Neste ponto, julgo oportuno introduzir a ideia de que a expansão histórica dos direitos depende desse terceiro fator sem conteúdos enumeráveis ou normas positivas. A ética, definida nesse contexto, resulta da aspiração ou do desejo de mais bem, de melhor vida, de maior verdade, e se encontra, portanto, em constante movimento: se a moral e a lei são substantivas, a ética é pulsional, um impulso vital; se a moral e a lei são estáveis, a ética é inquieta.* (SEGATO, 2006)

O impulso ético, refere-se à disposição interna que mobiliza o sujeito a agir diante de situações de injustiça ou violação, mesmo quando não há garantias de êxito imediato ou de reconhecimento social (SEGATO 2006). Trata-se de uma força pré-política, enraizada em uma sensibilidade moral que se recusa a naturalizar o sofrimento alheio e que resiste às pressões para a acomodação diante do *status quo*. Essa disposição é o que pode ser entendida como uma ética do desconforto, ou seja, uma atitude de vigilância crítica que impede o pensamento e a ação de se deixarem adormecer pela familiaridade ou pela repetição (FOUCAULT, 2003).

O sujeito crítico, não deve estar completamente confortável com as próprias pressuposições e, ao mesmo tempo, deve evitar que novas constatações se tornem verdades cristalizadas e inquestionáveis, sendo necessário cultivar uma mobilidade intelectual que permita olhar não apenas para o que está próximo e evidente, mas também para o que se mantém oculto ou marginalizado, reconhecendo que toda certeza se apoia em fundamentos parciais e contextuais (FOUCAULT, 2003). Essa postura implica uma relação entre o verdadeiro e o falso, que não se baseia na busca de uma estabilidade definitiva, mais ligada à moral e à lei, mas pelo compromisso contínuo de interrogar e reavaliar.

O impulso ético é, em essência, a recusa a aceitar a injustiça como destino e a desigualdade como inevitável. A partir do impulso ético acende-se a chama na alma do indivíduo que aponta para a necessidade de alteração de uma realidade injusta para uma situação de mais liberdade e emancipação do ser humano. Ao mesmo tempo, apenas o impulso ético não é, por si só, suficiente para transformar

estruturas, sendo necessário que ele seja direcionado por meio de práticas organizadas e estratégias políticas capazes de disputar narrativas, influenciar decisões e alterar as condições concretas de vida.

Essa dimensão política conecta-se à proposta de Herrera Flores (2009) ao tratar dos direitos humanos ao afirmar que sua delimitação decorre de uma escolha ética, axiológica e política, ou seja, a da dignidade humana de todos aqueles que são vítimas de violações ou sistematicamente excluídos dos processos e espaços de reconhecimento de seus anseios e valores. Tal concepção relaciona-se também com a noção foucaultiana de ética do desconforto (FOUCAULT, 2003), que recusa a acomodação diante da injustiça e exige uma postura permanente de vigilância crítica.

Nessa perspectiva, o impulso ético é mais do que indignação moral, é a energia que move o sujeito a confrontar estruturas de poder que naturalizam a exclusão. A partir dessa perspectiva, ressalta-se o caráter relacional e político da liberdade, porque a liberdade do indivíduo “começa onde e quando começa a liberdade do outro” (HERRERA FLORES, 2009), o que implica compreender que a emancipação é sempre um projeto coletivo, porque é a partir da liberdade do outro que desenvolvemos a nossa própria liberdade e vice-versa.

> *Somos livres em função de algo mais concreto, imanente, fronteiriço e ilimitado por essas duas tendências infra ou supra-humanas. A nossa liberdade é mais "política". É mais um "marco de composição de vontades" do que desagregação atomizada. Desse modo, a nossa liberdade começa onde e quando começa a do outro. Ele reclama a nossa liberdade para poder exercer a sua; e nós reclamamos a sua liberdade para exercermos a nossa. Por conseguinte, quanto mais experimentemos a nossa liberdade, mais reconhecemos a do outro.* (HERRERA FLORES, 2009)

A partir do impulso ético, vai-se além das inconsistências do sistema moral e normativo conservador, abre-se ao outro e desafiam-se os próprios valores, crenças e verdades estabelecidas com a visão do outro. A partir desta pulsão ética, é possível transcender à “percepção dos outros, das outras soluções, das outras moralidades, das outras legislações” (SEGATO, 2006). A ética, portanto, é o que impulsiona movimentos sociais e ativistas a: a) diante das demandas emergentes da sociedade de “de mais bem, de melhor vida, de maior verdade” (SEGATO, 2006), estimularem a criação de práticas sociais emancipadoras que venham a se transformar em direitos humanos; e b) diante de normas de direitos humanos com caráter pretensamente universal formalizados em instrumentos internacionais, exigirem que

o “dever ser” dos direitos humanos se converta em práticas concretas (HERRERA FLORES, 2009).

É nesse ponto que o impulso ético se converte em força motriz da ação política. Esse impulso, para produzir efeitos concretos, precisa ser convertido em ação política organizada, seja no campo comunicativo, seja no campo social. E aí entram as três fases para a construção dos direitos humanos que se propõe e vai se desenvolver nesse trabalho: impulso ético, ação comunicativa e ação social. O desconforto ético alimenta a necessidade de intervir, e essa intervenção pode assumir múltiplas formas, desde a ação comunicativa — voltada ao entendimento e à construção de consensos — até a ação social, fundada no conflito e voltada à luta pelo reconhecimento de direitos.

2.3 Do impulso ético à ação política (ação comunicativa e à ação social) com foco nos ativistas de direitos humanos e *insider activists*

Partindo da crítica ao formalismo jurídico, a análise deve se aprofundar na ideia de que os direitos humanos não devem ser entendidos apenas como normas formais abstraídas da realidade, que podem simplesmente ser extraídas do texto jurídico, mas sim como resultados de práticas sociais, moldados pelas lutas e resistências dos grupos que buscam transformar suas condições de vida (HERRERA FLORES, 2009).

A fim de construir esse raciocínio, importante entender como essas lutas e resistência surgem na alma do ser humano e no seio das diversas formas de organização social. Para tanto, importante tecer uma análise mais aprofundada das diferenças entre lei e a moral e da força do impulso ético como mola propulsora dos direitos humanos.

Esse impulso ético identificado por Segato e Herrera Flores relaciona-se tanto com os fins éticos presentes razão comunicativa (figura criada por Habermas para se opor à razão instrumental) como com as expectativas de autoafirmação legítimas da Luta por Reconhecimento de Axel Honneth, que são as pretensões que nascem no seio da sociedade fundadas na historicidade e com intuito progressista, ou seja, de avanço nos direitos e liberdades individuais, nos direitos sociais, nas normas

estruturantes do Estado Democrático de Direito, que acabam sendo refletidas nos direitos humanos.

Em um segundo momento, será possível desenvolver esse processo identificado por Herrera Flores a partir da necessidade de construção de uma racionalidade comunicativa nos termos da Teoria do Agir Comunicativo. Para chegarmos ao ponto da ação social, da existência do conflito, é necessário antes passar pela fase da tentativa de consenso e seu esgotamento.

Só então, esgotada a possibilidade de consenso, busca-se na ação social, fundada no conflito (elemento essencial da luta por reconhecimento) com base no impulso ético que gera a força motriz transformadora da realidade no sentido de legitimar as expectativas progressistas em situações de não consenso.

Nesta lógica, podemos distinguir os três momentos na construção dos direitos humanos: 1) o impulso ético (indivíduo); 2) a ação comunicativa (consenso); 3) a ação social (conflito). E cada um desses momentos não se dá de forma estanque, mas como um processo em que etapas são percorridas até se chegar a uma nova estratégia de construção dos direitos humanos.

Em um primeiro momento, diante da inconformidade com as injustiças da lei e da moral, o impulso ético surge no âmago do indivíduo como força motriz de transformação de realidades injustas. Em um segundo momento, a partir desse impulso ético busca-se a formação de consensos por meio de uma racionalidade comunicativa. Em um terceiro momento, diante da impossibilidade de consenso, busca-se no conflito legítimo a transformação da realidade.

Ao vincular os direitos humanos à ação comunicativa e à ação social, sugere-se a recuperação da ação política como um elemento central para a reinvenção dos direitos humanos. Herrera Flores (2009) propõe uma compreensão dos direitos humanos como produtos históricos e políticos, resultado de lutas concretas travadas em contextos de poder, e não como entidades preexistentes a essas lutas. Ao se dar ênfase a necessidade de recuperação do político como espaço central para a sua efetivação, percebe-se uma ruptura com a visão liberal que dissocia os fatos dos direitos ou de que os direitos humanos podem ser originados de consensos prévios ao conflito. Os direitos emergem da disputa, da interrelação, da mobilização e da construção coletiva de significados.

A concepção descrita acima dialoga com a noção de ação política entendida como prática transformadora, ou seja, um processo dinâmico, enraizado em contextos de desigualdade, que busca alterar estruturas e relações sociais. Nesse sentido, a ação comunicativa habermasiana, voltada à construção de entendimentos mútuos, e a luta por reconhecimento proposta por Honneth encontram no pensamento de Herrera Flores um fundamento comum, qual seja, a ideia de que não há direitos humanos sem o engajamento ativo em arenas políticas, formais ou informais, capazes de disputar narrativas e instituir novas práticas.

A ação política, portanto, não pode ser considerada apenas aquelas decorrentes do conflito social. A ação já pode ser considerada uma ação política quando os indivíduos passam a exercer a racionalidade comunicativa dentro da esfera pública e das instâncias administrativas e governamentais. Assim, mesmo antes do conflito, o agir comunicativo já é a expressão primeira de uma ação política. E, em um segundo momento, quando esse consenso é inviabilizado, a ação política, sim, ingressa na seara do conflito e toma a forma de ação social. Essa dinâmica ocorre especialmente em se tratando de lutas por direitos humanos, nas quais os indivíduos ou grupos sociais buscam impor seus interesses perante o Estado, sabidamente o mais poderoso detentor de poder político e com grande poderio econômico e, portanto, com alta condição de fala perante os demais atores da sociedade.

A construção de consensos, base da teoria da ação comunicativa habermasiana, pressupõe uma situação ideal de fala, que corresponde a um contexto argumentativo no qual todos os participantes possuem igualdade de oportunidades para apresentar suas posições, sem coerções internas ou externas. Nessa situação ideal, o que prevalece é a força do melhor argumento, em garantia de um processo comunicativo racional e democrático (ALVES, 2009). Entretanto, na prática, essa situação ideal encontra obstáculos subjetivos, vinculados à condição de fala dos atores envolvidos. A condição de fala está relacionada às capacidades pessoais e sociais dos interlocutores para efetivamente participarem do diálogo, tais como fatores psicológicos, culturais, econômicos e políticos, que muitas vezes geram desigualdades reais de participação e comprometem a simetria idealizada por Habermas.

A perspectiva habermasiana entende a ação política como parte de um processo mais amplo de construção de consensos por meio do diálogo racional. Para Habermas, a coordenação das ações na sociedade não se dá apenas por imposição de poder ou racionalidade instrumental, mas também pela capacidade de os atores se entenderem mutuamente através da linguagem. Essa ação comunicativa pressupõe uma situação ideal de fala, na qual todos os participantes têm iguais condições de expor argumentos, questionar pressupostos e influenciar o resultado da deliberação, sem coerções externas ou internas (HABERMAS, 2022).

No contexto dos movimentos sociais e do ativismo, essa abordagem implica reconhecer que a efetivação de direitos não se resume ao embate ou à pressão sobre as instituições, mas também depende de processos participativos que gerem legitimidade. A atuação de *insider activists* pode ser particularmente estratégica nesse cenário, pois eles têm acesso a arenas institucionais onde o diálogo se transforma em decisões concretas. A ação comunicativa, assim, opera como força estabilizadora da mudança social, pois não apenas alcança acordos momentâneos, mas constrói entendimentos duradouros que moldam as práticas e valores coletivos.

Por seu turno, retomando o processo da ação política acima mencionado, quando o consenso é impossível, há o conflito e, portanto, parte-se a um segundo momento, que é a ação social. O conflito pode ser baseado em interesses legítimos ou ilegítimos. Se o conflito tiver por fundamento o impulso ético, na busca de “de mais bem, de melhor vida, de maior verdade” (SEGATO, 2006), valores democráticos, plurais, progressistas, tendentes à emancipação do indivíduo e de grupos sociais contra uma situação de dominação e menos valia do ser humano, trata-se de uma busca por autoafirmação legítima na dinâmica da luta por reconhecimento.

Honneth (2009) identifica nas diversas lutas por reconhecimento uma força, que pode ser relacionada ao impulso ético descrito por Segato (2006), que estimula desenvolvimentos sociais. Esse impulso ético é a força motriz de movimentos contínuos e engajados de indivíduos ou grupos sociais no sentido da realização prática e reconhecimento de expectativas a fim de transformá-los em direitos humanos (HERRERA FLORES, 2009).

A concepção de ação social em Honneth parte do pressuposto de que os conflitos não se reduzem a disputas de interesses materiais, mas expressam, antes

de tudo, demandas por reconhecimento moral. Para o autor, toda luta social legítima está fundamentada em expectativas normativas de reciprocidade, enraizadas na experiência cotidiana de menosprezo ou exclusão (HONNETH, 2003). Assim, a ação política ganha densidade quando vinculada a uma gramática moral que articula necessidades concretas e valores compartilhados pela coletividade.

Ao comentar a teoria de George Herbert Mead, Honneth ressalta que, em momentos históricos decisivos, personalidades dotadas de carisma conseguem expandir o “outro generalizado” de seu meio social de modo coerente com as expectativas intuitivas de seus contemporâneos. Essa capacidade de ampliar o horizonte normativo de uma comunidade permite que ideias morais inovadoras se convertam em núcleo motivacional de movimentos sociais. Uma vez disseminadas para grupos mais amplos, tais ideias fomentam lutas por reconhecimento de pretensões jurídicas capazes de colocar em questão a própria ordem institucionalizada (HONNETH, 2003).

Essa perspectiva ilumina também a atuação dos *insider activists*. Tal como os líderes a que se refere Honneth, esses agentes, inseridos nas estruturas do Estado, precisam ter sensibilidade para identificar e traduzir interesses generalizáveis — aqueles que podem ser reconhecidos como legítimos pela coletividade — em iniciativas concretas de transformação institucional. Ao mobilizar recursos internos, redes e legitimidade funcional, os *insider activists* atuam como mediadores entre as demandas sociais e os mecanismos formais de decisão, contribuindo para que a luta por reconhecimento transcenda a denúncia e alcance a implementação de mudanças normativas e políticas.

Os ativistas de direitos humanos, portanto, podem atuar tanto externamente quanto internamente à estrutura do Estado. Segundo Herrera Flores (2009) os ativistas originam-se dos movimentos e grupos sociais que se empenham em promover a emancipação humana, geralmente opondo-se ao poder estabelecido. Todavia, quando os ativistas possuem funções internas à burocracia estatal – os *insider activists* – eles auxiliam na criação de pontes entre as demandas sociais e a institucionalização de políticas públicas.

Os movimentos sociais desempenham um papel crucial na construção dos direitos humanos, atuando como agentes transformadores que forçam o sistema a reconhecer novas demandas sociais, impactando significativamente a formulação e

implementação de políticas públicas (CARLOS, 2021). Tradicionalmente, a atuação desses movimentos sociais concentrava-se nas ações externas ao Estado ou às organizações, como protestos, campanhas públicas e mobilizações de massa. Todavia, a atuação desses atores não tem se limitado apenas à esfera pública, ocorrendo também no interior de instituições, onde militantes previamente engajados em causas sociais assumem posições formais que lhes permitem influenciar processos decisórios e operacionais (CARLOS, 2021). O *insider activism* explora canais institucionais e recursos administrativos para viabilizar mudanças, funcionando de forma complementar à mobilização externa e ampliando as possibilidades de concretização das demandas sociais (BUCHTER, 2021).

A distinção entre ativistas externos e internos não se limita ao local onde atuam, mas envolve diferenças estratégicas na forma de mobilizar recursos e influenciar mudanças. A mobilização externa concentra-se em pressionar instituições por meio de protestos, campanhas midiáticas e ações judiciais, buscando gerar custos políticos e reputacionais para que demandas sejam atendidas (BRISCOE; GUPTA, 2016). Já os ativistas internos, ao ocuparem posições formais, podem acessar redes de decisão, aproveitar brechas normativas e acionar compromissos previamente assumidos pelas instituições para implementar mudanças de dentro para fora (BUCHTER, 2021). Essa atuação articulada, embora menos visível, tende a produzir transformações incrementais, capazes de consolidar avanços e reduzir resistências institucionais.

A atuação de militantes que ocupam posições dentro de instituições revela uma lógica distinta daquela observada nas mobilizações externas. Esses *insider activists* não dependem exclusivamente da criação de pressão política ou da visibilidade pública para promover mudanças. Em vez disso, operam por meio do aproveitamento estratégico de recursos internos, como alocação orçamentária, definição de prioridades administrativas, coordenação de equipes e adaptação de procedimentos, tudo para alinhar a prática institucional a valores e compromissos normativos da organização. Essa abordagem permite que os *insider activists* atuem de forma contínua e muitas vezes discreta, preenchendo lacunas entre o discurso e a prática e transformando orientações genéricas em políticas operacionais concretas. Diferentemente dos ativistas externos, cujo impacto costuma ser mais

visível e imediato, os *insiders* constroem avanços incrementais, sedimentando mudanças de forma menos suscetível a retrocessos (BUCHTER, 2021).

Quando atuam de forma articulada, ativistas externos e internos podem potencializar mutuamente seus resultados. Enquanto os primeiros mantêm viva a pressão pública e alimentam o debate político com novas pautas, os segundos traduzem essas demandas em medidas concretas dentro das instituições, utilizando sua posição para reduzir barreiras e acelerar a implementação. Buchter (2021) demonstra que essa complementaridade é especialmente eficaz quando os *insiders activists* se apoiam em compromissos institucionais pré-existentes, fortalecidos pela mobilização externa, para legitimar suas ações internas. Esse processo cria um fluxo dinâmico no qual a contestação pública e a adaptação organizacional se reforçam, ampliando a capacidade de produzir mudanças estruturais e duradouras.

As searas de atuação externa e internas atuando de forma permeável evidenciam uma evolução histórica dos movimentos sociais, que passaram a adotar estratégias mais complexas e adaptativas. Briscoe (2016) mostra que organizações e instituições, longe de serem apenas alvos de pressão, também se tornam espaços de engajamento político, onde ativistas podem moldar políticas e práticas a partir de dentro. Paralelamente, Carlos (2021) destaca que a atuação coordenada desses diferentes perfis amplia o repertório de ação coletiva, permitindo que a mobilização não se restrinja ao enfrentamento público, mas se estenda ao trabalho cotidiano de formulação, negociação e monitoramento de políticas. Essa combinação de formas de atuação fortalece a resiliência dos movimentos, pois diversifica os pontos de incidência e cria múltiplos canais para sustentar a mudança social ao longo do tempo.

A compreensão do ativismo como fenômeno que atravessa fronteiras institucionais permite reconhecer que a transformação social não se dá apenas pela contestação externa nem apenas pela reforma interna, mas pela interação estratégica entre ambas. A coexistência de ativistas externos e internos amplia o alcance e a profundidade das mudanças, combinando a visibilidade e a força mobilizadora da pressão pública com a capacidade técnica e decisória de moldar políticas a partir de dentro. Ao operarem de forma coordenada, essas frentes geram um ciclo virtuoso em que a mobilização reforça a implementação e vice-versa, criando condições para avanços mais consistentes e menos vulneráveis a

retrocessos. Essa lógica de atuação, que integra arenas externas e internas, conecta-se diretamente ao campo da ação política (BRISCOE; GUPTA, 2016), pois evidencia que a efetivação de direitos e a consolidação de valores democráticos dependem tanto da capacidade de dialogar e persuadir (dimensão comunicativa) quanto da habilidade de intervir nos processos institucionais e de disputar espaços de decisão (dimensão social e conflitiva).

Essa perspectiva teórica conecta-se diretamente ao caso do Presídio Central de Porto Alegre, em que a atuação de *insider activists*, como juízes, promotores e defensores públicos, foi fundamental para impulsionar a denúncia das condições degradantes do presídio junto à Comissão Interamericana de Direitos Humanos (CIDH). O Presídio Central de Porto Alegre – atualmente denominado Cadeia Pública de Porto Alegre – foi considerado o pior estabelecimento do país por uma Comissão Parlamentar de Inquérito em 2008 (CAMARA DOS DEPUTADOS, 2008). E associações de juízes, promotores, defensores públicos, advogados e outras entidades da sociedade civil uniram-se naquilo que se denominou de Fórum da Questão Penitenciária para denunciar no âmbito interamericano as violações de direitos humanos que vinham sendo ignoradas há décadas no sistema carcerário gaúcho, mais especificamente, no Presídio Central. (SANTANA; GAZZANEO; PEREIRA, 2021).

A partir desta denúncia, a Comissão Interamericana de Direitos Humanos expediu medida cautelar 8-13, no ano de 2013, com o objetivo de ser salvaguardada a vida e a integridade dos presos, assegurar condições de higiene e tratamento médico, implementar medidas para recuperação do controle da segurança, implementar plano de contingência e reduzir a superlotação (COMISSÃO INTERAMERICANA DE DIREITOS HUMANOS, 2024). Após vários anos de acompanhamento por parte da Comissão Interamericana, diversas melhorias foram realizadas no sentido do atendimento das medidas deferidas, o que exigiu obras e, inclusive o deslocamento dos presos para outros locais até o seu término, cumprindo a expectativa de voltar a receber presos de forma gradativa a partir do ano de 2025 em uma estrutura que atende as recomendações da CIDH (NETTO, 2024).

O caso do Presídio Central demonstra que os direitos humanos são, de fato, um constante movimento. Eles não são “concedidos” de maneira passiva através de instrumentos jurídicos, mas conquistados pela ação política, por meio construção de

uma racionalidade comunicativa, negociação e luta, considerando as possibilidades políticas e históricas de cada contexto. Como defende Carlos (2021), a transformação ocorre quando os direitos são incorporados às práticas e políticas sociais, gerando avanços reais, ainda que limitados pelas estruturas sociais vigentes. Por esta razão, não se consegue um salto de qualidade entre uma realidade de violações de direitos humanos para o ideal de total respeito aos direitos humanos a partir de uma determinada ação política dos ativistas de direitos humanos. Cada conquista deve ser encarada como um ato desse processo histórico, sempre provisório, de caminhada dos direitos humanos.

É possível perceber que os *insider activists* envolvidos no caso do Presídio Central de Porto Alegre passaram integralmente pelo processo anteriormente descrito, desde a crítica inicial às normas formais abstratas até o momento da ação política efetiva. Inicialmente movidos por um impulso ético diante da situação degradante da penitenciária, esses atores transcenderam o sistema moral e normativo conservador vigente, questionando-o criticamente e reconhecendo-o como inadequado. Na sequência, buscaram primeiramente a construção de consensos internos, mobilizando diversos setores institucionais e da sociedade civil por meio de uma racionalidade comunicativa fundamentada na argumentação, tentando assim resolver a questão sem a necessidade de conflito. Esgotada essa possibilidade, diante da permanência das violações de direitos humanos e da resistência institucional, partiram para o segundo momento descrito no processo, caracterizado pela ação social fundada no conflito. Utilizando a denúncia ao Sistema Interamericano de Direitos Humanos como recurso de pressão política e jurídica, os *insider activists* legitimaram suas expectativas progressistas, promovendo mudanças concretas na realidade do sistema prisional gaúcho. Trata-se de um exemplo de que o desenvolvimento dos direitos humanos é efetivamente um processo contínuo, fruto da interação dinâmica entre impulso ético, racionalidade comunicativa, e ação social engajada.

O percurso desenvolvido neste capítulo permitiu compreender que a construção e efetivação dos direitos humanos não é fruto de um processo linear ou meramente jurídico, mas resulta de uma dinâmica histórica, social e política marcada por disputas, negociações e transformações culturais. Ao analisar o impulso ético como força motriz das ações voltadas à justiça, percebe-se que a ação social, seja

por meio de busca de consenso, seja pela exploração do conflito e atuação política estratégica, desempenha papel central na construção e consolidação de novos parâmetros normativos para os direitos humanos.

A partir das contribuições teóricas de Habermas e Honneth, foi possível delinear que a ação política, entendida em sentido amplo, pode assumir formas distintas: a ação comunicativa, orientada pela busca do consenso e pela construção de entendimentos racionais; e a ação social, marcada por lutas por reconhecimento e pela afirmação de pretensões jurídicas capazes de alterar a ordem institucionalizada. Ambas, contudo, originam-se do impulso e compartilham a dimensão ética que fundamenta e legitima a intervenção no espaço público.

Essa peculiar formatação conceitual estabelece as bases para a análise que será desenvolvida no próximo capítulo, no qual serão examinadas as manifestações concretas dessa atuação política no contexto específico do estudo de caso do Presídio Central de Porto Alegre. A análise empírica permitirá verificar de que modo esses elementos conceituais se articulam em situações reais, revelando tanto os limites quanto as potencialidades da ação comunicativa e da luta por reconhecimento na efetivação dos direitos humanos a partir do trabalho dos *insider activists.*

3. O IMPULSO ÉTICO A PARTIR DO CASO DO PRESÍDIO CENTRAL DE PORTO ALEGRE

O Presídio Central de Porto Alegre – atual Cadeia Pública de Porto Alegre – representa, no contexto brasileiro, um dos mais emblemáticos exemplos de violação estrutural de direitos fundamentais. Décadas de decisões judiciais confirmaram a precariedade de suas instalações, das condições de permanência dos presos naquele sistema, das sistemáticas violações de direitos humanos, mas tais decisões não produziram a transformação material esperada, revelando os limites da judicialização ou medidas administrativas tradicionais diante de realidades de violações de direitos humanos e exclusão existentes no sistema penitenciário.

A gravidade das condições do Presídio Central foi documentada por diferentes instâncias estatais e entidades da sociedade civil. O Relatório da CPI do Sistema Carcerário da Câmara dos Deputados, publicado em 2008, classificou-o como “o pior presídio do Brasil”, registrando superlotação quatro vezes acima da capacidade oficial, condições sanitárias incompatíveis com qualquer parâmetro constitucional e risco permanente à integridade física dos detentos (CÂMARA DOS DEPUTADOS, 2008).

A degradação das condições estruturais de tamanha ordem, por sua vez geravam violações de direitos humanos e de caráter ambiental, no sentido técnico-jurídico do termo. De acordo com Santana, Gazzaneo e Pereira (2021), o ambiente prisional constitui um meio ambiente artificial construído pelo ser humano, cuja degradação caracterizada por esgoto a céu aberto, lixo orgânico acumulado, mofo, infiltrações, temperaturas extremas, risco elétrico e incêndio, acaba por configurar danos ambientais que incidem diretamente sobre os direitos à saúde, à vida e à dignidade das pessoas privadas de liberdade, de seus familiares e dos trabalhadores do sistema prisional (SANTANA; GAZZANEO; PEREIRA, 2021).

Juízes, promotores, defensores públicos, além de advogados e outras representações da sociedade civil passaram a atuar como ativistas, inclusive alguns deles como *insider activists*, ou seja, agentes posicionados dentro do Estado, mas mobilizados para tensionar os próprios limites institucionais. A formação do Fórum da Questão Penitenciária, reunindo AJURIS, AMP/RS, ADPERGS, OAB/RS e outras entidades, simboliza esse processo. O Fórum articulou inspeções, produziu laudos,

reuniu documentação fotográfica, realizou visitas sistemáticas ao presídio e construiu uma agenda pública de enfrentamento da crise (AJURIS *et al.*, 2013a).

A atuação coletiva dessas instituições culminou no acionamento do Sistema Interamericano de Direitos Humanos. Em 2013, o Fórum apresentou à Comissão Interamericana de Direitos Humanos a representação que deu origem ao caso nº 13.353, argumentando que as condições do Presídio Central violavam frontalmente os artigos 5º e 1.1 da Convenção Americana e representavam ameaça concreta à vida, integridade e saúde dos detentos (AJURIS *et al.*, 2013a). Em dezembro do mesmo ano, a Comissão concedeu a Medida Cautelar nº 8-13, determinando ao Estado brasileiro a adoção imediata de providências para garantir condições mínimas de dignidade e segurança (COMISSÃO INTERAMERICANA DE DIREITOS HUMANOS, 2013). Até que, em 2025, foi inaugurada a nova Cadeia Pública de Porto Alegre como parte do esforço estatal de adequação às recomendações formuladas pela Comissão Interamericana de Direitos Humanos, visando superar as condições degradantes historicamente reconhecidas no antigo Presídio Central e alinhá-lo a parâmetros mínimos de dignidade, segurança e gestão prisional (RIO GRANDE DO SUL, 2025).

O percurso do caso evidencia como práticas ativistas judiciais e extrajudiciais emergem sempre que a distância entre inclusão normativa e exclusão material se torna institucionalmente insustentável. Ou, na mesma dinâmica, sempre que a legislação formal ou as instituições tradicionais do sistema jurídico são insuficientes para garantir direitos previstos nas normas ou extraídos dos princípios constitucionais. No Presídio Central, tal distância traduzia a degradação de um meio ambiente artificialmente construído, insalubre e perigoso, cuja persistência somente pôde ser enfrentada mediante a articulação entre sistemas jurídicos, atores estatais e instâncias internacionais.

O presente capítulo tem por finalidade iniciar a análise empírica do caso do Presídio Central de Porto Alegre a partir da categoria do impulso ético. Em um primeiro momento, será reconstruído o histórico das violações de direitos humanos verificadas no estabelecimento, com o objetivo de demonstrar que a crise prisional não surgiu de forma episódica ou isolada, mas resultou de um processo prolongado de degradação estrutural, amplamente conhecido por autoridades públicas, órgãos de fiscalização, entidades da sociedade civil e pela própria imprensa. Essa

reconstrução é indispensável para compreender o contexto concreto diante do qual determinados atores internos do sistema de justiça passaram a recusar a naturalização da indignidade prisional.

Em seguida, serão analisados relatos de experiência de magistrados associados da AJURIS que atuaram diretamente na pauta penitenciária e na articulação institucional relacionada ao Presídio Central de Porto Alegre: Sidinei Brzuska, Gilberto Schäfer e Paulo Augusto Oliveira Irion. Esses relatos não são utilizados para reconstruir exaustivamente todos os atos praticados no caso, mas para identificar de que modo o contato direto com a realidade do cárcere, a percepção da insuficiência das respostas institucionais ordinárias e a inconformidade diante da violação persistente de direitos humanos produziram o impulso ético que moveu esses *insider activists*. A conversão desse impulso em práticas políticas concretas — decisões internas, denúncia pública, petição perante a Comissão Interamericana de Direitos Humanos e monitoramento das medidas adotadas pelo Estado brasileiro — será examinada no capítulo seguinte.

3.1 O histórico de violações de direitos humanos no Presídio Central

A reconstrução do histórico de violações de direitos humanos no Presídio Central de Porto Alegre por meio da análise documental expõe o fato de que o caso do Presídio Central é um processo histórico de degradação estrutural, conhecido há décadas pelas autoridades públicas, reiteradamente denunciado por órgãos estatais, entidades da sociedade civil, decisões judiciais e administrativas e pela imprensa, sem que isso produzisse, por longo período, resposta suficiente. A própria representação apresentada à Comissão Interamericana de Direitos Humanos já qualificava o caso como expressão da “consolidação, ao longo do tempo”, de múltiplas decisões judiciais e administrativas, além de sucessivas omissões do Estado brasileiro (AJURIS *et al*., 2013a). As alegações finais de 2017 retomaram esse mesmo diagnóstico, agora para sustentar que, salvo avanços pontuais, a situação material e institucional permanecia essencialmente a mesma ou havia piorado (AJURIS *et al*., 2017). A petição da Defensoria Pública e as decisões juntadas ao processo SEEU n. 8001366-41.2021.8.21.0001 (RIO GRANDE DO SUL, 2021), por sua vez, mencionaram um contínuo histórico de violação de direitos

fundamentais na Cadeia Pública de Porto Alegre (DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL, 2021).

A origem do estabelecimento ajuda a compreender a extensão dessa ruptura histórica. Segundo a representação de 2013, com base em DORNELLES (2008), o Presídio Central foi projetado na década de 1950, teve as obras iniciadas em 1955 e foi inaugurado em 1959. A mesma peça descreve o projeto original como uma obra voltada a responder ao problema penitenciário de uma Porto Alegre em expansão urbana, composta por pavilhões, alojamentos em celas individuais, refeitórios coletivos, hospital, salas de aula, biblioteca, capela, oficinas e estrutura administrativa ampla. A representação também afirma que o presídio foi originalmente pensado "para ter celas individuais, banheiro, refeitório, em um número máximo de seiscentos presos"[1], acrescentando, logo em seguida, que essa proposta jamais se concretizou (AJURIS *et al*., 2013a). Assim, desde o plano arquitetônico inicial, já se pode perceber o contraste entre a finalidade prisional concebida e a realidade posterior de superpopulação, improvisação e degradação estrutural.

A primeira grande resposta judicial a esse quadro foi a interdição parcial de 4 de agosto de 1995. A decisão, juntada aos autos do processo SEEU n. 8001366-41.2021.8.21.0001 em 2021, descreve o Presídio Central como uma situação "caótica", "de conhecimento geral", marcada por inadequação estrutural, superlotação, insalubridade, promiscuidade e proliferação de doenças. O documento afirma expressamente que, para um presídio de 600 lugares, havia 1.850 presos, e que esse quadro gerava riscos não apenas aos apenados, mas também aos servidores, familiares e à própria sociedade (RIO GRANDE DO SUL, 2021).[2] Na síntese feita pela Defensoria Pública em 2021, essa interdição decorreu da

[1] Aqui, contudo, convém registrar uma divergência documental. Ao reconstruir a origem histórica do estabelecimento, a representação de 2013 fala em um presídio projetado para seiscentos presos (AJURIS et al., 2013). Já no sumário da mesma peça, ao anunciar a subseção relativa à primeira interdição parcial, consta que se tratava de "um presídio de 660 vagas com pelo menos 1.773 detentos" (AJURIS et al., 2013). A documentação produzida no processo administrativo de 2021, por sua vez, reproduz a decisão de 4 de agosto de 1995 e afirma que, naquele momento, havia estrutura para 600 presos, embora 1.850 ocupassem o local (RIO GRANDE DO SUL, 1995; DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL, 2021). O dado metodologicamente correto, portanto, não é forçar uniformidade artificial, mas reconhecer que há pequenas oscilações de mensuração entre as fontes, sem que isso altere o núcleo do problema: a baixa capacidade histórica da unidade e a antiguidade da superlotação extrema.

[2] Anexo I, Fotografias 1 a 15.

“superlotação, da precariedade estrutural e da insalubridade, que propiciava a propagação de doenças”, sendo posteriormente restringida em grau recursal para impedir apenas o ingresso de presos definitivamente condenados (DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL, 2021). Esse dado é importante porque mostra que, já em meados da década de 1990, o problema do Presídio Central estava judicialmente reconhecido como estrutural e atentatório à dignidade humana.

A solução, porém, revelou-se insuficiente. A própria Representação perante a Comissão Interamericana de Direitos Humanos de 2013, ao narrar a trajetória das interdições, observa que o Tribunal de Justiça modulou a medida para manter o Presídio Central como unidade voltada aos presos provisórios, permitindo a continuidade do ingresso dessa população (AJURIS *et al.*, 2013a). O problema é que tal providência não resolveu a crise de vagas do sistema nem conteve o crescimento da massa carcerária. A representação mostra que, entre 1995 e 2007, o Estado promoveu acréscimos pontuais de vagas, mas o número de internos cresceu em ritmo muito superior. No ano de 1995 havia 1.773 presos, mas em 2007 já eram 3.949, tendo o déficit de vagas mais do que dobrado no período (AJURIS *et al.*, 2013a).

Esse agravamento torna-se ainda mais nítido no final da década de 2000. Segundo a petição da Defensoria Pública de 2021 no processo SEEU n. 8001366-41.2021.8.21.0001, em 2008 a Cadeia Pública de Porto Alegre foi apontada pela CPI do Sistema Carcerário como “a pior do país”, abrigando então 4.761 detentos para uma capacidade de 1.564 vagas (DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL, 2021). No mesmo sentido, a decisão de 17 de novembro de 2008, juntada ao processo administrativo, informa que o estabelecimento já sofria interdição desde 1995, possuía capacidade de engenharia para 1.594 presos e abrigava aproximadamente 4.800 detentos, além de registrar média mensal de 21.607 visitantes, ingresso diário de presos do interior e celas com 38 pessoas onde caberiam apenas oito (RIO GRANDE DO SUL, 2008). Esses números evidenciam que, ao longo de pouco mais de uma década, o Presídio Central havia se convertido em espaço de superlotação permanente, muito além de qualquer parâmetro minimamente compatível com uma custódia estatal que respeita a dignidade da pessoa humana e os parâmetros legais vigentes.

A mesma decisão de 2008 permite descrever, de forma concreta, a degradação material do presídio. Nela se afirma que o pavilhão “C” era o mais deteriorado do estabelecimento e que, dentre suas três galerias, a terceira era a mais degradada, composta por um corredor de cerca de 60 metros e 44 celas (RIO GRANDE DO SUL, 2008). O documento informa que as celas não possuíam portas, que não existiam camas, que os presos se deitavam pelo chão e pelos corredores e que, como as janelas também estavam destruídas, os apenados haviam improvisado “tramas de panos e plásticos”, fixadas no alto das celas, “como uma espécie de rede”, para obter alguma proteção contra a intempérie (RIO GRANDE DO SUL, 2008). A própria decisão acrescenta que, em razão da destruição de paredes internas e da união de diversas celas, sequer era fácil precisar quantos presos estavam por cela, embora se registrasse que cerca de 380 homens permaneciam naquela terceira galeria (RIO GRANDE DO SUL, 2008).

Segundo a representação, a construção do Presídio Central foi inicialmente projetada em grandes pavilhões, hoje denominados galerias, com celas dos dois lados, pensadas para uma pessoa e sem banheiro individual, havendo apenas banheiro coletivo ao fundo da galeria (AJURIS *et al.*, 2013a). Com o crescimento da população carcerária, porém, o estabelecimento “começou a receber cada vez mais detentos até superlotar”, e essa superlotação, associada ao “descaso estatal”, passou a produzir reflexos danosos de múltiplas ordens (AJURIS et al., 2013a). Em abril de 2012, ainda segundo a representação, a capacidade oficial do Presídio Central era de 1.984 presos, para uma ocupação aproximada de 4.591, além de um trânsito anual elevadíssimo, com 24.382 presos passando pela unidade apenas em 2011 (AJURIS et al., 2013a). A própria Comissão, ao resumir os fatos alegados pelos peticionários, reproduziu esse quadro, afirmando que o Presídio Central, inaugurado em 1959 com dois pavilhões de celas individuais, contaria então com dez pavilhões e 4.591 internos, embora sua capacidade fosse de 1.984 pessoas (COMISSÃO INTERAMERICANA DE DIREITOS HUMANOS, 2013).

A liminar deferida pela Comissão registra que, em razão do *“hacinamiento extremo*”, o presídio estaria organizado por um “*sistema de galerías*”, no qual as portas das celas teriam sido removidas e os corredores de acesso passariam a ser usados para dormir e permanecer durante o dia (COMISSÃO INTERAMERICANA DE DIREITOS HUMANOS, 2013). No mesmo sentido, a representação de 2013

descreve que a adaptação das celas ao sistema de galerias deformou a arquitetura original do estabelecimento, transformando-o em espaço de compressão e convivência forçada em massa (AJURIS et al., 2013a).[3] Já as alegações finais de 2017 mostram que a situação persistia, ao indicar que o Centro de Triagem construído dentro do presídio, com capacidade para 96 presos, já contava com 110, e a taxa de ocupação global do estabelecimento havia atingido cerca de 2,6 presos por vaga, impedindo até mesmo a existência de uma cama por detento, o que fazia com que muitos dormissem no chão das celas ou nos corredores das galerias (AJURIS *et al.*, 2017).

A crise, contudo, não era apenas de espaço. Era também sanitária. A resolução cautelar da Comissão Interamericana de Direitos Humanos resume a alegação segundo a qual os sistemas hidráulico, de esgoto e de resíduos sanitários estavam colapsados, gerando infiltrações de águas residuais nos tetos, escoamento por estruturas improvisadas de plástico e ausência de abastecimento regular de água em galerias inteiras (COMISSÃO INTERAMERICANA DE DIREITOS HUMANOS, 2013).[4] A petição da Defensoria Pública, ao rememorar o relatório do CNJ de 2014, acrescenta que a situação sanitária era uma das principais razões para a recomendação de esvaziamento completo da unidade, mencionando pessoas vivendo “entre fezes e esgoto”, pátios de banho de sol e visitas como “verdadeiros depósitos de esgoto a céu aberto” e detritos escorrendo dos andares superiores pelas paredes até o pátio de visitas (DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL, 2021). O mesmo documento registra, ainda, que as visitas “não podem sentar em razão do esgoto” e que, em várias celas, garrafas plásticas precisavam ser adaptadas para fazer o esgoto das celas superiores passar entre pias e camas (DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL, 2021).

A precariedade da saúde era igualmente grave. A representação de 2013 informa que, até 31 de outubro de 2011, no universo de 229 mortes, predominavam causas relacionadas às vias respiratórias, com destaque para broncopneumonia, pneumonia e tuberculose (AJURIS *et al*., 2013a). O mesmo documento relata que presos com doenças respiratórias continuavam alojados em galerias lotadas, sem

[3] Anexo I, Fotografias 2, 5 e 7.
[4] Anexo I, Fotografias 3, 4, 8, 11, 12 e 13

separação adequada, e que o atendimento médico disponível era essencialmente básico e paliativo, sem acesso regular a especialistas ou exames complexos (AJURIS *et al*., 2013a). A peça ainda menciona casos concretos de sofrimento extremo, que indicou que um dos presos “literalmente apodreceu na prisão praticamente até morrer”. Uma outra situação relevante foi também o caso de um preso que contraiu tuberculose, teve o pulmão retirado e foi devolvido às galerias em ambiente insalubre, com infecção do corte cirúrgico (AJURIS et al., 2013a). A Comissão Interamericana de Direitos Humanos, ao examinar o pedido cautelar, registrou também a alegação de que não haveria profissionais de saúde em número suficiente, de que os internos com doenças infectocontagiosas não seriam separados e de que o acesso ao tratamento poderia depender das organizações criminosas que controlavam as galerias (COMISSÃO INTERAMERICANA DE DIREITOS HUMANOS, 2013).

Outro eixo que constava do quadro de violações de direitos humanos denunciados pelo Fórum da Questão Penitenciária era ausência de assistência material. A representação afirma que os presos não recebiam do Estado bens essenciais à sobrevivência digna, como material de higiene pessoal, vestuário, cobertores, roupas de cama e toalhas, de modo que tais itens eram trazidos pelas famílias, comercializados internamente ou alcançados pelas facções criminosas (AJURIS *et al.*, 2013a). As alegações finais de 2017 reiteram que “também neste aspecto não houve qualquer evolução” desde 2013, repetindo que as visitas continuavam sendo a principal fonte de ingresso de bens materiais e que esses fluxos eram explorados pelas organizações criminosas, inclusive por meio de cantinas privadas e extorsão interna (AJURIS et al., 2017). O dado é importante porque mostra que a omissão estatal não apenas degradava a vida prisional, mas alimentava a própria estrutura de poder informal que organizava o cotidiano do cárcere.

Essa conexão entre superlotação, omissão material e poder faccionado ajuda a compreender a perda do controle estatal efetivo sobre parte da unidade. A resolução 14/2013 da CIDH já havia destacado, logo na introdução, a “*alegada falta de control del Estado en varias áreas del recinto*”, determinando ao Estado Brasileiro a adoção de medidas voltadas à recuperação do controle da segurança interna, assegurando que as funções de segurança, disciplina e controle não fossem

atribuídas aos internos (COMISSÃO INTERAMERICANA DE DIREITOS HUMANOS, 2013). Na exposição dos fatos alegados, a mesma resolução menciona uma espécie de “administración compartida” ou de “auto-gestión”, em que as autoridades estatais circulariam apenas pelos corredores de acesso e áreas administrativas, enquanto as galerias seriam controladas por bandas criminosas, com atuação de “llaveros”, isto é, internos encarregados de abrir e fechar portas (COMISSÃO INTERAMERICANA DE DIREITOS HUMANOS, 2013). As alegações finais de 2017 confirmam essa leitura e afirmam expressamente que “as próprias facções acabam substituindo o papel do Estado e selecionando a população carcerária”, mencionando ainda o caso de 164 presos da facção V7-Cruzeiro despejados de uma galeria e mantidos nos pátios e bretes à espera de transferência (AJURIS *et al.*, 2017).

O mais eloquente, porém, é que as alegações finais de 2017 demonstram a persistência do problema. Nelas se afirma que a capacidade de engenharia do estabelecimento passou de 1.984 vagas, em 2013, para 1.824, em 2017, enquanto a população carcerária aumentou de 4.591 para 4.705 presos (AJURIS *et al.*, 2017). O documento enfatiza que, ao contrário do determinado pela Comissão, não houve redução substancial da lotação, mas agravamento da situação, mesmo após transferências pontuais e a construção de um Centro de Triagem também já superlotado (AJURIS *et al.*, 2017). A peça acrescenta que essa superpopulação, somada ao estado crítico da estrutura, seguia a produzir infiltrações, falta de higiene, ausência de camas, insuficiência de espaço para descanso noturno e proliferação de doenças (AJURIS *et al.*, 2017). Em 2021, a Defensoria e a magistratura gaúcha voltariam a ler esse histórico como quadro continuado de cumprimento de pena em condições cruéis, desumanas e degradantes (DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL, 2021).

Em síntese, o histórico do Presídio Central de Porto Alegre é o de uma violação estrutural e continuada de direitos humanos. Desde pelo menos 1995, a unidade já era judicialmente reconhecida como superlotada, insalubre e materialmente degradada. O crescimento da população carcerária deformou a arquitetura original, destruiu a lógica de alojamento individual, agravou o risco sanitário, reforçou a dependência material dos familiares, consolidou mecanismos de governança faccionada e fragilizou ainda mais a presença estatal legítima. A documentação analisada mostra, portanto, que quando os *insider activists* passam

a atuar mais intensamente no caso, eles se deparam com um problema antigo, público, reiterado e institucionalmente conhecido. É precisamente sobre esse pano de fundo que se torna possível compreender, no item seguinte, a ação política desses atores internos.

3.2 O impulso ético dos *insider activists*

O histórico de violações de direitos humanos no Presídio Central de Porto Alegre, delineado no item anterior, evidencia um quadro de degradação institucional persistente e amplamente conhecido. A reiteração de superlotação, insalubridade, precariedade material, violência e ausência de condições mínimas de cumprimento da pena permite concluir que a gravidade do caso decorreu da incapacidade das respostas institucionais ordinárias de produzir transformação efetiva e duradoura. É justamente a partir desse cenário que se impõe examinar, com maior atenção, a atuação dos chamados *insider activists*, isto é, de agentes inseridos no próprio aparelho estatal que, valendo-se de sua posição institucional, de sua experiência prática e de sua capacidade de articulação, passaram a impulsionar estratégias mais amplas de enfrentamento da crise.

Nesse sentido, o foco analítico deste item desloca-se da descrição do quadro de violações para analisar o impulso ético que leva à construção da ação política desenvolvida por esses atores no caso concreto. Interessa compreender de onde surge o impulso que moveu magistrados que atuaram diretamente na pauta penitenciária, especialmente no âmbito do Fórum da Questão Penitenciária encabeçado pela Associação dos Juízes do Estado do Rio Grande do Sul (AJURIS), e levaram à transformação de um problema crônico, frequentemente naturalizado no plano interno, em uma agenda institucional, pública e, posteriormente, internacional. Busca-se então examinar os repertórios de atuação mobilizados por esses agentes, suas formas de articulação com outras instituições, os limites percebidos nas vias estatais tradicionais e as estratégias construídas para produzir visibilidade, pressão e monitoramento.

Do ponto de vista metodológico, este item vale-se, em especial, de entrevistas realizadas com alguns desses ativistas institucionais que trabalharam diretamente no caso, na condição de juízes vinculados à condução do Fórum da Questão

Penitenciária pela AJURIS. Optou-se por publicar os nomes dos entrevistados tendo em vista que todos são figuras públicas exercendo cargos públicos e com atuação ostensiva, inclusive na imprensa, no caso do Presídio Central de Porto Alegre ou em atuação nas respectivas instituições, salientando-se que todos autorizaram a publicação. Os depoimentos são utilizados como fonte qualitativa complementar à análise documental já desenvolvida ao longo do capítulo, permitindo iluminar bastidores, percepções, escolhas estratégicas e formas de articulação que nem sempre aparecem de modo explícito nos documentos oficiais. Trata-se de colocar em diálogo a base documental com a narrativa dos entrevistados, a fim de compreender com maior densidade a atuação concreta desses agentes e o modo como ela se desenvolveu no interior e para além das funções jurisdicionais estritamente consideradas.

3.2.1 Entrevistas com os insider activists do caso do Presídio Central

Como forma de aprofundar a compreensão da atuação dos *insider activists* no caso do Presídio Central de Porto Alegre, este trabalho vale-se, também, de entrevistas qualitativas semiestruturadas realizadas com magistrados que participaram diretamente da condução institucional da pauta penitenciária, em especial no âmbito do Fórum da Questão Penitenciária por parte da Associação dos Juízes do Estado do Rio Grande do Sul (AJURIS). A opção por esse procedimento metodológico decorre da própria natureza do objeto investigado. Embora a análise documental permita reconstruir, com relativa precisão, o histórico das violações, os atos institucionais praticados e os marcos formais do caso, ela nem sempre é suficiente para revelar, em toda a sua densidade, os bastidores das articulações empreendidas, as percepções dos atores envolvidos, os impasses encontrados ao longo do processo e os critérios práticos que orientaram determinadas escolhas estratégicas.

As entrevistas foram conduzidas em perspectiva qualitativa, com roteiro semiestruturado, de modo a assegurar a abordagem de temas centrais à pesquisa, mas também a permitir aos entrevistados liberdade para reconstruir suas experiências, destacar episódios que reputassem relevantes e oferecer sua própria interpretação acerca do processo de enfrentamento das violações de direitos

humanos no Presídio Central. Trata-se, portanto, de um instrumento metodológico voltado menos à obtenção de respostas padronizadas e mais à captação de narrativas situadas, capazes de iluminar a atuação concreta desses agentes no interior do sistema de justiça e na interface com outras instituições.

A seleção dos entrevistados não obedeceu a critério aleatório, mas intencional, justificado pela vinculação direta desses magistrados ao caso concreto e pela posição institucional que ocuparam na formulação, condução e acompanhamento das medidas relacionadas à questão penitenciária. A relevância desses depoimentos reside precisamente no fato de que seus autores eram os protagonistas de iniciativas institucionais voltadas à denúncia, à articulação interinstitucional e à busca de respostas para a crise prisional verificada no Presídio Central. O valor analítico das entrevistas, assim, está em permitir que a reconstrução do caso seja enriquecida pela perspectiva de agentes que vivenciaram, de dentro, os limites e as possibilidades do ativismo diante de um quadro prolongado de violações.

Nesta dissertação, tais entrevistas serão utilizadas de forma resumida e analítica, sempre em diálogo com o conjunto documental examinado ao longo do capítulo. Não se pretende reproduzir integralmente, no corpo do texto, a totalidade dos relatos colhidos, mas extrair deles os elementos mais relevantes para a compreensão da ação política dos *insider activists*, especialmente no que se refere à forma de atuação, às estratégias de articulação, às dificuldades institucionais enfrentadas e à percepção, pelos próprios atores, de que as vias ordinárias de resposta estatal se mostravam insuficientes para enfrentar a gravidade da situação.

Para preservar a integridade do material colhido e possibilitar eventual consulta mais detida, porém, a fim de evitar irregularidades de ordem ética, optou-se por não transcrever as entrevistas ou juntá-las a anexos dessa dissertação, mas mantê-las arquivadas com o pesquisador e o orientador, sendo mantidas pelo prazo de até 5 anos após a defesa para futuras consultas. Desse modo, o texto principal apresenta apenas os conteúdos considerados mais significativos para a demonstração das hipóteses de pesquisa, ao passo que as transcrições ficam arquivadas, permitindo transparência metodológica e controle sobre a utilização do material.

3.2.1.1 Sidnei Bruzuska

A entrevista foi realizada nas dependências do Foro Central I de Porto Alegre, junto à 3ª Vara Criminal da Comarca, na data de 06 de fevereiro de 2026. De acordo com o entrevistado, sua jornada começou em Santo Ângelo (RS), onde o presídio era alvo do que ele chamava de “ódio generalizado” pela população. Para transformar essa percepção, o entrevistado propôs um projeto de integração com a cidade, qual seja, utilizar um terreno ocioso no fundo da prisão para criar uma horta comunitária. Com o auxílio de um trator emprestado e de colonos locais, os próprios detentos cultivaram alimentos de qualidade, como mandioca e alface, que eram entregues semanalmente, de graça, para a merenda escolar da rede pública. Essa iniciativa não apenas melhorou a imagem do presídio, mas também promoveu a ressocialização, integrando os apenados em uma atividade de valor para a comunidade.

Ao ser transferido para Santa Rosa, à época uma cidade marcada pela violência, o juiz identificou que o presídio, em vez de conter, era um gerador de criminalidade. Para reverter esse quadro, ele buscou engajar as figuras mais influentes da cidade que “nunca aparecem”. Mapeadas com a ajuda do futuro prefeito, Anderson, cerca de vinte dessas personalidades foram convidadas para um “café diferente” dentro da cadeia. No evento, organizado pelos próprios presos, empresários ouviram os relatos sinceros dos detentos sobre suas trajetórias de vida e o que os levou ao crime. A experiência gerou um profundo impacto emocional, e o empresariado, comovido, passou a apoiar massivamente os projetos de ressocialização. A partir desse momento, presos foram empregados em hospitais, na construção civil e na prefeitura, e empresas chegaram a deslocar parte de sua produção para dentro do presídio. Para gerir os recursos de penas alternativas, o juiz criou uma “conta única” com um sistema de orçamento participativo, onde a própria comunidade, incluindo o presídio e entidades como a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais (APAE), decidia a alocação das verbas. Essa estrutura de conselho da comunidade fortaleceu os laços e permitiu, inclusive, a reconstrução do asilo local após um incêndio. O juiz reforçava essa integração com ações simbólicas, como apresentar um apenado em uma reunião comunitária, humanizando-o perante

a sociedade, e caminhar pelas vilas para gerar proximidade e legitimidade para além do cargo.

Quando jurisdicionava em Santa Maria (RS), uma cidade maior e mais resistente, o juiz enfrentou desafios ampliados, o que o levou a refinar suas táticas. Ele usava a fotografia como ferramenta de sensibilização, percebendo que os presos não possuíam fotos de família. Ao firmar um acordo para imprimir as imagens a baixo custo, ele viu celas, antes decoradas com pôsteres de mulheres nuas, serem transformadas com fotos de familiares, o que incentivou os detentos a cuidarem melhor de seus espaços, promovendo uma mudança de valores.

Para quebrar a resistência local, o juiz aplicou “choques de realidade” em figuras-chave. A mais notória foi a ação com José Roberto Denardin, empresário e, à época presidente da CACISM (Câmara de Comércio, Indústria e Serviços de Santa Maria). Sidinei pontua que o empresário, no passado, havia sido contra a construção de um presídio na cidade. O juiz o levou para dentro de uma cela, onde a experiência de conversar com os presos o transformou em um aliado. Juntos, foram a Porto Alegre para uma reunião com o governador Germano Rigotto, que inicialmente se recusou a discutir o tema. Com a insistência de Denardim e a apresentação de 30 a 40 fotos impactantes do sistema prisional, que expunha inclusive a presença de crianças que visitavam seus pais dentro do ambiente prisional, o juiz conseguiu sensibilizar o governador, que se comprometeu a construir um novo presídio se um terreno fosse encontrado. No entanto, a resistência da cidade e dos políticos locais permaneceu, exigindo uma nova estratégia de mobilização em massa. Um abaixo-assinado com a meta de 50 mil assinaturas foi organizado para exercer pressão política sobre vereadores e o prefeito. Essa experiência consolidou a conclusão de que nenhuma grande mudança no sistema prisional é possível sem mobilizar a comunidade.

Ao chegar a Porto Alegre, em 2008, o juiz se deparou com o “gigantismo” e o colapso sistêmico do Presídio Central. O cenário era de uma guerra institucional paralisante entre a Brigada Militar, que administrava o local, e Superintendência dos Serviços Penitenciários (SUSEPE). Essa rivalidade resultava em boicotes mútuos. A SUSEPE, responsável pelas transferências, deixava de remover os presos que vinham à capital para audiências, gerando uma superlotação extrema. O presídio

chegou a abrigar mais de mil detentos do interior por meses, longe de suas famílias e sem acesso a serviços básicos.

Essa situação gerava um ciclo de violência endêmica. Os presos, desesperados para serem transferidos de volta para suas cidades de origem, chegavam a matar outros detentos para forçar a movimentação do sistema. A corrupção sistêmica era assustadora, com tudo sendo vendido, desde vagas a “licenças” para presos. Uma declaração do juiz à imprensa, “tenho vergonha de ser gaúcho”, levou a governadora a decretar estado de emergência e atraiu a atenção do Corregedor Nacional de Justiça (CNJ). Diante desse caos, o juiz propôs instalar uma Vara de Execuções Penais dentro do presídio, mas enfrentou forte resistência da própria cúpula do Poder Judiciário, que temia a exposição e os riscos associados à imersão em um ambiente tão volátil e corrupto.

Diante da negativa do Tribunal de Justiça em autorizar a mudança física de sua atuação para o Presídio Central, o juiz iniciou uma manobra estratégica para reverter a decisão. Com apoio da AJURIS, ele formalizou um recurso ao Conselho da Magistratura (COMAG) e, em paralelo, organizou uma intensa articulação no judiciário. Ele levou desembargadores, deputados e advogados para dentro da cadeia, para que testemunhassem a realidade insustentável. Essa articulação política garantiu o apoio institucional formalizado em ofícios do presidente da Assembleia Legislativa, da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB/RS) e do Defensor Público Geral, que foram anexados ao processo. Como resultado, o recurso foi aprovado em uma votação histórica, com o Presidente do Tribunal e o Corregedor-Geral sendo votos vencidos.

Mesmo com a vitória administrativa, a implementação enfrentou dificuldades, mas o juiz persistiu. Para conseguir instalar a vara, ele articulou com a Corregedoria Geral de Justiça, o que resultou na criação de uma vara judicial específica para mulheres e outra para o Presídio Central, com um posto avançado e a estrutura necessária para o funcionamento. Ao se instalar, o juiz reuniu os líderes dos presos e estabeleceu a condição de que o ambiente de trabalho deveria ser de respeito, sem violência. A fiscalização interna e a presença constante do Poder Judiciário foram fundamentais e resultaram em uma queda de 98% no número de óbitos dentro da prisão, provando que a redução da violência era possível através da mobilização

interna e externa. Essa resistência inicial do Judiciário, segundo ele, devia-se ao desconhecimento da cúpula do Poder Judiciário acerca da realidade carcerária.

A crise do Presídio Central expôs a completa ineficácia judicial das abordagens tradicionais. Um exemplo marcante foi a interdição de 1994, decretada pelo juiz Marco Scapini. A decisão judicial não foi cumprida, sendo suspensa pelo tribunal em menos de 24 horas após um recurso da Procuradoria-Geral do Estado. Posteriormente, o Tribunal de Justiça limitou a interdição apenas a presos condenados, permitindo a entrada de presos provisórios. Essa estratégia falha foi explorada pelo Estado, que transformou o Central em um “depósito de presos”.

O resultado foi um caos total e uma superlotação progressiva. O presídio, que tinha 1.773 presos na época da interdição, chegou a abrigar 5.300 detentos. O crescimento vegetativo do número de presos era de quatro por dia, tornando a estrutura insustentável. A cozinha, projetada para mil refeições, não dava conta da demanda, e a água não chegava às celas. O local tornou-se a maior “boca de fumo” do Estado, com apreensões de 5 mil telefones e 100 quilos de droga. Esse histórico de esgotamento das vias tradicionais demonstrou que ordens judiciais isoladas eram inúteis e que uma solução definitiva exigiria uma abordagem de maior impacto.

Reconhecendo que a presença judicial interna, embora eficaz para reduzir a violência, não resolveria o problema estrutural do prédio, a estratégia final foi a pressão internacional. A AJURIS foi fundamental nesse processo, com a ideia da denúncia à Comissão Interamericana de Direitos Humanos partindo de uma colega com experiência prévia na Vara da Infância e Juventude, a Dra. Vera de Boni. A partir daí, foi formada uma coalizão sem precedentes, um “pool” de instituições de alta credibilidade que “embretou” o Estado.

A mobilização interinstitucional incluiu a Pastoral Carcerária, o Ministério Público, a Defensoria Pública, a Ordem dos Advogados do Brasil e entidades técnicas como o Conselho Regional de Engenharia de Arquitetura (CREA) e o Conselho Regional de Medicina (CREMERS), que forneceram laudos técnicos irrefutáveis sobre as condições desumanas. A imprensa, estrategicamente mobilizada pelo juiz, também desempenhou um papel crucial ao levar a realidade do presídio para a opinião pública, criando uma narrativa que contradizia a versão oficial do governo. Essa união de forças, com legitimidade social e conhecimento técnico dos “caminhos” do Estado, criou uma pressão insuperável, forçando uma solução

estrutural para uma crise humanitária que o sistema judicial nacional, por si só, não conseguiu resolver (BRZUSKA, 2026).

3.2.1.2. Gilberto Schäfer

A entrevista realizada em 29 de março de 2026 de forma online permite compreender o caso do Presídio Central de Porto Alegre a partir da transformação de uma indignação institucional difusa em uma estratégia jurídica, política e organizacional capaz de deslocar o problema para o plano internacional. No relato de Gilberto Schäfer, sua inserção no caso não se deu inicialmente como protagonista já consolidado da pauta penitenciária, mas a partir de uma intervenção técnico-jurídica específica. O entrevistado além de Juiz de Direito era professor universitário, vinculado à clínica de Direitos Humanos da Uniritter. Ao tomar conhecimento de manifestações públicas no sentido de que o caso seria levado diretamente à Corte Interamericana, o entrevistado relata ter procurado a AJURIS para esclarecer que o encaminhamento correto deveria se dar, antes, perante a Comissão Interamericana de Direitos Humanos. Esse gesto, em aparência pontual, acabou por aproximá-lo decisivamente do caso e, ao mesmo tempo, revela a conjugação entre conhecimento técnico do sistema interamericano e disposição para convertê-lo em instrumento efetivo de enfrentamento de uma crise local.

A partir desse primeiro movimento, o entrevistado reconstrói o processo de internalização da estratégia internacional no âmbito da própria AJURIS. Segundo seu relato, a ideia de levar o caso ao sistema interamericano não surgiu como consenso espontâneo, mas exigiu convencimento interno e superação de resistências, inclusive no próprio Conselho Executivo da entidade e entre atores institucionais que viam com cautela a submissão do problema a uma instância internacional. Gilberto Schäfer destaca que uma das objeções presentes naquele momento dizia respeito à suposta afronta à soberania brasileira, o que exigiu trabalho argumentativo para demonstrar que o Brasil, ao aderir à Convenção Americana e ao sistema regional de proteção, já havia aceitado essa forma de controle e responsabilização. O relato é particularmente relevante porque mostra que a ação dos *insider activists* não consistiu apenas em denunciar violações externas ao Estado, mas também em disputar, dentro das próprias instituições, os

enquadramentos jurídicos e políticos que tornariam possível a mobilização de repertórios não usuais de atuação.

Outro elemento central do depoimento é a ênfase atribuída ao papel das imagens na construção do caso. O entrevistado afirma de modo enfático que as fotografias produzidas no contexto do Presídio Central foram decisivas para comunicar a gravidade da situação, destacando o papel exercido por Sidinei Brzuska na documentação visual das múltiplas violações de direitos humanos existentes no estabelecimento.[5] Em sua leitura, a força das imagens superava, muitas vezes, a capacidade persuasiva do discurso puramente escrito, na medida em que tornava visível, de forma imediata, o caráter degradante das condições materiais do cárcere. Essa observação tem grande interesse analítico porque reforça a ideia de que a atuação dos *insider activists* não se limitou à linguagem técnico-jurídica da petição ou da decisão judicial, tendo incorporado recursos de comunicação pública e de sensibilização social capazes de ampliar a potência política da denúncia.

O relato também oferece uma reconstrução bastante elucidativa da formação do Fórum da Questão Penitenciária. Segundo Gilberto Schäfer, a AJURIS percebeu desde cedo que uma iniciativa daquela magnitude não poderia ser sustentada isoladamente por uma associação de magistrados. Daí a decisão de construir um “pool” de entidades, reunindo diferentes expertises e distintas formas de legitimidade institucional. Em sua narrativa, esse arranjo coletivo foi decisivo para robustecer a representação perante a Comissão, assim como para organizar internamente a produção do caso. Cada entidade passou a contribuir a partir do campo específico de sua expertise, tal como estrutura predial, saúde, alimentação, direitos das mulheres, histórico institucional, condições jurídicas e sociais da prisão. A partir daí a petição ganhou densidade justamente porque resultou desse esforço coordenado. O entrevistado relata, inclusive, que a redação final da representação ficou sob sua responsabilidade, depois de recebidas as contribuições parciais das várias instituições envolvidas, o que lhe permitiu perceber a multiplicidade de violações em jogo e a necessidade de sintetizá-las em peça ao mesmo tempo técnica e contundente.

[5] Anexo I, Fotografias 1 a 15

Nessa mesma linha, a entrevista revela que a robustez do caso não decorreu apenas da articulação institucional, mas também do acesso privilegiado à informação e ao espaço prisional. Gilberto Schäfer menciona que esse era um diferencial importante da experiência gaúcha em comparação com outras situações acompanhadas por organizações de direitos humanos no Brasil. Segundo ele, a posição institucional dos juízes, somada à abertura então existente por parte do governo estadual e da Brigada Militar, permitiu que os atores envolvidos tivessem acesso facilitado ao interior do Presídio Central, às suas galerias e à produção de documentação direta sobre as condições de encarceramento. Para o entrevistado, essa circunstância foi decisiva, já que sem vivência institucional, sem trânsito interno e sem conhecimento acumulado das engrenagens do sistema prisional, dificilmente teria sido possível identificar inconsistências nas manifestações do Estado ou construir a resposta técnica que a Comissão recebeu ao longo dos anos. É precisamente nesse ponto que a noção de *insider activism* ganha maior nitidez no depoimento, pois se percebe que a atuação em favor dos direitos humanos é potencializada pelo fato de esses agentes ocuparem posições a partir das quais conseguem ver, entrar, documentar e articular.

A entrevista foca ainda no caráter estrutural do litígio. Na visão de Gilberto Schäfer, a representação soube formular desde o início um pedido que já preparava um processo estrutural, isto é, que não se limitava à denúncia de violações isoladas, mas buscava acionar um mecanismo de reorganização progressiva das responsabilidades estatais. Esse ponto aparece com clareza quando ele afirma que uma das funções mais importantes do caso foi trazer também a União para o centro da questão, deslocando o problema de uma esfera exclusivamente estadual para um plano mais amplo de responsabilização federativa. Ao mesmo tempo, sustenta que processos dessa natureza só produzem efeitos quando mantêm conexões internas, tais como mobilização institucional, visitas de autoridades nacionais, produção contínua de laudos e mobilização de autoridades e imprensa. Em seu entendimento, a força do procedimento interamericano esteve justamente em operar como catalisador de um debate mais amplo, apto a irradiar efeitos sobre o CNJ, sobre a própria magistratura e sobre a administração penitenciária.

Outro aspecto relevante do depoimento diz respeito à descrição das resistências encontradas por esse tipo de atuação. Gilberto Schäfer afirma que, de

modo geral, não houve resistência institucional dentro do Poder Judiciário contra os magistrados envolvidos, nem oposição frontal da estrutura judiciária à atuação desenvolvida. Ainda assim, identifica algumas reações genéricas, especialmente por parte de órgãos de segurança e de setores da magistratura menos simpáticos à agenda de direitos humanos. Segundo seu relato, juízes da execução penal que forneciam informações ou atuavam de forma mais incisiva por melhores condições carcerárias por vezes sofriam reações e retaliações indiretas, exigindo intervenção institucional para impedir que tais movimentos se consolidassem. O entrevistado também relembra um período em que a própria possibilidade de a AJURIS se manifestar em matéria de direitos humanos foi intensamente questionada por setores da categoria, sob o argumento de que isso representaria espécie de “pré-julgamento” político. Esse ponto é importante porque mostra que o *insider activism* não se desenvolve em ambiente neutro, mas depende de legitimidade interna e está permanentemente exposto a disputas sobre o papel institucional do juiz, os limites do associativismo judicial e a própria definição do que se entende por defesa de direitos humanos.

Por fim, a entrevista oferece uma leitura sobre os efeitos e os limites do percurso realizado. De um lado, Gilberto Schäfer reconhece o êxito histórico da mobilização, ressaltando que o antigo Presídio Central, tal como existia, foi efetivamente superado e que a representação perante a Comissão contribuiu para manter pressão institucional por longos anos, até a reestruturação da unidade. De outro, recusa qualquer leitura triunfalista. O entrevistado chama atenção para problemas persistentes da nova Cadeia Pública, menciona preocupações com insalubridade decorrente de certas soluções adotadas para controle do uso de celulares, aponta insuficiência de oportunidades de trabalho e leitura e ressalta que a progressividade dos direitos humanos não exclui seu caráter regressivo no plano dos fatos, já que conquistas obtidas podem ser erodidas se não houver vigilância contínua. Essa percepção o leva a sustentar que o eventual encerramento do caso pela Comissão não elimina a necessidade de manifestação crítica e de monitoramento posterior, precisamente porque a superação de uma estrutura historicamente degradada não significa, por si só, o fim da luta por condições dignas de encarceramento (SCHÄFER, 2026).

3.2.1.3. Paulo Augusto Oliveira Irion

A entrevista foi realizada nas dependências da Presidência da AJURIS, em 11 de março de 2026. Durante a entrevista, Paulo Augusto Oliveira Irion reconstrói o caso do Presídio Central de Porto Alegre como um processo de longa duração, marcado pela combinação entre degradação estrutural, visibilidade pública e fracasso reiterado das respostas institucionais tradicionais. O antigo Presídio Central aparece, em seu relato, como símbolo nacional do colapso prisional brasileiro, tendo sido objeto de visitas de autoridades de cúpula, intensa cobertura jornalística, documentários, exposições fotográficas e da própria Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) do Sistema Carcerário, que o projetou como exemplo extremo de violação de direitos. Embora a articulação decisiva tenha se consolidado a partir de 2012, com denúncia à Comissão Interamericana de Direitos Humanos (CIDH) formalizada em 2013, os desdobramentos do caso se estenderam por mais de uma década, alcançando a demolição da antiga estrutura e a criação da nova Cadeia Pública de Porto Alegre no ano de 2025. Ainda assim, o entrevistado assinala que a superação material do antigo edifício não implicou, por si só, o desaparecimento das violações, persistindo problemas como superlotação residual, custódia indevida em delegacias e deficiências nas condições ambientais de encarceramento.

Segundo o entrevistado, o ponto de inflexão decorreu da percepção de esgotamento dos mecanismos ordinários de atuação judicial. A interdição prevista na Lei de Execução Penal, embora formalmente existente, vinha sendo reiteradamente descumprida pelo Estado ao longo de cerca de duas décadas, o que evidenciava os limites concretos da atuação jurisdicional fundada exclusivamente na autoridade da decisão judicial. Nesse contexto, a iniciativa articulada pela AJURIS, sob a presidência de Gilberto Schäfer, teria surgido a partir de um impulso simultaneamente ético e pragmático. Ético, porque assentado na centralidade da dignidade da pessoa humana; pragmático, porque consciente de que a “força da caneta”, isoladamente, era insuficiente para alterar uma realidade institucional tão profundamente degradada. O entrevistado sugere, assim, que a ação exigia não apenas decisão judicial, mas também construção de condições políticas, sociais e institucionais capazes de tornar efetiva a transformação pretendida.

Nessa linha, destaca-se, no relato, a formação de um consórcio interinstitucional como elemento central da estratégia adotada. A atuação não se limitou ao espaço jurisdicional estrito, mas buscou repartir responsabilidades e ampliar a legitimidade da intervenção por meio da aproximação com Ordem dos Advogados do Brasil, Ministério Público, Defensoria Pública, Conselho da Comunidade, organizações da sociedade civil, especialistas e academia. Para o entrevistado, a liderança judicial teve papel relevante na agregação desses atores, seja por conferir densidade pública à causa, seja por oferecer uma "condição de fala" qualificada sobre a realidade intramuros. Além disso, a robustez da iniciativa foi fortalecida pela produção de laudos técnicos, especialmente pelo Conselho Regional de Engenharia e Arquitetura (CREA) e Conselho Regional de Medicina do Estado do Rio Grande do Sul (CREMERS), que documentaram problemas estruturais e sanitários e forneceram suporte probatório consistente para medidas urgentes. O relato também evidencia a importância do aporte de criminólogos e sociólogos, cuja contribuição ajudou a traduzir a gravidade do problema para além da linguagem estritamente jurídica.

A entrevista permite compreender essa experiência como forma de ativismo institucional interno, ou *insider activism*, exercido por magistrados a partir de sua posição no interior do sistema de justiça. Na perspectiva do entrevistado, tal atuação produziu vantagens específicas, tal como a legitimidade pública, acesso à mídia, conhecimento das engrenagens estatais e familiaridade concreta com a realidade prisional. Ao mesmo tempo, esse tipo de engajamento esteve sujeito a limites importantes, como resistências burocráticas, barreiras legais, descumprimento reiterado de ordens judiciais e até estigmatização interna de magistrados identificados como excessivamente humanistas ou garantistas. A mídia, nesse processo, foi descrita menos como espectadora e mais como parceira estratégica, tanto na proteção dos atores envolvidos quanto na sustentação de uma narrativa pública capaz de disputar o senso comum punitivista e explicar à sociedade a dimensão humana das violações.

Outro aspecto importante do depoimento reside na leitura do Presídio Central como espaço de produção de violência estrutural. O entrevistado chama atenção para o caráter anômalo de sua gestão, marcada durante décadas pela militarização da custódia interna, com presença de policiais militares armados em função

incompatível com padrões mais adequados de administração penitenciária. Essa configuração teria reforçado um ambiente de exceção e contribuído para inviabilizar práticas de humanização. Além disso, o ingresso na unidade era descrito como mecanismo de *gatekeeping* regional, por meio do qual o próprio Estado acabava alocando presos segundo critérios geográficos que, na prática, alimentavam filiações compulsórias a facções. O problema, portanto, não se restringia à indignidade material das condições de encarceramento, mas envolvia também a produção institucional de dinâmicas de violência, risco e morte, especialmente entre jovens. Nesse sentido, a desativação e posterior demolição do Presídio Central aparecem, no relato, não apenas como medida de afirmação de direitos, mas também como estratégia concreta de preservação de vidas.

A entrevista também atribui relevo à articulação entre escalas locais, nacionais e internacionais de pressão institucional. Relatórios do Conselho Nacional de Justiça e inspeções do Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária (CNPCP) teriam corroborado o diagnóstico de que o Presídio Central não admitia solução incremental, exigindo resposta estrutural. Ao mesmo tempo, o acionamento do Sistema Interamericano, especialmente da Comissão, é apresentado como fator decisivo para deslocar o problema do plano doméstico rotineiro para um campo ampliado de responsabilização. Na avaliação do entrevistado, o Rio Grande do Sul teria se destacado, em comparação com outras experiências estaduais, na qual ele cita expressamente o caso do Complexo de Curado em Recife (PE), por cumprir de modo mais consistente as medidas internacionais, especialmente ao substituir a antiga estrutura por uma nova unidade. Ainda assim, ele enfatiza que a superação do “inferno prisional” não pode ser confundida com mera transferência espacial da crise, já que a persistência da superlotação e de outras precariedades revela a necessidade de monitoramento contínuo.

No plano da gestão penitenciária, o entrevistado defende a ideia de controle rigoroso das vagas a partir da chamada capacidade de engenharia, entendida como limite material do estabelecimento para funcionamento minimamente racional de serviços essenciais, como água, esgoto, energia, alimentação e trabalho intramuros. A superlotação, nessa chave, não seria um dado inevitável a ser administrado, mas uma anomalia a ser contida por decisões firmes. O relato menciona, inclusive, a utilização de estratégias graduais, como antecipação de progressões e ampliação

da monitoração eletrônica, articuladas com imposição de prazos e metas ao Estado. Nesse contexto, o entrevistado reivindica a formulação de uma das primeiras decisões judiciais no país a aplicar a teoria dos *numerus clausus* como instrumento de controle da lotação carcerária, posteriormente referida em manual do Conselho Nacional de Justiça. Seu depoimento evidencia, assim, uma concepção de jurisdição que não se limita à administração do colapso, mas busca impedir sua naturalização.

Por fim, a entrevista sublinha que a atuação judicial só se mostrou efetiva porque foi acompanhada de presença concreta no “chão da galeria”, com visitas, escuta, atendimento individual e interlocução direta com a realidade carcerária. Em contraposição a modelos meramente burocráticos de fiscalização, o entrevistado valoriza uma magistratura capaz de conhecer empiricamente o ambiente sobre o qual decide. Essa proximidade teria qualificado as decisões, ampliado a legitimidade da intervenção e permitido construir respostas mais aderentes à complexidade do problema. Em síntese, seu relato sugere que o caso do Presídio Central exemplifica uma situação em que o colapso das vias tradicionais exigiu protagonismo judicial ampliado, articulação interinstitucional, produção de prova técnica, comunicação pública estratégica e pressão em várias escalas. A experiência, embora tenha produzido transformações relevantes, permanece inacabada, pois os avanços obtidos não eliminam a necessidade de vigilância permanente sobre as condições de encarceramento e sobre a tendência recorrente de normalização da violência prisional (IRION, 2026).

3.2.2 O nascimento do impulso ético a partir dos relatos dos insider activists

A análise conjunta dos relatos de experiência de Sidinei Brzuska, Gilberto Schäfer e Paulo Augusto Oliveira Irion permite identificar um elemento comum que antecede as estratégias jurídicas, institucionais e internacionais posteriormente adotadas no caso do Presídio Central de Porto Alegre, qual seja, o nascimento de um impulso ético diante da degradação prisional. Embora cada um dos entrevistados tenha ocupado posição distinta na trajetória do caso, seus relatos convergem na percepção de que a realidade do Presídio Central havia ultrapassado o limite do

tolerável, revelando uma situação de violação estrutural que não poderia mais ser tratada como problema ordinário de administração penitenciária.

No relato de Sidinei Brzuska (2026), esse impulso aparece de forma especialmente vinculada ao contato direto com o espaço prisional. A experiência de ingressar nas galerias, observar as condições materiais de encarceramento, dialogar com os presos e perceber a dinâmica interna de violência, facções, superlotação e abandono produziu uma forma de conhecimento que não era apenas técnico ou jurídico, mas também sensível e moral. A questão prisional deixou de ser uma mera abstração e passou a ser compreendida como realidade concreta de sofrimento humano. Esse contato direto com a degradação permitiu ao magistrado estranhar aquilo que, para parte das instituições e da sociedade, havia se tornado normalizado.

A entrevista de Gilberto Schäfer (2026), por sua vez, revela a transformação desse desconforto ético em uma elaboração técnico-jurídica mais estruturada. Sua contribuição esteve ligada, especialmente, à percepção de que a violação local poderia e deveria ser traduzida em linguagem própria do Sistema Interamericano de Direitos Humanos. O impulso ético, nesse caso, não se apresenta apenas como indignação diante da realidade prisional, mas como disposição de buscar um caminho institucional capaz de superar os limites das respostas internas. A partir de seu conhecimento acadêmico e jurídico, o entrevistado contribuiu para converter a percepção de injustiça em estratégia argumentativa, articulando a denúncia às categorias, procedimentos e exigências do sistema internacional de proteção.

Já o relato de Paulo Augusto Oliveira Irion (2026) evidencia a dimensão institucional e coletiva desse impulso. Sua narrativa destaca que a atuação no caso decorre da constatação de que os instrumentos ordinários vinham se mostrando insuficientes para produzir transformação real. A partir dessa percepção, a mobilização passou a exigir articulação entre instituições, produção de prova técnica, diálogo com a sociedade, aproximação com a imprensa e acionamento de instâncias externas de responsabilização. O impulso ético, portanto, deixa de ser uma reação individual e se converte em energia de agregação institucional.

Os três relatos permitem compreender que o impulso ético dos *insider activists* não surgiu de uma reflexão abstrata sobre direitos humanos, mas do confronto concreto com uma realidade extrema. A degradação do Presídio Central saiu dos processos, dos documentos, dos meros relatos e atuações institucionais para

transitar na vida real. É nesse sentido que a noção de impulso ético se mostra relevante para a análise do caso. A atuação desses magistrados não nasceu apenas da aplicação formal da lei, nem de uma adesão genérica ao discurso dos direitos humanos, mas de uma recusa em aceitar que a violência estrutural do cárcere continuasse a ser administrada como rotina.

A posição institucional dos entrevistados foi decisiva nesse processo. Como magistrados, possuíam acesso ao interior do sistema prisional, legitimidade pública, conhecimento dos mecanismos judiciais e administrativos e capacidade de interlocução com outras instituições. O nascimento do impulso ético foi facilitado pela condição de contato direto dos entrevistados com o problema, bem como com as ineficiências das soluções jurídicas tradicionais. Assim, percebe-se que o impulso ético não se confunde com mera sensibilidade individual ou indignação moral episódica, mas foi a força motriz para o início do um processo de transformação da realidade. Primeiro, houve o estranhamento diante da degradação. Depois, a percepção de que as respostas ordinárias eram insuficientes. Em seguida, a busca por articulação institucional e por novas estratégias de enfrentamento. Esse percurso confirma a ideia de que os direitos humanos, compreendidos em perspectiva crítica, dependem de sujeitos capazes de romper a acomodação diante da injustiça e de transformar o desconforto ético em ação orientada à mudança da realidade.

Os relatos de experiência analisados neste capítulo permitem concluir que a atuação dos *insider activists* no caso do Presídio Central de Porto Alegre não nasceu, inicialmente, como estratégia jurídica plenamente definida, mas como reação ética diante de uma realidade institucional que se tornara insustentável. O contato direto com a degradação prisional, a percepção da insuficiência das respostas ordinárias e a recusa em aceitar a violência carcerária como dado inevitável produziram, nesses magistrados, uma forma de desconforto ético capaz de romper a naturalização do problema.

Esse impulso, contudo, não permaneceu no plano da indignação individual. A experiência do Presídio Central demonstra que a inquietação ética, para produzir efeitos institucionais, precisa converter-se em ação política organizada. É justamente essa passagem que será examinada no capítulo seguinte. Se o presente capítulo buscou identificar o pano de fundo da violação estrutural e o surgimento do desconforto ético nos atores internos do sistema de justiça, o capítulo seguinte

analisará como esse impulso se transformou em práticas concretas de intervenção: decisões judiciais e administrativas, articulação institucional, denúncia pública, mobilização da imprensa, acionamento do Sistema Interamericano de Direitos Humanos e monitoramento das respostas estatais.

4. A AÇÃO POLÍTICA NO CASO DO PRESÍDIO CENTRAL DE PORTO ALEGRE

A partir do ponto de partida do impulso ético de inconformidade diante da degradação prisional, denota-se a necessidade de algo mais para a transformação da realidade. O impulso ético, por si só, não seria suficiente para alterar uma situação de violação de direitos humanos estruturalmente consolidada ao longo de décadas. Para que a recusa ética à naturalização da violência carcerária produzisse efeitos concretos, foi necessário transformá-la em ação política, isto é, em práticas organizadas de intervenção institucional, produção de visibilidade pública, articulação entre atores diversos e mobilização de mecanismos nacionais e internacionais de responsabilização.

É essa conversão do impulso ético em ação política que se examina neste capítulo. Em primeiro lugar, serão analisadas as primeiras decisões judiciais e administrativas adotadas no âmbito interno, as quais revelam tanto o reconhecimento institucional da gravidade do problema quanto os limites das respostas tradicionais. Em seguida, será examinada a atuação política dos i*nsider activists*, especialmente por meio da denúncia à sociedade das condições do Presídio Central e da construção de uma agenda pública em torno da crise prisional. Na sequência, será analisada a representação apresentada à Comissão Interamericana de Direitos Humanos, compreendida como momento de inflexão em que a busca por soluções internas cede espaço a uma estratégia de conflito institucional perante o Sistema Internacional de proteção dos direitos humanos. Por fim, o capítulo abordará o monitoramento das medidas adotadas pelo Estado brasileiro, demonstrando que a ação política não se esgotou na denúncia, mas se prolongou em práticas contínuas de fiscalização, cobrança e reavaliação das condições concretas de encarceramento.

4.1 Primeiras decisões judiciais e administrativas no âmbito interno

Antes da internacionalização do caso do Presídio Central de Porto Alegre, houve um percurso relativamente longo de respostas internas, tanto judiciais quanto administrativas, voltadas a enfrentar a deterioração da unidade. A importância desse percurso está em mostrar que a atuação posterior dos *insider activists* ocorreu para

enfrentar o progressivo esgotamento de mecanismos internos que já haviam sido acionados sem produzir transformação estrutural suficiente. A própria representação apresentada à Comissão Interamericana em 2013 já partia dessa premissa ao afirmar que a denúncia ocorreu após o “exaurimento das vias judiciais disponíveis”, a consolidação de decisões judiciais já estabilizadas e o reiterado descumprimento de recomendações extrajudiciais formuladas por órgãos nacionais de fiscalização (AJURIS et al., 2013a).

O primeiro grande marco desse processo foi a interdição parcial decretada em 4 de agosto de 1995. Conforme a decisão que foi utilizada para embasar a denúncia à Comissão e posteriormente consolidada no processo SEEU n. 8001366-41.2021.8.21.0001 (RIO GRANDE DO SUL, 2021), a situação do Presídio Central foi descrita como “caótica”, “de conhecimento geral”, marcada por inadequação estrutural, promiscuidade, superlotação, insalubridade e proliferação de doenças, registrando que, para uma estrutura de 600 lugares, havia aproximadamente 1.850 presos (RIO GRANDE DO SUL, 1995). A petição apresentada pela Defensoria Pública nesse mesmo processo em 2021 retoma esse episódio e o interpreta como a primeira interdição judicial da casa prisional, precisamente em razão da superlotação, da precariedade estrutural e da insalubridade que favorecia a propagação de doenças (DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL, 2021). A representação da AJURIS, por sua vez, ao resumir historicamente esse momento, menciona “um presídio de 660 vagas com pelo menos 1.773 detentos” (AJURIS et al., 2013a). Há, portanto, pequena oscilação documental de mensuração, mas que já indicava na década de 90 um quadro de degradação judicialmente reconhecido e incompatível com a custódia estatal digna.

A interdição de 1995, contudo, foi logo reduzida em seu alcance. Segundo a petição da Defensoria Pública, após recurso ministerial a restrição foi modulada pela 1ª Câmara Criminal do Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul, que proibiu apenas o ingresso de presos definitivamente condenados para cumprimento de pena no Presídio Central (DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL, 2021). A representação de 2013 reconstrói o mesmo episódio em termos semelhantes, observando que a ideia passou a ser preservar o Presídio Central como unidade destinada prioritariamente aos presos provisórios (AJURIS et al., 2013a). Tratava-se de uma tentativa de reordenar a função da unidade, porém, a

solução revelou-se limitada, porque não enfrentava a crise sistêmica de vagas nem o crescimento constante da população encarcerada.

A insuficiência dessa resposta aparece mais claramente na cronologia reproduzida pela representação da AJURIS. Segundo o documento, embora o Estado tenha promovido acréscimos pontuais de vagas após 1995, o número de presos cresceu em escala muito superior. Se, naquele primeiro momento, a população carcerária girava em torno de 1.773 presos, em 2007 já alcançava 3.949, o que fez com que o déficit de vagas mais do que dobrasse no período (AJURIS *et al.*, 2013).

É nesse contexto que se insere a ação civil pública 001/1.07.0283822-9 ajuizada pelo Ministério Público em 2007 (RIO GRANDE DO SUL, 2009), apontada na representação de 2013 como outro momento relevante da resposta interna. Segundo a peça, a demanda buscava obrigar o Estado a criar vagas prisionais vinculadas à Vara de Execuções Criminais de Porto Alegre. A sentença, proferida em 6 de fevereiro de 2009, julgou procedente o pedido e determinou a criação de 3.387 vagas de regime fechado, em prazo de quatro anos e meio, para desafogar o Presídio Central (AJURIS *et al.*, 2013a). A representação acrescenta que o Tribunal de Justiça manteve a decisão em 10 de março de 2010, e que os recursos posteriores do Estado não possuíam, em regra, efeito suspensivo, o que reforçava o diagnóstico de mora estatal no cumprimento da obrigação judicialmente imposta (AJURIS *et al.*, 2013a). Esse episódio mostra que, antes da busca da solução no âmbito interamericano, já se tentava constranger o Executivo, por via judicial interna, a adotar providência estrutural positiva.

O agravamento do quadro, no entanto, exigiu também intervenções pontuais sobre setores específicos do presídio. A representação menciona decisão de 17 de novembro de 2008 proferida pelo Juiz da Vara de Execuções Criminais juntada no anexo 24 da Representação. Na decisão, o juízo registra que o estabelecimento já sofria interdição desde 1995, que possuía capacidade de engenharia para 1.594 presos e que, apesar disso, abrigava aproximadamente 4.800 detentos (AJURIS *et al.*, 2013a). Nesse documento deixa-se claro o ingresso diário médio de presos oriundos do interior, a média mensal de 21.607 visitantes e a existência de celas com 38 pessoas onde caberiam apenas oito (RIO GRANDE DO SUL, 2008). Diante desse cenário, foi decretada a interdição da 3ª galeria do pavilhão “C”, apontada como a

parte mais deteriorada do presídio, ou seja, um corredor com cerca de 60 metros e 44 celas, sem portas, sem camas e com janelas destruídas, no qual os presos dormiam no chão, nos corredores ou em tramas improvisadas de panos e plásticos (RIO GRANDE DO SUL, 2008).

Mas a interdição da galeria “C” tampouco se revelou solução estável. De acordo com a representação, poucos meses depois, foi necessária flexibilização temporária da restrição, justamente porque os novos pavilhões ainda não estavam prontos e o fluxo de presos oriundos do interior permanecia intenso (AJURIS *et al*., 2013a). Fica claro que o Poder Judiciário reconhecia a inadequação das condições da estrutura do presídio, porém, em face da ausência de alternativas trazidas pelo sistema, acabava-se afrouxando o rigor das decisões a fim de se acomodar os presos naqueles ambientes antes interditados. Com isso, ficava evidente a incapacidade do sistema prisional de absorver a pressão da superlotação pelo uso das medidas jurídicas e administrativas tradicionais.

As interdições seguintes confirmaram esse padrão. A representação menciona o caso da 1ª galeria do pavilhão “B”, quando o efetivo carcerário estava acima de 200%, percentual estabelecido pelo juízo como limite máximo tolerável, afirmando que a galeria abrigava 409 presos em espaço para 132 e que o juízo limitou a lotação a 264 presos, além de proibir o ingresso no Presídio Central de condenados de primeiro ingresso dos regimes semiaberto e aberto e de determinados presos oriundos de outros estabelecimentos interditados. Pouco depois, medida semelhante foi adotada em relação à 1ª galeria do pavilhão “D”, igualmente superlotada, com o mesmo teto de 200% da capacidade (AJURIS *et al.*, 2013a).

Todavia, a estratégia não funcionou. A representação de 2013 observa expressamente que os presos que deixavam de ingressar em uma galeria eram simplesmente absorvidos por outras, de modo que a interdição setorial não alterava a lógica geral da superlotação (AJURIS *et al*., 2013a). A Defensoria no processo SEEU 80013664120218210001 (RIO GRANDE DO SUL, 2021), ao reconstituir a evolução do caso, chega à mesma conclusão ao assinalar que, como as interdições das galerias não surtiram o efeito esperado, as restrições parciais das galerias 1ª do “B” e 1ª do “D” foram suspensas, sendo então determinada interdição parcial mais ampla dos pavilhões “B”, “D” e “F”, com fixação de teto máximo de 4.650 presos para

a unidade (DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL, 2021).

Ao lado das decisões judiciais, houve também atuação administrativa e extrajudicial. A representação perante a Comissão Interamericana de Direitos Humanos relembra que, em 2009, a Comissão Parlamentar de Inquérito do Sistema Carcerário atribuiu ao Presídio Central a condição de pior unidade prisional do Brasil, com base em critérios como superlotação, insalubridade, arquitetura prisional, assistência médica e maus-tratos (AJURIS *et al.*, 2013a). O mesmo documento ressalta que, naquele ano, também o Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária realizou inspeção e formulou recomendações urgentes, igualmente voltadas a enfrentar a crise (AJURIS *et al.*, 2013a). Ou seja, o reconhecimento das violações de direitos humanos e falta de condições estruturais do Presídio Central se dava tanto pelos juízes das Varas de Execução Criminal, como a partir de órgãos parlamentares, técnicos e administrativos do Estado brasileiro.

A questão do Presídio Central, portanto, passou por diversas tentativas de solução por parte do Estado Brasileiro até o ingresso da representação perante o Sistema Interamericano. Antes da atuação perante a Comissão Interamericana, já havia uma sucessão de interdições, limitações de lotação, ordens de criação de vagas, inspeções e decisões administrativas. Havia uma sucessão de respostas institucionais, mas sempre incapazes de produzir efeitos duradouros. Foi justamente esse contraste entre reconhecimento interno reiterado das violações ao lado da e persistência dessas violações que abriram espaço para a atuação dos *insider activists*, primeiro pela articulação institucional interna e, em seguida, pela mobilização da denúncia pública e da mobilização do sistema interamericano. Nesse sentido, as primeiras decisões judiciais e administrativas no âmbito interno foram etapas indispensáveis para o caso do Presídio Central, mas não resolveram a crise, apenas expuseram o limite das vias tradicionais de enfrentamento.

4.2 A ação política dos *insider activists*

Antes de examinar a denúncia pública das condições do Presídio Central e a posterior petição perante a Comissão Interamericana de Direitos Humanos, é necessário retomar a estrutura teórica desenvolvida no capítulo anterior acerca da

passagem do impulso ético à ação política. Como já sustentado, o impulso ético constitui o momento inicial de estranhamento diante da injustiça naturalizada, mas não transforma, por si só, a realidade. Para produzir efeitos institucionais, precisa converter-se em ação política, a qual pode assumir, em um primeiro momento, a forma de ação comunicativa orientada à construção de consensos e, em um segundo momento, diante do esgotamento dessa via, a forma de ação social fundada no conflito legítimo.

A ação política, portanto, não se inicia necessariamente pelo conflito. A partir da teoria do agir comunicativo de Jürgen Habermas, compreende-se que a transformação de uma realidade social injusta pode ser inicialmente buscada pela via da argumentação, da deliberação e da construção racional de entendimentos compartilhados. O agir comunicativo refere-se à interação entre sujeitos capazes de fala e ação que estabelecem uma relação interpessoal orientada ao entendimento, e não simplesmente ao êxito estratégico ou à imposição de uma vontade sobre outra (HABERMAS, 2022). Nessa perspectiva, a linguagem é mais do que mero instrumento de transmissão de informações, mas meio de coordenação das ações sociais, permitindo que os participantes busquem consensos racionalmente motivados (HABERMAS, 2022; BETTINE, 2021).

Essa primeira dimensão da ação política exige, contudo, condições mínimas de fala. A busca pelo consenso pressupõe que os sujeitos envolvidos possam apresentar argumentos, questionar razões, justificar posições e influenciar o processo decisório. Na formulação habermasiana, a legitimidade do entendimento depende da possibilidade de que as pretensões de validade sejam submetidas à crítica e ao reconhecimento intersubjetivo dos participantes (HABERMAS, 2022; BETTINE, 2021). Por isso a ação comunicativa exige que os interlocutores tenham efetiva capacidade de participar do processo argumentativo.

No caso do Presídio Central de Porto Alegre, os *insider activists* possuíam uma condição de fala qualificada. Essa condição decorria da posição institucional que ocupavam, do acesso direto ao espaço prisional, do conhecimento técnico-jurídico acumulado, da possibilidade de produzir documentos, decisões, laudos e relatórios, bem como da capacidade de mobilizar instituições públicas, entidades da sociedade civil, imprensa e opinião pública. Diferentemente dos ativistas externos ao Estado, esses agentes falavam a partir de dentro da própria estrutura institucional, o

que conferia especial densidade à denúncia da realidade prisional e maior potencial de influência sobre os processos decisórios.

Essa etapa comunicativa manifestou-se, no caso concreto, nas sucessivas tentativas de enfrentamento interno da crise prisional. As inspeções judiciais, os relatórios técnicos, as decisões de interdição parcial, as ordens de criação de vagas, as recomendações administrativas e as interlocuções com diferentes órgãos do Estado representaram esforços de construção de consenso institucional acerca da gravidade da situação. O impulso ético surgido diante da degradação prisional buscou, inicialmente, transformar-se em convencimento racional para demonstrar, por meio de argumentos, documentos e evidências, que a permanência daquela realidade era incompatível com os direitos humanos e com a própria responsabilidade estatal pela custódia.

Todavia, a experiência do Presídio Central revelou também os limites da ação política fundada exclusivamente na busca de consenso. Embora a argumentação institucional tenha produzido diagnósticos contundentes, decisões judiciais, relatórios e recomendações, a realidade material da prisão permaneceu marcada por superlotação, insalubridade, precariedade estrutural, violência e reiterada violação da dignidade das pessoas privadas de liberdade. A comunicação institucional, embora necessária, mostrou-se insuficiente para produzir a transformação estrutural esperada. A permanência da violação, apesar de conhecida, documentada e reconhecida por diferentes instâncias, revelou o esgotamento da via consensual.

É nesse ponto que a ação política precisa dar um passo adicional. Quando a busca de consenso se mostra incapaz de romper a inércia institucional, a continuidade da ação política pode exigir a passagem para o conflito legítimo. Esse conflito não se confunde com ruptura arbitrária, violência ou oposição meramente estratégica ao Estado. Trata-se de conflito fundado em pretensões normativas legítimas, voltado à superação de uma situação persistente de desrespeito, exclusão e negação prática de direitos. Nessa dimensão, a teoria da luta por reconhecimento de Axel Honneth permite compreender que determinados conflitos sociais não decorrem apenas de interesses materiais ou de disputas por poder, mas de experiências de desrespeito capazes de mobilizar sujeitos e grupos em busca da restauração ou ampliação de relações de reconhecimento (HONNETH, 2009).

A contribuição de Honneth é especialmente relevante porque recoloca o conflito no centro da teoria crítica. Ao contrário de uma leitura que veja o conflito apenas como desvio, disfunção ou ameaça à ordem, a luta por reconhecimento permite compreendê-lo como força moral de transformação social. As experiências de privação de direitos e de degradação de formas de vida podem produzir lutas sociais quando atingem a esfera jurídico-moral do autorrespeito e a esfera social da estima, fazendo com que sujeitos ou grupos passem a reivindicar reconhecimento em um patamar superior (HONNETH, 2009). Assim, o conflito legítimo é aquele que nasce de uma experiência de desrespeito e se orienta à superação de uma condição de negação da dignidade.

A realidade do Presídio Central pode ser compreendida precisamente a partir dessa chave. As pessoas privadas de liberdade permaneciam formalmente reconhecidas como sujeitos de direitos, mas eram concretamente submetidas a condições materiais que negavam esse reconhecimento. A distância entre titularidade formal e experiência real da prisão revelava uma forma de desrespeito institucional. A degradação do cárcere representava a negação prática da condição de pessoa, com privação de direitos, exposição à violência, rebaixamento da dignidade humana e exclusão dos presos do campo efetivo de reconhecimento jurídico e social.

Diante desse quadro, a denúncia pública e a petição perante a Comissão Interamericana de Direitos Humanos podem ser compreendidas como a passagem da ação comunicativa para a ação social fundada no conflito legítimo. A denúncia à sociedade das condições do Presídio Central ampliou a arena comunicativa, mobilizando imprensa, opinião pública e setores da sociedade civil em torno de uma pauta até então naturalizada ou invisibilizada. Já a petição ao Sistema Interamericano deslocou o conflito para uma arena institucionalizada de responsabilização internacional, submetendo o Estado brasileiro a parâmetros externos de proteção dos direitos humanos.

No caso concreto, portanto, o conflito assumiu forma institucionalizada, por meio do Sistema Interamericano de Direitos Humanos. Isso não significa, contudo, que a ação política fundada no conflito se limite necessariamente a essa via. Em outros contextos, ela poderia expressar-se por mobilizações sociais, campanhas públicas, pressão legislativa, litígios estratégicos, atuação coletiva ou outras formas

de tensionamento da ordem vigente. O ponto central é que, quando o consenso se esgota e a violação persiste, o conflito pode tornar-se continuidade legítima da ação política, desde que fundado em pretensões éticas, democráticas e emancipatórias.

É essa passagem que será examinada nos subitens seguintes. Primeiro, analisa-se a denúncia à sociedade das condições do Presídio Central, compreendida como estratégia de ampliação da esfera pública e de mobilização social em torno da violação de direitos humanos no ambiente prisional. Em seguida, examina-se a petição perante a Comissão Interamericana de Direitos Humanos, entendida como momento de institucionalização internacional do conflito e de luta por reconhecimento das pessoas privadas de liberdade como titulares efetivos de direitos humanos.

4.2.1 Denúncia à sociedade das condições do Presídio Central

A denúncia à sociedade das condições do Presídio Central foi construída progressivamente por meio de uma estratégia de visibilização pública que combinou inspeções judiciais, registros fotográficos, entrevistas e reportagens de grande circulação, transformando em fato social e político aquilo que permaneceu por muito tempo confinado aos muros do cárcere. Já em 2008, decisões relacionadas à garantia de visitas e à fiscalização do sistema penitenciário vinham sendo publicizadas pela imprensa, ao mesmo tempo em que a figura do juiz da execução penal surgia no debate público tanto na sua função tradicional de prolator de decisões nos processos, quanto como ativista que descrevia, em linguagem acessível à sociedade, a degradação concreta das prisões gaúchas (JUSTIÇA..., 2008; NUNCA..., 2008). Nesse primeiro momento, a denúncia pública operava como relato jornalístico da crise e como forma de expor o problema institucional, conferindo legitimidade social a uma pauta que, até então, era tratada como assunto interno da administração penitenciária.

O papel das imagens foi particularmente importante nesse processo. A cobertura de Zero Hora em novembro de 2008, ao apresentar o especial sobre o Presídio Central sob expressões como “No corredor do inferno”, mostrou de forma inédita a degradação prisional, que apresentava corredores deteriorados, celas destruídas, improvisações estruturais, objetos artesanais de contenção e segurança,

além da vida cotidiana em um ambiente descrito como hostil, insalubre e marcado pela perda de controle estatal (ETCHECHURY, 2008; NO CORREDOR..., 2008). A força simbólica dessa cobertura foi ampliada pelo fato de a reportagem trazer à opinião pública imagens internas do pavilhão “C”, descrito como o espaço “em que o inferno arde”, com paredes destruídas, esgoto, fiação exposta, objetos improvisados e sinais concretos de uma rotina de abandono e risco permanente (NO CORREDOR..., 2008). A imprensa, nesse contexto passa a funcionar como espaço de tradução pública da violação.

Em 2009, essa denúncia pública passa a combinar descrição da estrutura do cárcere com avisos claros de que o sistema estava atravessando um esgotamento. Reportagens que estampavam expressões como “Juiz ameaça soltar presos”, “Juiz põe fim à farra dos celulares” e “Uma cela para 26” revelavam à sociedade que o sistema havia ultrapassado seus próprios limites de funcionamento (SOUZA, 2009; JUIZ..., 2009; GONZATTO, 2009). Nesse mesmo movimento, a entrevista concedida por Sidinei Brzuska ao jornal Zero Hora em outubro de 2008 já antecipava a excepcionalidade do quadro. Nela, o magistrado afirmava que “nunca tinha visto nada parecido”, comparando o que encontrara no Presídio Central a cenários de guerra e sustentando que as violações dos direitos humanos eram evidentes (NUNCA..., 2008). Essa formulação é relevante porque mostra um juiz deixando o vocabulário estritamente técnico e assumindo, perante a sociedade, um papel de denunciante da barbárie prisional. A imprensa também passa a repercutir medidas excepcionais debatidas no plano judicial, inclusive a possibilidade de soltura de presos por ausência de vagas adequadas e a necessidade de restringir o ingresso de novos detentos, de modo que a questão penitenciária deixa de ser percebida como mero problema de gestão e passa a ser tratada como crise pública (JUSTIÇA..., 2009; SOUZA, 2009).

A partir de 2013 e principalmente ao longo de 2014, a denúncia à sociedade passa a se articular mais diretamente com a internacionalização do caso e com o acompanhamento das promessas estatais de desativação do Presídio Central. A reportagem “Vai fechar ou não? Reformas lançam dúvidas sobre demolição do Central” já colocava lado a lado a precariedade das condições da unidade, a menção ao dossiê levado à Comissão Interamericana e a incerteza sobre a efetiva desativação da cadeia (STURM, 2013). Em 2014, essa cobertura se intensifica.

Algumas reportagens como “Presos são transferidos para esvaziar pavilhão”, “Justiça pode barrar entrada de detentos”, “Desativação de prédio é criticada”, “Susepe descumpre acordo sobre o Central”, “Uma vergonha” e “Central deve fechar 2014 com 500 presos” compõem uma sequência de matérias em que a crise do Presídio Central é acompanhada quase em tempo real, seja pela perspectiva de ser escândalo humanitário, seja como processo político-administrativo submetido a cobrança pública de forma permanente (COSTA, 2014a; COSTA, 2014c; MAGS, 2014; COSTA, 2014d; COSTA, 2014e). Com isso, a denúncia pública deixa de se concentrar apenas na exposição das mazelas materiais e passa a incluir o monitoramento social das respostas estatais, dos prazos prometidos e das dificuldades de implementação de melhorias.

No final de 2014, reportagens como “Desativação ainda longe do fim” e “Desocupação do Central sofre revés” mostram que a prometida solução seguia cheia de atrasos, recuos e rearranjos provisórios, mantendo em aberto a crise que se pretendia encerrar (SEIBT, 2014; COSTA, 2014b). Poucos dias depois, a reportagem “Festa com cocaína”, acompanhada da entrevista em que Sidinei Brzuska afirmava que aquela era a primeira vez que alguém tinha coragem de vazar imagens daquela natureza, expôs publicamente a profundidade da perda de controle estatal no interior da prisão, revelando circulação de drogas, uso de celulares e sociabilidades criminosas em ambiente que permanecia estruturalmente vulnerável (BAZILIO; DORNELLES, 2014). A denúncia à sociedade mostra celas degradadas e pavilhões em ruína, além de escancarar o fato de que o colapso institucional envolvia também a fragilidade do próprio monopólio estatal sobre a ordem interna da prisão.

Em 2015, a exposição pública do caso assume também feição mais explicitamente pedagógica. Entrevistas longas concedidas por Sidinei Brzuska à Zero Hora e ao Jornal do Comércio deslocam o debate da mera notícia de escândalo para uma disputa mais sofisticada de compreensão pública acerca do sistema prisional. Nessas reportagens, o magistrado procura desmontar lugares-comuns sobre o cárcere, a execução penal, o auxílio-reclusão, a reincidência e a própria função da pena, insistindo que a sociedade, em grande medida, não conhece o funcionamento real do sistema penitenciário e que respostas simplificadoras tendem a reproduzir o problema em vez de solucioná-lo (IRION; COSTA, 2015; GUSTAFSON, 2015).

À vista desse conjunto, a denúncia pública das condições do Presídio Central deve ser compreendida como um dos mais relevantes elementos da atuação dos *insider activists*. A imprensa funcionou, nesse processo, como espaço de circulação denúncia, de exposição de mazelas, de dramatização social da violação e de controle público das respostas prometidas pelo Estado. As reportagens noticiaram o colapso e contribuíram para trazer à opinião pública a situação do Presídio Central como problema intolerável. Ademais, as reportagens acompanharam a evolução da crise, ampliaram a pressão por providências e ajudaram a sustentar, perante a sociedade, a legitimidade de uma atuação de ativistas que, em muitos momentos, ultrapassou os limites tradicionais da jurisdição para assumir nítido conteúdo de denúncia, mobilização e monitoramento.

4.2.2 A petição perante a Comissão Interamericana de Direitos Humanos

O Sistema Interamericano de Proteção dos Direitos Humanos funciona como uma ferramenta essencial para examinar violações dos direitos humanos no hemisfério americano. Por meio da investigação de alegadas violações entre os Estados-membros, da emissão de relatórios sobre países, da análise de petições individuais com poder vinculativo ou não, ou, por fim, da emissão de pareceres consultivos em casos específicos, a Comissão Interamericana de Direitos Humanos ou a Corte Interamericana de Direitos Humanos atuam na promoção e proteção dos direitos humanos entre os Estados americanos (ORGANIZAÇÃO DOS ESTADOS AMERICANOS, 2024).

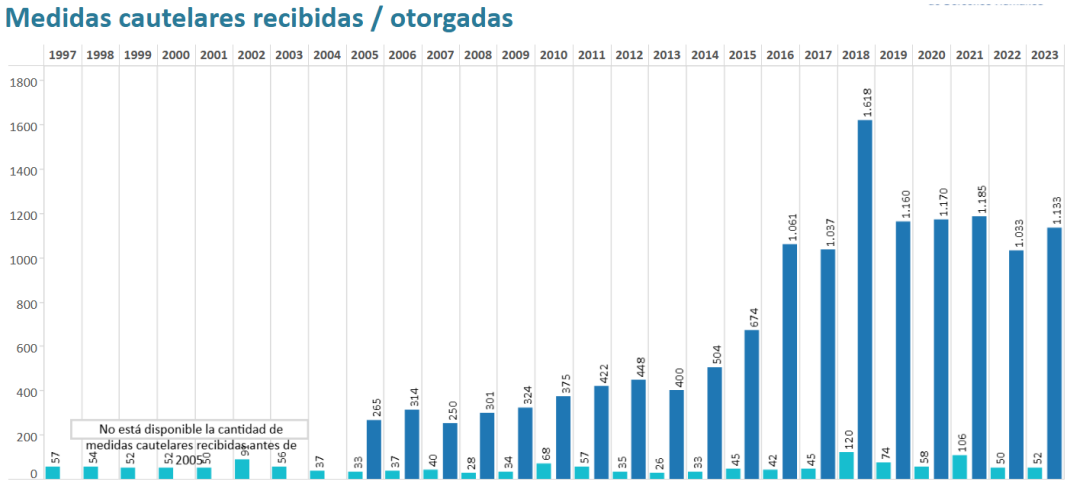
Entre essas funções, uma característica essencial do sistema é a possibilidade de indivíduos, grupos ou organizações não governamentais apresentarem diretamente petições denunciando violações à Convenção Americana. As denúncias desses indivíduos, grupos ou organizações não governamentais entram no sistema de proteção de direitos humanos por meio da Comissão. Se a denúncia for admissível, a Comissão toma as medidas necessárias e pode até submeter o caso à Corte, que decidirá com poder vinculativo para os Estados que aceitam a sua jurisdição contenciosa.

Inúmeras violações à Convenção Americana entram nesse sistema todos os anos. Dados desde 1997 indicam que houve um incremento considerável no número

de petições recebidas e liminares outorgadas no sistema. Veja-se, por exemplo, que em 2005 foram recebidas apenas 265 medidas cautelares enquanto no ano de 2018 atingiu-se o pico de 1618 petições, com pequena redução nos anos seguintes, com a estabilização em 1133 em 2023, conforme gráficos abaixo:

	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023
Peticiones recibidas	1325	1456	1323	1431	1598	1658	1936	2061	1758	2164	2567	2494	2957	3034	2448	2327	2440	2692
Peticiones pendientes de estudio i..						6134	7208	8548	9039	9673	5297	4002	6963	3212	108	63	200	672
Pet. con decisión de no abrir a trá..	562	880	880	1395	712	789	674	613	1039	876	968	1708	1989	2460	3989	1823	1864	1653
Pet. con decisión de abrir a trámite	147	118	118	120	276	262	137	123	284	208	516	473	261	733	359	436	340	273
Total de decisiones sobre apertura	709	998	998	1515	988	1051	811	736	1323	1084	1484	2181	2250	3193	4348	2259	2204	1926
Informes de inadmisibilidad	14	14	10	15	10	11	17	9	4	2	2	6	15	23	44	82	88	93
Informes de admisibilidad	56	51	49	62	73	66	42	44	47	42	43	114	118	128	246	264	215	123
Peticiones en admisibilidad									1379	1392	1808	1931	3200	3696	1685	1495	1701	2346
Casos en fondo									576	511	525	691	1017	1061	1404	1682	1928	1958
Informes de fondo publicados	8	4	7	13	4	5	1	3	3	5	5	5	4	2	11	14		4
Informes de solución amistosa	10	5	4	4	11	8	8	6	6	5	8	5	6	14	25	15	23	32
Peticiones y casos en trámite	1237	1251	1376	1450	1584	1645	1704	1753	1955	1903	2333	2622	4217	4757	3089	3177	3629	4304
Decisiones de archivo	27	10	0	20	55	54	42	38	29	107	77	109	152	308	148	183	69	119
Casos enviados a la Corte IDH	14	14	9	11	16	23	12	11	19	14	16	17	18	32	23	40	24	34
Solicitudes de medidas cautelares			301		375	422	448	400	504	674	1061	1037	1618	1160	1170	1185	1033	1133
Medidas cautelares otorgadas	37	40	28	34	68	57	35	26	32	45	42	45	120	74	58	106	50	52

Fonte: Website da Organização dos Estados Americanos, 2024.



Fonte: Website da Organização dos Estados Americanos, 2024.

O Sistema Interamericano de Proteção dos Direitos Humanos está inserido na Organização dos Estados Americanos (OEA) e é executado principalmente pela Comissão e pela Corte. Trata-se de um sistema de governança instrumentalizado nesses órgãos que envolve além de Estados-membros, indivíduos, organizações

não governamentais e análise de normas em tratados, princípios e valores que vão sendo desenvolvidos pela jurisprudência da Comissão e da Corte. No entanto, para compreender melhor seus papéis na missão de proteger os direitos humanos, é essencial trazer à tona três documentos estruturais: a Carta da OEA, a Declaração dos Direitos e Deveres do Homem e a Convenção Americana sobre Direitos Humanos.

Os Estados americanos realizaram Conferências Internacionais desde 1890; contudo, um instrumento constitucional só foi adotado na Nona Conferência Internacional em Bogotá, em 30 de abril de 1948, pelos 21 Estados participantes da conferência (HUDSON, 2014). Hoje, todos os 35 Estados americanos ratificaram a Carta da OEA e são Estados-membros, com exceção de Cuba (BOL, 1998). A Carta estabelece a Organização dos Estados Americanos para alcançar uma ordem de paz e justiça, promover sua solidariedade, fortalecer sua colaboração e defender sua soberania, integridade territorial e independência. Para alcançar esses objetivos, a Carta da OEA criou os seguintes órgãos: a) Assembleia Geral; b) Reunião de Consulta dos Ministros das Relações Exteriores; c) Conselhos; d) Comitê Jurídico Interamericano; e) Comissão Interamericana de Direitos Humanos; f) Secretaria Geral; g) Conferências Especializadas; e, h) Organizações Especializadas. (BOL, 1998).

Na mesma Conferência de Bogotá, os Estados também adotaram a Declaração dos Direitos e Deveres do Homem como um documento não vinculativo que proclama numerosos direitos civis, políticos, econômicos, sociais e culturais alguns meses antes da notória Declaração Universal dos Direitos Humanos, adotada em dezembro de 1948 (ANTKOWIAK, 2017).

A Convenção Americana foi adotada na Conferência Interamericana sobre Direitos Humanos, em San José, Costa Rica, em 22 de novembro de 1969. O documento foi inicialmente assinado por 12 países e, mais adiante, outros 13 países o aceitaram por assinatura, ratificação ou adesão, totalizando 25 países depositários. A Convenção Americana entrou em vigor em 18 de julho de 1978, com o depósito do décimo primeiro instrumento de ratificação ou adesão. O texto da Convenção reafirma os direitos e princípios da Carta da OEA e da Declaração dos Direitos e Deveres do Homem em um documento vinculativo, focando em direitos civis e políticos, como vida, tratamento humano, liberdade pessoal, privacidade, liberdade

de expressão, associação, propriedade, participação no governo, mas também estabelece o desenvolvimento progressivo para os direitos econômicos, sociais e culturais em seu artigo (ORGANIZAÇÃO DOS ESTADOS AMERICANOS, 2024).

A Convenção Americana define no seu artigo 33 os meios de proteção dos compromissos assumidos pelos Estados Partes, estabelecendo a Comissão e a Corte como os órgãos competentes para desempenhar esse papel. A Comissão é composta por sete membros, e sua principal função é promover o respeito e a defesa dos direitos humanos em todos os Estados americanos, inclusive em Cuba, que foi suspensa em 1962. Essencialmente, a Comissão: *a)* monitora a situação dos direitos humanos em todos os países do hemisfério, publicando relatórios sobre temas e países de especial preocupação (SHAVER, 2010); *b)* toma providências sobre petições que contenham denúncias ou queixas de violação por um Estado, emitindo recomendações aos Estados-membros e submetendo casos à Corte; e *c)* atua como um órgão consultivo e assessor, auxiliando outros órgãos da Organização dos Estados Americanos, bem como a própria Corte (BOL, 1998).

A Corte, também composta por sete membros, é o órgão judicial do Sistema Interamericano, e sua função é julgar casos contenciosos entre Estados ou contra um Estado a pedido da Comissão, referentes a violações da Convenção Americana. A jurisdição da Corte está limitada aos Estados que reconhecem como vinculante sua autoridade em todas as questões relativas à interpretação ou aplicação dessa Convenção, seja de maneira geral ou caso a caso. A Corte também possui uma jurisdição consultiva, com poder não vinculante, para responder às consultas dos Estados-membros sobre a interpretação da Convenção ou de outros tratados relativos à proteção dos direitos humanos nos Estados americanos (BOL, 1998).

Tanto a Comissão quanto a Corte formam um sistema em duas camadas para a proteção dos direitos humanos, em que as denúncias de violações são inicialmente direcionadas à Comissão, que, então, toma as medidas necessárias, que podem incluir a análise dos fatos, a emissão de medidas cautelares e recomendações aos Estados-membros. Caso as violações persistam e o Estado não cumpra as recomendações, a Comissão tem o poder de submeter o caso à Corte, atuando como um auxiliar jurídico, em um papel semelhante ao do Ministério Público no sistema de justiça criminal latino-americano, protegendo o interesse público. A Corte, então, pode decidir o caso com poder vinculativo para os Estados que aceitam sua

jurisdição contenciosa, determinando que a parte lesada tenha assegurado o gozo do direito ou liberdade violados, ou seja indenizada pela violação sofrida (ANTKOWIAK, 2017).

A representação levada pelo Fórum da Questão Penitenciária à Comissão Interamericana de Direitos Humanos, em 10 de janeiro de 2013, deve ser lida como ponto de inflexão de um processo que já vinha sendo construído havia muitos anos no plano interno. Trata-se claramente do início da fase do conflito após anos de negociações frustradas no âmbito interno. O caso chega ao sistema interamericano depois de um acúmulo expressivo de decisões judiciais, relatórios técnicos, inspeções, recomendações administrativas e denúncias públicas que, embora reiteradas, não haviam sido capazes de produzir solução estrutural para o Presídio Central de Porto Alegre. A própria abertura da peça já qualifica o estabelecimento como o "pior presídio do Brasil", menciona o "exaurimento das vias judiciárias disponíveis", a "consolidação, ao longo do tempo, de várias decisões judiciais" e a "renitente omissão" do Estado brasileiro, além de denunciar "vazias e sistemáticas promessas de solução" por sucessivos governos (AJURIS et al., 2013a). Com isso, a representação já apresenta ao órgão internacional uma situação persistente, conhecida e institucionalmente tolerada.

A peça inaugural chama atenção também por sua densidade interna. O documento está organizado com identificação das vítimas e dos peticionários, narrativa dos fatos, reconstrução histórica do estabelecimento, análise dos recursos internos já utilizados, discussão dos requisitos de admissibilidade, rol de provas e testemunhas, pedido de medidas cautelares e pedido de mérito (AJURIS et al., 2013a). Mas além de tudo isso, imagens! Dezenas de fotografias de caráter documental apresentam a situação interna do estabelecimento e expõem uma grande quantidade de violações de direitos humanos.[6] Ao final da peça, o rol anexo inclui, entre outros elementos, depoimentos, decisões judiciais, laudos do Conselho Regional de Engenharia e Estatística (CREA) e do Instituto Brasileiro de Avaliações Perícias de Engenharia (IBAPE-RS), relatórios do Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária (CNPCP), da Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) do Sistema Carcerário e do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), o que evidencia a

[6] Anexo I, Fotografias I a 15.

intenção de apresentar à Comissão um quadro já consolidado de violações (AJURIS *et al.*, 2013a).

A delimitação dos beneficiários da medida postulada traz também uma a compreensão de que a violação de direitos humanos não fica restrita às pessoas privadas de liberdade. A representação é ajuizada em favor dos presos condenados e provisórios recolhidos no Presídio Central, mas também de seus familiares, visitantes e servidores públicos com atuação no estabelecimento (AJURIS *et al.*, 2013a). Esse recorte afasta uma leitura restrita da violação como problema circunscrito ao preso individualmente considerado. O que se leva à Comissão é um ambiente institucional degradado, cujos efeitos atingem todos aqueles que, de alguma forma, são obrigados a ingressar ou a trabalhar naquele espaço. A crise do Presídio Central aparece, desse modo, como forma de violência institucional irradiada para além da massa carcerária.

A composição do polo ativo reforça esse a ideia de que violações de direitos humanos não se restringem aos diretamente impactados, mas importam e tem reflexo na sociedade de maneira mais ampla. A representação foi subscrita por Associação dos Juízes do Rio Grande do Sul (AJURIS), Associação do Ministério Público do Rio Grande do Sul (AMPRS), Associação dos Defensores Públicos do Estado do Rio Grande do Sul (ADPERGS), Conselho Regional de Medicina do Estado do Rio Grande do Sul (CREMERS), Conselho da Comunidade para Assistência aos Apenados das Casas Prisionais Pertencentes às Jurisdições da Vara de Execuções Criminais e Vara de Execução de Penas e Medidas Alternativas de Porto Alegre, Instituto Brasileiro de Avaliações e Perícias de Egenharia (IBAPE), Instituto Transdisciplinar de Estudos Criminais (ITEC) e Themis Assessoria Jurídica e Estudos de Gênero (AJURIS et al., 2013a). Esse dado ajuda a perceber ainda que a atuação dos *insider activists* não se deu de maneira isolada. Os magistrados que impulsionaram o caso o fizeram em diálogo com defensores, membros do Ministério Público, médicos, engenheiros, academia, conselheiros da comunidade e organizações de assessoria jurídica e direitos humanos. A representação, portanto, já nasce como produto de uma articulação coletiva, tecnicamente qualificada e politicamente orientada à produção de pressão externa e interna sobre o Estado.

No que diz respeito ao conteúdo, a peça reconstrói a gravidade do caso em camadas sucessivas. Primeiro, recupera a história do Presídio Central desde a

década de 1950, recordando que a penitenciária foi concebida com celas individuais, estrutura hospitalar, salas de aula, biblioteca, oficinas, refeitórios e demais equipamentos de uma prisão moderna para seu tempo (AJURIS *et al.*, 2013a). Em seguida, contrapõe esse projeto original à realidade posterior, marcada pela superlotação, pela adaptação das celas ao sistema de galerias, pela precarização crescente da infraestrutura e pelo abandono estatal.

O documento registra capacidade oficial de 1.984 presos, ocupação aproximada de 4.591 e trânsito anual de 24.382 detentos apenas em 2011 (AJURIS *et al.*, 2013a). Mas a peça faz questão de advertir que esses números, embora muito elevados, “em nada representam a gravidade e o nível insuportável de violação aos direitos humanos” existente no local (AJURIS *et al.*, 2013a). A superlotação aparece como porta de entrada do problema, mas não é o seu único fator. O que se pretendia demonstrar é que o excesso de presos tinha produzido um sistema degradado em múltiplas dimensões, com repercussões sobre higiene, saúde, alimentação, segurança, visitas, trabalho, estudo e controle estatal.

A representação mais do que uma peça jurídica, é uma peça política. Afirma que o Presídio Central era “simplesmente a pior unidade prisional do Brasil” e sustenta que esse rótulo foi trazido pela CPI do Sistema Carcerário, que o teria classificado como a pior unidade do país e como “masmorra do século 21” (AJURIS *et al.*, 2013a). A menção à CPI, ao CNPCP e ao CNJ não tem apenas valor ilustrativo. A representação busca demonstrar à Comissão que o caso já havia sido identificado inúmeras vezes, por diferentes instituições, como expressão de uma situação extrema e intolerável, todavia sem sucesso na solução das violações.

Outro aspecto relevante da peça inaugural é a demonstração do esgotamento prático das vias internas. A representação reconstrói um longo histórico de providências judiciais e administrativas, inclusive com referência à ação civil pública que resultou em sentença favorável em 2009, mantida pelo Tribunal de Justiça em 2010, prevendo a criação de vagas destinadas a desafogar o Presídio Central (AJURIS *et al*., 2013a). O documento observa que, apesar disso, o Estado permaneceu em mora, sem providenciar a abertura das vagas necessárias, e menciona ainda sucessivas decisões de interdição parcial de espaços da cadeia, todas insuficientes para romper a lógica estrutural da crise (AJURIS et al., 2013a).

Ao final, a representação requer medidas cautelares, e no mérito solicita providências para adequação do Presídio Central aos parâmetros interamericanos, substituição gradual da administração e do pessoal militar por civis, eventual desativação do estabelecimento se as adaptações se revelassem inviáveis, reparação pelas violações reconhecidas e remessa à Corte Interamericana em caso de descumprimento das recomendações (AJURIS *et al*., 2013a). A peça já projeta, portanto, um percurso de responsabilização progressiva.

A tramitação do caso perante a Comissão contou com diversas manifestações complementares que permitiram atualizar e testar, à luz da realidade concreta do estabelecimento, as informações prestadas pelo Estado brasileiro. Na réplica de 31 de maio de 2013, os peticionários contestaram a resposta estatal e explicitaram um "método de análise da resposta", fundado tanto no exame da documentação oficial quanto na verificação *in loco* das medidas anunciadas (AJURIS *et al.*, 2013b). Nesse contexto, a visita realizada em 16 de maio de 2013, com participação de representantes do Fórum da Questão Penitenciária foi apresentada como elemento relevante para aferir a situação efetiva do Presídio Central (AJURIS *et al*., 2013b). A mesma manifestação sustentou que o Estado brasileiro já reconhecia aspectos centrais do quadro denunciado, como a superlotação, a ausência de separação adequada entre presos, a precariedade estrutural e a presença de facções, razão pela qual os peticionários chegaram a afirmar que "o Brasil é confesso" quanto à gravidade da situação (AJURIS *et al*., 2013b). Também se destacou, nessa oportunidade, a robustez da prova técnica já produzida, em especial o laudo do IBAPE, não impugnado pelo Estado, que classificava a estrutura do presídio como de risco crítico e recomendava intervenção imediata (AJURIS *et al*., 2013b).

As informações complementares encaminhadas em 18 de setembro de 2013 reforçaram esse quadro, agregando novos dados sobre a configuração e a ocupação do estabelecimento. O documento informou que o Presídio Central possuía dez pavilhões e vinte e oito galerias, das quais vinte e seis ocupadas, e que abrigava 4.492 detentos para uma capacidade de engenharia de 2.069 presos (AJURIS *et al.*, 2013c). Chamou atenção, ainda, para a situação particularmente vulnerável de presos cadeirantes e idosos, alojados em locais inadequados e expostos a risco agravado em caso de incêndio (AJURIS *et al.*, 2013c). Com isso, o expediente

perante a Comissão foi ganhando densidade empírica à medida que novas inspeções e novas informações eram incorporadas ao acompanhamento do caso.

A Resolução 14/2013, de 30 de dezembro de 2013, representa o primeiro reconhecimento internacional formal da gravidade da situação. Nela, a Comissão concluiu, em juízo *prima facie*, que as pessoas privadas de liberdade no Presídio Central se encontravam em situação de gravidade e urgência, com vida e integridade pessoal em grave risco, e determinou ao Estado brasileiro a adoção de medidas destinadas à proteção da vida, à garantia de higiene e assistência médica, à retomada do controle interno, à implementação de plano de contingência contra incêndio e à redução substancial da lotação (COMISSÃO INTERAMERICANA DE DIREITOS HUMANOS, 2013). A decisão é um marco e inaugura uma nova etapa voltada ao monitoramento do cumprimento das medidas determinadas.

A partir da concessão das medidas cautelares, o procedimento perante a Comissão Interamericana passa a assumir feição de processo estrutural e de monitoramento continuado, em que o problema central deixa de ser apenas a demonstração abstrata das violações e passa a ser a verificação concreta do cumprimento, pelo Estado brasileiro, dos eixos fixados pela própria Comissão. Isso aparece com clareza na manifestação de 24 de março de 2014, em que as entidades, ao analisarem a resposta estatal, afirmam que a situação degradante permanecia inalterada e que os argumentos oficiais vinham desacompanhados de “provas ou cronograma factível”, razão pela qual requerem investigação *in loco* pela própria Comissão (AJURIS *et al*., 2014a). A peça evidencia, assim, que o procedimento passa a funcionar como local de cobrança de implementação efetiva das cautelares, exigindo mais do que promessas genéricas, mas informação qualificada, cronogramas verificáveis, definição de responsabilidades e coordenação institucional capaz de produzir alterações reais nas condições de higiene, segurança, assistência e controle interno do estabelecimento. Nessa mesma direção, a menção à ausência, em reunião convocada para discutir o cumprimento das medidas, de órgãos federais relevantes, como o Ministério da Justiça e o DEPEN, reforça a percepção de que a superação do quadro exigia atuação coordenada e compromisso efetivo dos centros decisórios do Estado, algo que os peticionários entendiam ainda insuficiente (AJURIS *et al*., 2014a).

A manifestação de 9 de junho de 2015 aprofunda esse perfil de monitoramento estrutural. Nela, as entidades reconhecem algumas melhorias, especialmente em saúde e acesso à justiça, mas afirmam que persistiam violações graves relacionadas à higiene, à superlotação e à segurança, justamente em temas que correspondiam ao núcleo das medidas cautelares deferidas pela Comissão (AJURIS *et al*., 2015a). Todavia, a negativa de uma solução amistosa e o requerimento de exame da admissibilidade demonstram que, para os peticionários, o cumprimento parcial ou setorial das cautelares não bastava. A busca das organizações que compunham o Fórum da Questão Penitenciária era a reorganização do sistema prisional em conformidade com os parâmetros fixados pela Comissão, de modo que o procedimento internacional permanecesse como instrumento de pressão, comparação e controle sobre a implementação dessas medidas ao longo do tempo.

A abertura formal do Caso 13.353, em 2017, consolida esse desenvolvimento. Nas alegações finais apresentadas em 30 de novembro daquele ano, os signatários informam nova verificação *in loco*, realizada em 16 de outubro de 2017, com produção de laudo técnico do IBAPE/RS, relatório da THEMIS, relatório da OAB/RS e coleta de dados junto à administração da então Cadeia Pública de Porto Alegre (AJURIS *et al*., 2017a). O documento buscava fazer o cotejo entre a situação encontrada em 2017 com a realidade existente quando do protocolo da representação, em 2013, e com o grau de cumprimento das cautelares deferidas em 30 de dezembro de 2013 (AJURIS et al., 2017a). Todavia, segundo a peça, a superlotação persistia, a estrutura permanecia em estado crítico, o domínio das facções seguia comprometendo o controle interno e, salvo avanços pontuais em saúde, a maior parte dos problemas centrais subsistia ou havia se agravado (AJURIS et al., 2017a).

Os documentos de 2024 e 2025 mostram que a representação perante a Comissão continuou como acompanhamento estrutural das medidas adotadas pelo Estado. Em 9 de maio de 2024, diante das enchentes que atingiram o Rio Grande do Sul, o Fórum da Questão Penitenciária requereu dilação de prazo para se manifestar, informando que já havia visita *in loco* designada para a Cadeia Pública, mas que a situação de calamidade pública inviabilizava deslocamentos e comunicação adequados (AJURIS *et al.*, 2024a). A Comissão deferiu a prorrogação por noventa dias em 17 de junho de 2024, reconhecendo expressamente o contexto

extraordinário vivido pelo Estado (COMISSÃO INTERAMERICANA DE DIREITOS HUMANOS, 2024). Esses documentos revelam que o caso permanecia ativo e que seu acompanhamento seguia sendo conduzido de modo contínuo. Já na petição de 9 de setembro de 2024, o Fórum informou à Comissão que, em visita técnica realizada em 4 de setembro, havia constatado importantes melhorias na infraestrutura e nas condições gerais da Cadeia Pública, mas ponderou que as obras ainda estavam em andamento e que, por isso, a situação verificada não refletia de forma completa o conjunto das mudanças necessárias à plena observância dos parâmetros de direitos humanos exigidos pela própria Comissão (AJURIS *et al.*, 2024b). Com base nisso, o Fórum da Questão Penitenciária requereu a suspensão temporária do feito até a implementação integral das melhorias e sugeriu que a próxima inspeção *in loco* contasse com acompanhamento de representante da Comissão, de modo a assegurar transparência e aderência aos parâmetros internacionais (AJURIS et al., 2024b).

A comunicação de 12 de setembro de 2025 aprofunda essa questão. Nela, o Fórum informa à Comissão a entrega da nova Cadeia Pública de Porto Alegre, inaugurada em 10 de setembro daquele ano, e a apresenta como resultado diretamente relacionado à trajetória de atuação institucional desenvolvida desde a formulação da representação e ao conjunto de determinações associadas à medida cautelar (AJURIS *et al.*, 2025). O documento destaca que a nova unidade foi concebida sob parâmetros de dignidade, segurança e respeito aos direitos humanos e requer formalmente a realização de vistoria técnica *in loco* por representante da Comissão, precisamente para que as melhorias implementadas possam ser verificadas à luz dos compromissos assumidos pelo Estado brasileiro no curso do procedimento (AJURIS *et al.*, 2025).

Nos anos mais recentes, a denúncia pública das condições do antigo Presídio Central acabou por encaminhar a substituição progressiva da velha estrutura pela nova Cadeia Pública de Porto Alegre. Reportagens publicadas em setembro de 2025 registram que a unidade foi reinaugurada em 10 de setembro daquele ano, após cerca de três anos de obras e investimento de R$ 139 milhões, com capacidade em torno de 1,8 mil vagas (VILLELA, 2025; FOSTER, 2025; HOROWITZ, 2025). As matérias também destacam a criação de nove módulos de vivência, 240 celas e uma nova lógica de funcionamento voltada ao reforço do controle estatal, com

uniformização dos presos, kits de higiene fornecidos pelo Estado, circulação operacional apartada dos detentos e soluções construtivas orientadas a reduzir riscos de incêndio, depredação e domínio faccional (VILLELA, 2025; HOROWITZ, 2025; TREZZI, 2025a). Em alguns desses textos, a reconstrução da unidade aparece expressamente associada à pressão exercida pelo Judiciário, à atuação da AJURIS e à repercussão nacional e internacional do caso, sugerindo que a transformação material da antiga prisão não pode ser dissociada do longo processo de denúncia pública e institucional que a antecedeu (TREZZI, 2025a).

Essa transformação das condições estruturais do presídio, contudo, não autoriza leitura simplista de superação completa da crise. Reportagens de outubro de 2025 mostram que a nova cadeia já enfrentava episódios de instabilidade e tumultos, relacionados tanto ao endurecimento de regras internas, como a ausência de tomadas nas celas, o uso obrigatório de uniformes e a intensificação das revistas, como com relação ao déficit histórico de policiais penais e às dificuldades próprias da consolidação de um novo modelo de gestão prisional (TREZZI, 2025b; TREZZI, 2025c). Em outras palavras, a entrega da nova estrutura não eliminou imediatamente tensões e conflitos inerentes ao sistema, mas deslocou o problema para outro patamar, em que a questão central deixa de ser a ruína física do estabelecimento e passa a envolver a sustentabilidade institucional e humana da nova realidade (TREZZI, 2025b; TREZZI, 2025c). Ainda assim, do ponto de vista histórico, a substituição do antigo Presídio Central por uma nova Cadeia Pública representou alteração concreta e profunda do quadro que havia fundamentado, durante anos, a denúncia pública e a própria mobilização perante o Sistema Interamericano, movimento que culminou no levantamento do caso pela Comissão Interamericana de Direitos Humanos em 30 de março de 2026 (COMISSÃO INTERAMERICANA DE DIREITOS HUMANOS, 2026).

4.3 O monitoramento das medidas adotadas pelo Estado Brasileiro para a solução das violações de direitos humanos no Presídio Central

A atuação dos *insider activists* no caso do Presídio Central de Porto Alegre não se encerrou com a denúncia pública, nem com a concessão das medidas cautelares pela Comissão Interamericana de Direitos Humanos. Uma das dimensões

mais relevantes do caso está justamente no acompanhamento das providências adotadas pelo Estado brasileiro ao longo dos anos. Em situações de violações estruturais de direitos humanos, a transformação não pode ser medida apenas pela existência de decisões judiciais, administrativas ou determinações internacionais. Há necessidade de concretização das conquistas, de verificação das reais condições do caso concreto e de acompanhamento contínuo da resposta estatal.

Essa compreensão dialoga com a perspectiva crítica de Herrera Flores, para quem os direitos humanos não se reduzem às normas que os reconhecem, mas constituem processos históricos e sociais de luta pela dignidade humana. Nessa perspectiva, os direitos humanos correspondem a práticas voltadas à criação de condições materiais e imateriais para uma vida digna, razão pela qual sua efetividade não se esgota no reconhecimento formal (HERRERA FLORES, 2009). Em sendo assim, para o caso do Presídio Central, não bastam as recomendações da Comissão Interamericana de Direitos Humanos para a transformação da realidade, mas sim a efetiva colocação em prática dessas medidas.

Assim, a concessão da Medida Cautelar n. 8-13, em dezembro de 2013, deslocou o caso para uma nova etapa. Se, até então, o esforço principal das entidades peticionárias consistia em demonstrar a existência de violações graves, urgentes e persistentes, a partir da decisão da Comissão Interamericana o centro da atuação passou a ser a aferição do cumprimento das medidas determinadas. A questão deixou de ser apenas provar que havia superlotação, insalubridade, risco à vida, precariedade sanitária, assistência material insuficiente e perda do controle estatal sobre a unidade. Passou a ser, sobretudo, verificar se o Estado brasileiro estava efetivamente adotando providências aptas a alterar esse quadro de forma estrutural e duradoura (COMISSÃO INTERAMERICANA DE DIREITOS HUMANOS, 2013).

Esse monitoramento exigiu uma atuação contínua das entidades que integravam o Fórum da Questão Penitenciária. As informações prestadas pelo Estado precisavam ser confrontadas com inspeções, documentos, fotografias, laudos e manifestações dos peticionários. Em maio de 2024, ao receber informações do Estado do Rio Grande do Sul sobre a Medida Cautelar n. 8-13, o Fórum informou à Comissão que havia se reunido para avaliar os avanços indicados pelo poder público e deliberara pela realização de visita *in loco* à Cadeia Pública de Porto Alegre

(AJURIS et al., 2024a). Embora a inspeção tenha sido inviabilizada naquele momento em razão das enchentes que atingiram o Rio Grande do Sul, o dado revela que o acompanhamento das medidas não se limitava à análise formal das informações oficiais, mas buscava verificar materialmente a situação da unidade.

A manifestação de setembro de 2024 confirma essa forma de atuação. Após visita técnica realizada em 4 de setembro de 2024, o Fórum reconheceu a existência de melhorias significativas na infraestrutura e nas condições gerais da Cadeia Pública de Porto Alegre, mas advertiu que as obras ainda estavam em andamento e que, portanto, não refletiam a totalidade das mudanças necessárias para assegurar condições dignas e compatíveis com os parâmetros internacionais de direitos humanos (AJURIS et al., 2024b). Essa postura demonstra que o monitoramento tinha um conteúdo crítico e avaliativo, não apenas uma simples oposição intransigente ao Estado. Houve o reconhecimento de avanços quando existentes, sem permitir que melhorias parciais fossem confundidas com solução definitiva.

A inauguração da nova Cadeia Pública de Porto Alegre, em 10 de setembro de 2025, representou um momento fundamental no longo processo de monitoramento.[7] Na comunicação dirigida à Comissão em 12 de setembro de 2025, o Fórum informou a entrega da nova unidade e vinculou expressamente essa transformação à trajetória das ações desenvolvidas desde a representação inicial e às determinações decorrentes da Medida Cautelar n. 8-13. A nova estrutura foi apresentada como marco relevante de reconstrução do sistema penitenciário estadual, destinada à custódia de presos provisórios e concebida segundo parâmetros de dignidade, segurança e respeito aos direitos humanos (AJURIS et al., 2025). Ainda assim, o Fórum requereu a realização de vistoria técnica por representante da Comissão Interamericana de Direitos Humanos, justamente para validar as melhorias implementadas e contribuir para o acompanhamento contínuo das condições carcerárias no Rio Grande do Sul (AJURIS et al., 2025).

As reportagens publicadas por ocasião da reinauguração permitem dimensionar a materialidade da transformação. A imprensa registrou a reconstrução integral da unidade, o investimento público realizado, a existência de 1.884 vagas, celas coletivas com oito camas e novos espaços de circulação, visitação e

[7] Anexo II, Fotografias 16 a 21.

atendimento jurídico (VILLELA, 2025; FOSTER, 2025; HOROWITZ, 2025). Também foram noticiadas medidas voltadas à retomada do controle estatal sobre o espaço prisional, como uniformização dos presos, distribuição de kits de higiene, restrição de cantinas internas, controle da movimentação e adoção de mecanismos de segurança (TREZZI, 2025a; HOROWITZ, 2025). Esses elementos evidenciam que a transformação estrutural do antigo Presídio Central se tornou fato público, verificável e institucionalmente reconhecido.

O levantamento das medidas cautelares pela Comissão Interamericana de Direitos Humanos, em 30 de março de 2026, deve ser compreendido nesse contexto. A Comissão considerou que a situação fática que havia dado origem às medidas não era mais a mesma e destacou as ações adotadas pelo Estado, especialmente a construção da nova unidade prisional, reconhecida pela representação como compatível com parâmetros de dignidade, segurança e respeito aos direitos humanos (COMISSÃO INTERAMERICANA DE DIREITOS HUMANOS, 2026). O encerramento da cautelar, contudo, não significou o desaparecimento do dever estatal de garantir direitos. A própria Comissão ressaltou que o levantamento não impede a apresentação de nova solicitação, caso surja situação de risco que preencha os requisitos regulamentares, além de recordar que permanece a obrigação do Estado brasileiro de respeitar e garantir os direitos reconhecidos na Convenção Americana (COMISSÃO INTERAMERICANA DE DIREITOS HUMANOS, 2026).

É nesse ponto que a entrevista de Mariana Bezerra Salamé, magistrada responsável pela fiscalização da Cadeia Pública de Porto Alegre à época do levantamento das medidas cautelares, assume especial relevância. Enquanto os depoimentos anteriores se concentram na formação da denúncia, na articulação institucional e na internacionalização do caso, a entrevista da magistrada desloca a análise para o momento posterior à reestruturação física da unidade. Sua contribuição permite compreender que o monitoramento se transforma após a entrega da nova Cadeia Pública. O objeto da fiscalização deixa de ser a ruína extrema do antigo Presídio Central e passa a ser a sustentabilidade humana, administrativa e institucional do novo modelo (SALAMÉ, 2026).

Segundo a entrevistada, sob o ponto de vista estrutural, as principais determinações da Comissão Interamericana foram atendidas. A nova Cadeia Pública

representa, em comparação com o antigo Presídio Central, uma mudança substancial no padrão de custódia, especialmente quanto à proteção da integridade física das pessoas privadas de liberdade. A observância do limite de oito presos por cela aparece, em seu relato, como dado especialmente relevante, pois rompe com a lógica histórica da superlotação massiva que caracterizava o antigo estabelecimento. Trata-se de alteração concreta do ambiente de custódia, com repercussão direta sobre a vida cotidiana dos presos e sobre a capacidade do Estado de exercer controle legítimo sobre o espaço prisional (SALAMÉ, 2026).

Todavia, a entrevista não quer trazer uma leitura triunfalista do caso. Mariana Salamé observa que a superação da antiga estrutura não significou o encerramento de todos os problemas relacionados à dignidade da custódia. Persistem dificuldades pontuais, mas relevantes, como questões de esgoto, falta de água, ausência de energia elétrica em algumas celas e problemas ligados ao calor. A construção de celas sem tomadas, sem previsão de ventiladores ou outro mecanismo de refrigeração, somada à ausência de ventilação cruzada adequada, gerou dificuldades importantes durante o verão de Porto Alegre. Ainda que tais problemas não se comparem à situação anterior, eles demonstram que a efetivação dos direitos humanos no cárcere não se esgota na reconstrução física da unidade (SALAMÉ, 2026).

A entrevista também revela uma mudança qualitativa no conteúdo da fiscalização. No antigo Presídio Central, o núcleo da violação estava relacionado à conjugação entre ruína estrutural, superlotação extrema, insalubridade generalizada e perda do controle estatal sobre o espaço prisional. Na nova Cadeia Pública, a preocupação passa a recair sobre a sustentabilidade humana do modelo implementado. A magistrada destaca que a unidade abriga predominantemente presos preventivos, com exceção dos trabalhadores oriundos de outras unidades, já condenados, que prestam serviços no local. Essa característica gera um desafio específico, pois ainda não há, segundo seu relato, uma estrutura suficientemente desenvolvida de acolhimento e tratamento penal para as pessoas recolhidas preventivamente (SALAMÉ, 2026).

Esse ponto permite conectar o monitoramento à concepção material de dignidade humana. Se os direitos humanos são processos de luta pelo acesso aos bens necessários a uma vida digna, como sustenta Herrera Flores (2009), a

superação de um quadro de violação extrema não pode ser aferida apenas pelo número de vagas, pela metragem das celas ou pela existência de uma estrutura predial nova. É necessário avaliar também se há acesso efetivo a bens materiais e imateriais, como saúde, educação, informação, trabalho, leitura, convivência familiar, assistência e possibilidade mínima de reorganização da vida. Por isso, o relato de Mariana Salamé é especialmente relevante ao apontar reclamações relacionadas à falta de acesso a livros, educação e informação. A televisão, por exemplo, somente poderia ser acessada no horário do pátio, que coincide com o momento da alimentação, revelando que permanecem desafios relacionados à ocupação do tempo, ao acesso à informação e à preservação de vínculos mínimos com a vida social (SALAMÉ, 2026).

A atuação fiscalizatória descrita pela magistrada reforça a importância da presença judicial concreta no interior do sistema prisional. Em razão de sua competência sobre a Cadeia Pública, a magistrada realiza visitas periódicas à unidade. Em cada ida, procura ingressar em um pavilhão específico e conversar diretamente com as pessoas ali recolhidas. Como a maior parte dos presos preventivos não possui processo de execução criminal, a atuação judicial acaba se concentrando em incidentes concretos, como pedidos relacionados à saúde, visitas ou outras situações específicas levadas ao conhecimento do juízo. Esse dado demonstra que a fiscalização judicial vai além da análise documental e burocrática, incluindo a escuta ativa dos presos e da verificação das condições reais de custódia (SALAMÉ, 2026).

Ao mesmo tempo, o relato evidencia os limites práticos dessa fiscalização. A magistrada reconhece que, pela dimensão da Cadeia Pública, não é possível examinar toda a estrutura a cada visita. Sua atuação depende, em grande medida, da escuta direta das pessoas privadas de liberdade e da verificação posterior das situações relatadas. Quando necessário, solicita informações à administração prisional e instaura expedientes específicos. (SALAMÉ, 2026).

Assim, a entrevista permite compreender que a nova Cadeia Pública de Porto Alegre é uma grande conquista em termos de concretização dos direitos humanos, mas não representa o fim da questão dos direitos humanos no cárcere. A violação extrema de direitos humanos que caracterizou o antigo Presídio Central foi, em grande medida, superada pela reconstrução da unidade e pela retomada do controle

estatal. Todavia, a concretização da dignidade exige que a nova estrutura seja acompanhada de práticas institucionais capazes de assegurar saúde, água, energia, ventilação adequada, acesso à informação, educação, leitura, trabalho, assistência e escuta efetiva das pessoas privadas de liberdade.

A trajetória do caso confirma, portanto, a compreensão dos direitos humanos como processo sempre inacabado. A atuação dos *insider activists* foi decisiva para transformar uma violação historicamente naturalizada em problema público, em conflito internacional e, posteriormente, em objeto de monitoramento continuado. A nova Cadeia Pública de Porto Alegre representa conquista concreta desse percurso. Todavia, como toda conquista em direitos humanos, permanece provisória, dependente de vigilância institucional, controle público e presença crítica de atores capazes de verificar se as promessas normativas e estruturais se convertem, de fato, em condições materiais e imateriais de dignidade para as pessoas privadas de liberdade.

5 CONCLUSÃO

A presente dissertação teve como objetivo analisar o impacto da atuação dos *insider activists* na construção e na efetivação dos direitos humanos em contextos de violação estrutural, a partir do estudo de caso do Presídio Central de Porto Alegre perante a Comissão Interamericana de Direitos Humanos. Partiu-se da constatação de que a mera positivação de direitos humanos em tratados, declarações, constituições e leis não assegura sua realização concreta, especialmente quando a violação ocorre em espaços marcados por invisibilidade social, naturalização da violência e baixa capacidade de incidência política dos sujeitos diretamente atingidos.

O caso do Presídio Central de Porto Alegre revelou-se particularmente adequado para essa análise. Durante décadas, a unidade prisional acumulou superlotação, degradação estrutural, insalubridade, precariedade material, deficiência de atendimento à saúde, perda do controle estatal interno, dependência material das famílias e submissão das pessoas privadas de liberdade a condições incompatíveis com a dignidade humana. Esse quadro não era desconhecido. Ao contrário, foi sucessivamente registrado por decisões judiciais, inspeções, relatórios técnicos, documentação no âmbito administrativo, manifestações de entidades da sociedade civil e reportagens jornalísticas. Ainda assim, por longo período, o conhecimento institucional da violação não foi suficiente para produzir sua superação.

A distância entre o reconhecimento formal dos direitos e sua concretização prática constituiu o problema central da pesquisa. O Presídio Central demonstrou, com especial nitidez, que há situações em que o sistema jurídico reconhece a violação, o Poder Judiciário profere decisões judiciais e administrativas, órgãos administrativos atuam, a imprensa denuncia a realidade e, mesmo assim, a estrutura causadora da violação de direitos humanos permanece. A permanência das violações, mesmo depois de judicialmente reconhecidas, revela os limites de uma visão formalista dos direitos humanos e confirma a necessidade de compreendê-los como processos históricos, políticos e sociais de luta por dignidade.

A partir da perspectiva crítica de Herrera Flores (2009), esta dissertação compreendeu os direitos humanos como práticas sociais voltadas à criação de

condições materiais e imateriais para uma vida digna. Essa leitura permitiu deslocar o foco da simples existência normativa dos direitos para os meios concretos de sua produção, defesa e efetivação. Na realidade prisional, tal deslocamento é essencial. A pessoa privada de liberdade pode ser formalmente reconhecida como titular de direitos, mas essa titularidade se esvazia quando o espaço de custódia estatal se converte em ambiente de adoecimento, violência, humilhação e abandono. A dignidade, nesse contexto, deve ir além da mera afirmação abstrata de direitos e buscar criar condições concretas para o exercício dos direitos à vida, saúde, segurança, assistência, educação, informação, trabalho, integridade e reconhecimento.

O primeiro resultado teórico da pesquisa foi a identificação do impulso ético como ponto de partida da transformação. A partir de Rita Segato (2006), sustentou-se que a mudança em direitos humanos não nasce apenas da lei ou da moral vigente. A lei e a moral, embora relevantes como formas de regulação social, frequentemente operam em sentido conservador, estabilizando práticas, valores e estruturas já estabelecidas. O impulso ético, ao contrário, permite estranhar a normalidade, contestar a naturalização da injustiça e abrir caminho para a transformação de realidades historicamente toleradas.

No caso do Presídio Central, esse impulso ético apareceu nos relatos dos magistrados entrevistados. As entrevistas com Sidinei Brzuska, Gilberto Schäfer e Paulo Augusto Oliveira Irion demonstraram que a atuação dos *insider activists* surgiu do contato direto com a degradação prisional, da percepção concreta de que a situação havia ultrapassado o limite do tolerável e da recusa em aceitar que aquela realidade continuasse a ser aceita como rotina. A presença no interior do cárcere, a escuta dos presos, a observação das galerias, a percepção da perda do controle estatal e a constatação da insuficiência das respostas ordinárias produziram uma forma de desconforto ético capaz de romper a acomodação institucional.

Essa conclusão é relevante porque permite compreender que a defesa dos direitos humanos não pode ser fundamentada apenas na existência de normas protetivas, mas também em sujeitos capazes de perceber suas violações como intoleráveis. O Presídio Central era conhecido. Suas mazelas estavam documentadas. Havia decisões, relatórios, laudos e reportagens. Um sistema normativo robusto de Direitos Humanos e normas de execução criminal garantem

direitos às pessoas privadas de liberdade. Ainda assim, a passagem do conhecimento para a ação exigiu que determinados atores internos deixassem de tratar aquela realidade como mais um problema administrativo do sistema prisional e passassem a compreendê-la como violação estrutural de direitos humanos. O impulso ético foi, portanto, a força inicial que permitiu converter a percepção da indignidade em disposição de agir.

Todavia, a pesquisa também demonstrou que o impulso ético, isoladamente, não transforma a realidade fática. A indignação, mesmo legítima, pode permanecer estéril quando não se converte em ação organizada. Por isso, o segundo movimento teórico da dissertação consistiu em analisar a passagem do impulso ético à ação política. Essa passagem foi construída a partir de dois referenciais complementares: a teoria da ação comunicativa de Jürgen Habermas e a teoria da luta por reconhecimento de Axel Honneth.

Em Habermas (2022), a ação política foi compreendida, em um primeiro momento, como busca de entendimento racional. A transformação de uma realidade injusta pode iniciar-se pela via da argumentação, da produção de razões, da deliberação e da construção de consensos institucionais. No caso do Presídio Central, essa dimensão comunicativa esteve presente nas inspeções judiciais, decisões de interdição, relatórios técnicos, recomendações administrativas, interlocuções com órgãos do Estado, produção de laudos e articulação entre instituições. Os *insider activists* buscaram, inicialmente, convencer o próprio Estado da gravidade da situação e da necessidade de adoção de providências estruturais e na sequencia, buscaram aumentar sua condição de fala dentro desse processo denunciando publicamente as condições do presídio, o que se denotou de diversas reportagens de jornal à época que expunham as condições do cárcere à sociedade.

Como magistrados e agentes públicos, os *insider activists* tinham acesso ao espaço prisional, legitimidade pública, conhecimento técnico, capacidade de interlocução com autoridades, possibilidade de acesso e produção de documentos, além de aptidão para mobilizar redes institucionais e a própria opinião pública. Essa posição conferia densidade à denúncia. Ao falarem sobre o Presídio Central, não o faziam apenas como observadores externos, mas como agentes situados no interior do sistema de justiça, com experiência direta da realidade carcerária e conhecimento

das engrenagens institucionais responsáveis pela manutenção ou superação das violações de direitos humanos.

A pesquisa confirmou, assim, uma característica central dos *insider activists*. Esses atores não atuam fora do Estado, nem simplesmente contra ele. Atuam a partir de dentro, usando recursos institucionais, legitimidade funcional, conhecimento técnico e acesso a arenas decisórias para tensionar a própria estrutura estatal. A posição é ambivalente, pois integram instituições que, de algum modo, participam da reprodução da ordem existente, mas utilizam essa inserção para revelar contradições, deslocar problemas, mobilizar aliados e abrir caminhos de transformação.

No caso do Presídio Central, entretanto, a busca de consenso revelou seus limites. As decisões de interdição, as ordens de criação de vagas, as recomendações administrativas e os relatórios técnicos reconheceram a gravidade do quadro, mas não produziram solução estrutural suficiente. As providências adotadas eram parciais, tardias ou incapazes de alterar a lógica geral da superlotação e da degradação. A própria trajetória das interdições demonstra esse limite, já que galerias eram interditadas, restringia-se o ingresso de determinados presos, determinava-se a criação de vagas, mas a população carcerária continuava crescendo e a estrutura continuava em colapso.

Foi nesse ponto que a ação política precisou avançar para o conflito legítimo. A partir de Honneth (2009), compreendeu-se que determinados conflitos sociais não expressam simples disputa por poder ou interesse material, mas experiências moralmente fundadas de desrespeito. Quando sujeitos ou grupos são privados de condições mínimas de reconhecimento jurídico e social, a luta por reconhecimento torna-se forma legítima de ação política. No Presídio Central, as pessoas privadas de liberdade permaneciam formalmente reconhecidas como titulares de direitos, mas eram concretamente tratadas como vidas de menor valor, submetidas a condições materiais que negavam a dignidade da pessoa humana.

A denúncia pública das condições do Presídio Central e a posterior petição perante a Comissão Interamericana de Direitos Humanos representaram, nessa perspectiva, a passagem da ação comunicativa para a ação social fundada no conflito legítimo. A denúncia à sociedade rompeu a invisibilidade do cárcere, deslocando o problema do interior dos muros da prisão para a esfera pública. A

imprensa teve papel fundamental nesse processo, porque transformou a realidade baseada em laudos e decisões em imagens, narrativas e linguagem acessível à opinião pública. A petição perante a Comissão Interamericana de Direitos Humanos, por sua vez, institucionalizou o conflito no âmbito internacional. O acionamento do Sistema Interamericano não decorreu de uma escolha precipitada, mas do esgotamento progressivo das vias internas ordinárias. A representação apresentada em 2013 pelo Fórum da Questão Penitenciária reuniu entidades da magistratura, Ministério Público, Defensoria Pública, Ordem dos Advogados do Brasil, conselhos profissionais, academia e organizações da sociedade civil. Sua força decorreu justamente dessa composição plural e tecnicamente qualificada. O caso foi apresentado à Comissão como violação grave, urgente e persistente, fundada em documentação robusta, fotografias, laudos, decisões judiciais e relatórios institucionais. Instaurou-se o conflito institucional com o Estado Brasileiro.

Esse movimento confirma a hipótese da pesquisa. A atuação dos *insider activists* impactou positivamente a efetivação dos direitos humanos no caso do Presídio Central de Porto Alegre porque combinou posição institucional, impulso ético, capacidade argumentativa, articulação interinstitucional, denúncia pública, mobilização do Sistema Interamericano e monitoramento contínuo das respostas estatais. A transformação ocorreu por meio de um longo processo estrutural, no qual diferentes formas de ação foram se somando ao longo do tempo.

A concessão da Medida Cautelar n. 8-13 pela Comissão Interamericana de Direitos Humanos, em 2013, marcou uma inflexão nesse percurso. A partir dela, o Estado brasileiro passou a ser confrontado, no plano internacional, com a necessidade de adotar providências voltadas à proteção da vida e da integridade das pessoas privadas de liberdade, à melhoria das condições sanitárias, ao atendimento médico, à retomada do controle interno, à elaboração de plano de contingência e à redução da superlotação (COMISSÃO INTERAMERICANA DE DIREITOS HUMANOS, 2013).

A atuação dos *insider activists* continuou após o deferimento das medidas cautelares. Um dos achados centrais da pesquisa foi demonstrar que, em contextos de violação estrutural, a efetivação dos direitos humanos depende de monitoramento permanente. As decisões oriundas do sistema interamericano, por si só, não transformam a realidade, cuja eficácia depende da continuidade da atuação dos

ativistas, da tomada de atitudes concretas como inspeções, medidas administrativas e jurídicas e, ainda, pressão social.

O monitoramento do caso do Presídio Central demonstrou essa dinâmica. As manifestações do Fórum da Questão Penitenciária perante a Comissão, especialmente nos anos posteriores à concessão da medida cautelar, revelam uma atuação constante de verificação, crítica e atualização da situação fática. As respostas do Estado e suas ações concretas no sentido do cumprimento da medida eram confrontadas com inspeções, documentos, fotografias e laudos. Avanços eram reconhecidos quando existentes, mas sem que melhorias parciais fossem confundidas com solução definitiva. A inauguração da nova Cadeia Pública de Porto Alegre, em setembro de 2025, representou a concretização mais visível desse processo. A antiga estrutura do Presídio Central, historicamente marcada por superlotação, degradação estrutural, ausência de controle estatal, foi substituída por uma nova unidade, com parâmetros arquitetônicos e padrões administrativos mais adequados.[8] A própria Comissão Interamericana, ao levantar as medidas cautelares em 2026, reconheceu que a situação fática havia se alterado e destacou a construção da nova unidade como elemento central para o encerramento da cautelar (COMISSÃO INTERAMERICANA DE DIREITOS HUMANOS, 2026).

Essa conclusão, todavia, deve ser formulada com cuidado. A nova Cadeia Pública de Porto Alegre pode ser compreendida como uma conquista em termos de concretização de direitos humanos, mas isso não significa que se encontrou uma solução definitiva para a questão prisional. A entrevista com Mariana Bezerra Salamé evidencia isso, ao expor que, sob o ponto de vista estrutural, as principais determinações da Comissão Interamericana foram atendidas, especialmente no que se refere à superação da superlotação massiva e à proteção da integridade física dos presos. Todavia, ainda persistem problemas relacionados a esgoto, água, energia, calor, ventilação, acesso a livros, educação, informação, trabalho e tratamento penal adequado aos presos que lá se encontram. (SALAMÉ, 2026).

Esse dado reforça a conclusão de que os direitos humanos são processo, estão sempre em contínua construção e aperfeiçoamento. Não há uma obra acabada em termos de direitos humanos, seja ela decorrente de um marco normativo, seja

[8] Anexo II, Fotografias 16 a 21.

decorrente de uma realidade fática pontual. A reconstrução do Presídio Central alterou substancialmente a realidade fática anterior, mas a concretização da dignidade das pessoas privadas de liberdade, seus familiares e trabalhadores do ambiente prisional exige cuidados institucionais permanentes. A passagem do antigo Presídio Central à nova Cadeia Pública deslocou o problema para outro patamar. Antes, a preocupação central era a superação da ruína estrutural, da superlotação extrema, da insalubridade generalizada e da perda de controle estatal. Agora, o desafio está na sustentabilidade humana, administrativa e institucional do novo modelo.

A experiência analisada permite, portanto, organizar o caminho da concretização dos direitos humanos em quatro momentos articulados. O primeiro é o impulso ético, que nasce do estranhamento diante de uma realidade injusta naturalizada. O segundo – já na fase da ação política – é a ação comunicativa, pela qual esse impulso se converte em tentativa de convencimento racional, produção de documentos, articulação institucional e busca de consensos e ampliação da condição de fala. O terceiro – seguindo a ação política – é ação social por meio da luta por reconhecimento motivada pelo conflito legítimo, acionado quando o consenso se esgota e a violação permanece, momento em que ocorre o deslocamento da questão para arenas de disputa institucionais e públicas. O quarto momento envolve já há algum nível de materialização dos direitos humanos perseguidos e se dá no nível da concretização provisória e monitoramento, quando as conquistas no âmbito formal e ideal transformam a realidade de violações, mas exigem constante vigilância, avaliação, continuidade e evolução.

Esse percurso não deve ser entendido como sequência rígida ou automática. Na prática, esses momentos se sobrepõem, retroalimentam-se e podem coexistir. O impulso ético acompanha todo o processo. A ação comunicativa não desaparece quando surge o conflito. O conflito pode reabrir canais de diálogo. A concretização provisória e o monitoramento podem gerar novas denúncias, novas negociações e novos conflitos e não encerram a luta, porque toda conquista em direitos humanos permanece vulnerável a regressões, omissões e novas formas de naturalização da violência.

A pesquisa também permitiu concluir que os *insider activists* ampliam a capacidade de efetivação dos direitos humanos em contextos estruturais por pelo

menos cinco razões. Primeiro, porque têm acesso direto e facilitado a informações e espaços que, muitas vezes, permanecem invisíveis ao público externo. Segundo, porque possuem conhecimento técnico sobre o funcionamento das instituições e sobre os instrumentos jurídicos disponíveis. Terceiro, porque detêm condição de fala qualificada perante autoridades, imprensa e sociedade. Quarto, porque podem articular redes internas e externas, conectando Estado, organizações da sociedade civil, academia e outros ativistas. Quinto, porque conseguem sustentar a continuidade do processo depois da denúncia inicial, acompanhando a implementação das medidas e resistindo à tendência de encerramento prematuro de um determinado caso.

Essas potencialidades, contudo, também possuem limitações. A atuação dos *insider activists* pode enfrentar resistência interna, burocratização, isolamento institucional, incompreensão de setores da própria carreira, tensão com a imparcialidade judicial e risco de personalização excessiva da pauta. Além disso, a posição interna ao Estado por parte desses ativistas não elimina a necessidade de participação direta dos sujeitos mais vulneráveis e com menor capacidade de alteração da realidade, que são os próprios presos. Por isso, a atuação dos *insiders activists* é relevante, mas não tem o condão de substituir a necessidade de escuta das pessoas privadas de liberdade, de participação da sociedade civil e de controle público permanente sobre o sistema prisional.

Também é importante reconhecer que o estudo de caso não autoriza generalizações para todos os contextos de violação de direitos humanos. O caso do Presídio Central possui características específicas como uma forte atuação associativa da magistratura, formação do Fórum da Questão Penitenciária com atuação de representantes do sistema de justiça e da sociedade, produção técnica robusta, ampla cobertura jornalística, acionamento do Sistema Interamericano e monitoramento contínuo e prolongado do caso. Isso leva à compreensão de que, em contextos de violação estrutural, a efetivação dos direitos humanos tende a depender menos de um único mecanismo jurídico e mais da interação entre múltiplos atores.

A pergunta de pesquisa, portanto, pode ser respondida afirmativamente, com as devidas ponderações. A atuação dos *insider activists* impactou a efetividade da defesa dos direitos humanos no sistema prisional a partir do caso do Presídio Central de Porto Alegre. Esse impacto deu-se pela capacidade desses atores de transformar

uma violação naturalizada em problema público, produzir provas e argumentos, mobilizar instituições, acionar a imprensa, provocar o Sistema Interamericano, acompanhar o cumprimento das medidas e manter pressão continuada até a transformação estrutural da unidade. Por seu turno, a hipótese orientadora da dissertação, assim, foi confirmada em seus elementos centrais. Os *insider activists* podem impactar positivamente a efetivação dos direitos humanos porque ocupam posição estratégica entre a experiência concreta da violação e os mecanismos institucionais de resposta. No caso estudado, essa posição permitiu fazer a ponte entre o sofrimento invisibilizado das pessoas privadas de liberdade e as arenas de decisão capazes de alterar a realidade.

A principal contribuição desta dissertação está em demonstrar que a efetivação dos direitos humanos pode ser compreendida como um caminho que se inicia no impulso ético e se realiza, sempre de forma provisória e incompleta, por meio de ação política organizada. A nova Cadeia Pública de Porto Alegre é resultado concreto da trajetória que inicia no impulso ético, passa pela ação política e se estabiliza na concretização provisória e monitoramento.

Como agenda futura de pesquisa, especialmente em nível de doutorado, abre-se a possibilidade de aprofundar a análise comparativa da atuação dos ativistas de direitos humanos em outros contextos de violação estrutural, dentro e fora do sistema prisional, pondo-se à prova a teoria que inicia no impulso ético, passa pela ação política comunicativa e conflitiva e chega à concretização provisória e monitoramento. Também se mostra relevante investigar em que medida a atuação interna de agentes estatais pode dialogar com movimentos sociais externos a fim de se qualificar a busca pela concretização dos direitos humanos. O caso do Presídio Central permite afirmar que a transformação é possível, mas também ensina que nenhuma conquista em direitos humanos se preserva sem avaliação crítica. A concretização dos direitos humanos exige constante avaliação crítica fundada no impulso ético. Esse impulso ético não pode se apagar depois da primeira conquista, deve perpassar toda a fase de ação política e se manter presente durante a concretização provisória e contínuo monitoramento da realidade. Somente com essa visão crítica e a chama de um impulso ético que se mantém acessa durante todo o processo de concretização, evita-se o regresso e estimula-se a progressividade das conquistas de direitos humanos.

6 REFERÊNCIAS

AJURIS et al. **Representação pela violação dos direitos humanos no Presídio Central de Porto Alegre (PCPA) com pedido de medidas cautelares**. Porto Alegre, 10 jan. 2013a. Documento apresentado à Comissão Interamericana de Direitos Humanos da OEA.

AJURIS et al. **Réplica à resposta da República Federativa do Brasil relativa à medida cautelar n. 8-13: pessoas privadas de liberdade no Presídio Central de Porto Alegre (PCPA)**. Porto Alegre, 31 maio 2013b. Documento apresentado à Comissão Interamericana de Direitos Humanos da OEA.

AJURIS et al. **Informações adicionais e reiteração dos pedidos cautelares no caso "Representação por violação dos direitos humanos no Presídio Central de Porto Alegre (PCPA) – MC-8-13 – Brasil"**. Porto Alegre, 18 set. 2013c. Documento apresentado à Comissão Interamericana de Direitos Humanos da OEA.

AJURIS et al. **Análise da resposta da República Federativa do Brasil a respeito das medidas cautelares deferidas pela Comissão Interamericana de Direitos Humanos**. Porto Alegre, 24 mar. 2014a. Documento apresentado à Comissão Interamericana de Direitos Humanos da OEA.

AJURIS et al. **Manifestação sobre o relatório apresentado pela República Federativa do Brasil, sobre a possibilidade de solução amistosa e pedido de análise da admissibilidade do caso "Pessoas Privadas de Liberdade no Presídio Central de Porto Alegre (PCPA), MC-8-13 e P-81-13, Brasil"**. Porto Alegre, 9 jun. 2015a. Documento apresentado à Comissão Interamericana de Direitos Humanos da OEA.

AJURIS et al. **Alegações finais no Caso 13.353 (MC-8-13): pessoas privadas de liberdade no "Presídio Central de Porto Alegre" – PCPA**. Porto Alegre, 30 nov. 2017a. Documento apresentado à Comissão Interamericana de Direitos Humanos da OEA.

AJURIS et al. **Petição de dilação de prazo na Medida Cautelar n. 8-13**. Porto Alegre, 9 maio 2024a. Documento apresentado à Comissão Interamericana de Direitos Humanos da OEA.

AJURIS et al. **Petição com apresentação de informações atuais e pedido de suspensão temporária do feito na Medida Cautelar n. 8-13**. Porto Alegre, 9 set. 2024b. Documento apresentado à Comissão Interamericana de Direitos Humanos da OEA.

AJURIS et al. **Petição comunicando a entrega da nova Cadeia Pública de Porto Alegre e requerendo vistoria técnica in loco na Medida Cautelar n. 8-13**. Porto Alegre, 12 set. 2025. Documento apresentado à Comissão Interamericana de Direitos Humanos da OEA.

ALSTON, P.; GOODMAN, R. **International Human Rights: The Successor to International Human Rights in Context**. Oxford University Press, 2013.

ANTKOWIAK, Thomas M.; GONZA, Alejandra. **The American Convention on Human Rights: essential rights**. New York: Oxford University Press, 2017.

ARENDT, Hannah. **Origens do totalitarismo**. Tradução de Roberto Raposo. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

BAZILIO, Cristiane; DORNELLES, Renato. Festa com cocaína. **Zero Hora**, Porto Alegre, 30 dez. 2014, Notícias, p. 6-7.

BETTINE, Marco. A teoria do agir comunicativo de Jürgen Habermas: bases conceituais. São Paulo: **Edições EACH**, 2021. 1 e-book. DOI: 10.11606/9786588503027.

BOL, Jennifer. Using International Law to Fight Child Labor: A Case Study of Guatemala and the Inter-American System. **American University International Law Review**, Washington, v. 13, n. 5, 1998.

BOURDIEU, Pierre. Espíritos de Estado: gênese e estrutura do campo burocrático. In: _____. **Razões práticas: sobre a teoria da ação**. Tradução de Mariza Corrêa. Campinas, SP: Papirus, 1996. p. 91-124.

BRASIL. Câmara dos Deputados. **Relatório final da CPI do Sistema Carcerário**. Brasília, DF: Câmara dos Deputados, 2009.

BRASIL. Ministério da Justiça. Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária. **Relatório de visitas de inspeção: Presídio Central de Porto Alegre e outros**. Brasília, DF, ago. 2009.

BRISCOE, Forrest; GUPTA, Abhinav. Social activism in and around organizations. **The Academy of Management Annals**, v. 10, n. 1, p. 671-727, 2016. DOI: https://doi.org/10.1080/19416520.2016.1153261.

BRZUSKA, Sidinei. **Entrevista concedida a Daniel Neves Pereira**. Porto Alegre, 6 fev. 2026.

BUCHTER, Lisa. Escaping the Ellipsis of Diversity: Insider Activists' Use of Implementation Resources to Influence Organization Policy. **Administrative Science Quarterly**, 66(2), 521-565. https://doi.org/10.1177/0001839220963633 (Original work published 2021).

CANÇADO TRINDADE, Antônio Augusto. Dilemas e desafios da Proteção Internacional dos Direitos Humanos no limiar do século XXI. **Revista Brasileira de Política Internacional**, v. 40, n. 1, p. 167-177, 1997.

CARLOS, Euzeneia. Movimentos Sociais e Políticas Públicas: Consequências na Política Nacional de Direitos Humanos. **DADOS**, Rio de Janeiro, v. 64, n. 4, 2021.

COMISSÃO INTERAMERICANA DE DIREITOS HUMANOS. **Resolución 14/2013. Medida cautelar n. 8-13. Asunto: Personas Privadas de Libertad en el "Presidio Central de Porto Alegre" respecto de Brasil**. Washington, D.C., 30 dic. 2013.

COMISSÃO INTERAMERICANA DE DIREITOS HUMANOS. **Comunicação aos peticionários sobre prorrogação de prazo concedido no expediente MC-8-13**. Washington, D.C., 7 jul. 2016.

COMISSÃO INTERAMERICANA DE DIREITOS HUMANOS. **Notificação aos peticionários para apresentação de observações à resposta do Governo brasileiro na petição P-81-13**. Washington, D.C., 12 jun. 2017a.

COMISSÃO INTERAMERICANA DE DIREITOS HUMANOS. **Comunicação de abertura do Caso 13.353 e solicitação de observações adicionais sobre o mérito**. Washington, D.C., 8 ago. 2017b.

COMISSÃO INTERAMERICANA DE DIREITOS HUMANOS. **Comunicação à representação concedendo prorrogação de 90 dias para manifestação na Medida Cautelar n. 8-13**. Washington, D.C., 17 jun. 2024.

COMISSÃO INTERAMERICANA DE DIREITOS HUMANOS. **Resolución de levantamiento de medidas cautelares 20/2026. Medidas cautelares n. 8-13. Asunto Personas Privadas de Libertad en el "Presidio Central de Porto Alegre" respecto de Brasil.** Washington, D.C., 30 mar. 2026.

COSTA, José Luís. Central deve fechar 2014 com 500 presos. **Zero Hora**, Porto Alegre, 14 out. 2014a, Notícias, p. 20.

COSTA, José Luís. Desocupação do Central sofre revés. **Zero Hora**, Porto Alegre, 23 dez. 2014b, Notícias, p. 26.

COSTA, José Luís. Justiça pode barrar entrada de detentos. **Zero Hora**, Porto Alegre, 2 out. 2014c, Notícias, p. 24.

COSTA, José Luís. Susepe descumpre acordo sobre o Central. **Zero Hora**, Porto Alegre, 7 out. 2014d, Notícias, p. 25.

COSTA, José Luís. Uma vergonha. **Zero Hora**, Porto Alegre, 13 out. 2014e, Notícias, p. 6-7.

COSTA, Letícia. Presos são transferidos para esvaziar pavilhão. **Zero Hora**, Porto Alegre, 30 set. 2014, Notícias, p. 21.

DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL. **Razões de agravo e petição no processo n. 8001366-41.2021.8.21.0001, relativas às violações de direitos humanos na Cadeia Pública de Porto Alegre**. Porto Alegre, 2021.

DORNELLES, Renato. **Falange gaúcha**. Porto Alegre: RBS Publicações, 2008.

ETCHECHURY, Carlos. Descontrole em cadeias. **Zero Hora**, Porto Alegre, 2 nov. 2008, Polícia, p. 40-41.

FOSTER, Gustavo. Prisão que já foi a “pior do Brasil” é reinaugurada no RS com novo nome após 3 anos de obras; veja como era e como ficou. **g1 RS**, Porto Alegre, 10 set. 2025. Disponível em: https://g1.globo.com/rs/rio-grande-do-sul/noticia/2025/09/10/prisao-que-ja-foi-a-pior-do-brasil-e-reinagurada-no-rs-com-novo-nome-apos-3-anos-de-obras-veja-como-era-e-como-ficou.ghtml. Acesso em: 12 abr. 2026.

FOUCAULT, Michel. For an ethic of discomfort in **The Essential Foucault: Selections from Essential Works of Foucault, 1954-1984**. Ed. Paul Rabinow e Nikolas Rose. New York: The New Press, 2003.

GAMA, Ricardo R. Moral e Direito. **Revista dos Tribunais**, vol. 831, 2005, p. 727-740.

GONZATTO, Marcelo. Uma cela para 26. **Zero Hora**, Porto Alegre, 2 out. 2009, Polícia, p. 68.

GUSTAFSON, Jéssica. “Boa parte das pessoas não têm o menor interesse em conhecer o funcionamento do sistema”. **Jornal do Comércio**, Porto Alegre, 22 set. 2015, p. 2-3.

HABERMAS, Jürgen. **Teoria da ação comunicativa – Volumes I e II: Racionalidade da ação e racionalização social**. Tradução Luiz Repa. São Paulo: Editora Unesp, 2022.

HERRERA FLORES, Joaquín. **A (Re)invenção dos Direitos Humanos**. Florianópolis: Fundação Boiteux, 2009.

HONNETH, Axel. **Luta por reconhecimento: a gramática moral dos conflitos sociais**. Tradução de Luiz Repa. São Paulo, SP: Editora 34, 2009 (2ª Edição).

HOROWITZ, Marcel. Com investimento de R$ 139 milhões, Cadeia Pública de Porto Alegre reabre após quase dois anos. **Correio do Povo**, Porto Alegre, 10 set. 2025. Disponível em: https://www.correiodopovo.com.br/not%C3%ADcias/pol%C3%ADcia/com-investimento-de-r-139-milhoes-cadeia-publica-de-porto-alegre-reabre-apos-quase-dois-anos-1.1646228. Acesso em: 12 abr. 2026.

HUDSON, Manley O. Charter of the Organization of American States: Bogota, 30 April 1948. **Naval War College International Law Studies**, Newport, v. 46, 2014.

IRION, Adriana; COSTA, José Luís. “Tirar alguém da cadeia é fácil, tirar do crime é muito difícil”. **Zero Hora**, Porto Alegre, 12 jul. 2015, p. 8-10.

IRION, Paulo Augusto Oliveira. **Entrevista concedida a Daniel Neves Pereira**. Porto Alegre, 11 mar. 2026.

JUIZ põe fim à farra dos celulares. **Zero Hora**, Porto Alegre, 19 set. 2009, Polícia, p. 50.

JUSTIÇA acata a liminar por liberação de presos. **Correio do Povo**, Porto Alegre, 21 set. 2009, p. 17.

JUSTIÇA garante visitas. **Correio do Povo**, Porto Alegre, 4 ago. 2008, p. 19.

LAFER, Celso. **Direitos humanos: um percurso no direito no século XXI**. São Paulo: Atlas, 2015.

MAGS, André. Desativação de prédio é criticada. **Zero Hora**, Porto Alegre, 3 out. 2014, Notícias, p. 22.

MENDES, Guilherme M. A; SILVA, Claudyvan J. S. N. O pluralismo jurídico como alternativa para a América Latina em âmbito supranacional de proteção multinível de direitos humanos. **Cadernos Prolam/USP-Brazilian Journal of Latin American Studies**, v. 22, n. 45, p. 227-246, jan.-jun. 2023.

NETTO, V. Módulos da Cadeia Pública devem ficar prontos em outubro. **Zero Hora**, Porto Alegre, ano 61, n. 21.085, p. 2, 05 set. 2024.

NO CORREDOR do inferno. **Zero Hora**, Porto Alegre, 16 nov. 2008, capa e Polícia, p. 34-37.

NUNCA tinha visto nada parecido. **Zero Hora**, Porto Alegre, 5 out. 2008, Polícia, p. 43.

NUNES, Thais de Sá; VETTORAZZI, Karlo Messa. A Intervenção de Organismos Internacionais na Busca pela Efetivação dos Direitos Humanos e o Sistema Prisional Brasileiro. **Caderno PAIC**, [S. l.], v. 15, n. 1, p. 405–424, 2014. Disponível em: https://cadernopaic.fae.edu/cadernopaic/article/view/72. Acesso em: 5 jun. 2026.

ORGANIZAÇÃO DOS ESTADOS AMERICANOS (OEA). **CIDH: estatísticas**. Disponível em: https://www.oas.org/es/cidh/multimedia/estadisticas/estadisticas.html. Acesso em: 19 dez. 2024.

ORGANIZAÇÃO DOS ESTADOS AMERICANOS (OEA). **Comissão Interamericana de Direitos Humanos: o que é a CIDH?** Disponível em: https://www.oas.org/pt/CIDH/jsForm/?File=/pt/cidh/mandato/que.asp. Acesso em: 19 dez. 2024.

PIOVESAN, Flávia. **Direitos humanos e justiça internacional: um estudo comparativo dos sistemas regionais europeu, interamericano e africano**. 9. ed., rev. e atual. São Paulo: Saraiva, 2019.

REIS, Rosana. Os Direitos Humanos e a Política Internacional. **Revista de Sociologia e Política**, Curitiba, v. 27, p. 33-42, 2006.

RIO GRANDE DO SUL. Poder Judiciário. **Decisão de 4 de agosto de 1995, relativa à interdição parcial do Presídio Central de Porto Alegre**. Processo SEEU n. 8001366-41.2021.8.21.0001. Porto Alegre, 1995.

RIO GRANDE DO SUL. Poder Judiciário. **Decisão de 17 de novembro de 2008, relativa à interdição da 3ª galeria do pavilhão "C" do Presídio Central de Porto Alegre**. Processo SEEU n. 8001366-41.2021.8.21.0001**.** Porto Alegre, 2008.

RIO GRANDE DO SUL. Poder Judiciário. **Processo n. 8001366-41.2021.8.21.0001**. Porto Alegre, 2021.

RIO GRANDE DO SUL. Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul. **Decisão judicial obriga Estado do RS a criar 3.892 vagas no sistema prisional, sob pena de multa**. Porto Alegre, 6 fev. 2009. Disponível em: https://www.tjrs.jus.br/novo/busca/?aba=site&access=p&client=wp_index&ie=UTF-8&oe=UTF-8&output=xml_no_dtd&proxystylesheet=wp_index&q=cache%3AXI8e1JS9BQsJ%3Awww.tjrs.jus.br%2Fnovo%2Fnoticia_feeder%2F%3Fpage_id%3D11956+multa&site=site_novo&utm_source=chatgpt.com. Acesso em: 26 abr. 2026.

RUDNICKI, Dani. O discurso (ideológico) dos juristas sobre os direitos humanos. In: SILVEIRA, Helder Gordim da; ABREU, Aronne de; MANSAN, Jaime Valim (org.). **História e ideologia: perspectivas e debates**. Passo Fundo, 2009. p. 168-179.

SALAMÉ, Mariana Bezerra. **Entrevista concedida a Daniel Neves Pereira**. Porto Alegre, 24 abr. 2026.

SALDANHA, Marcelo Suares. **Laudo técnico de inspeção predial: Presídio Central**. Porto Alegre: IBAPE/RS; CREA/RS, 2012.

SANTANA, Stella Emery; GAZZANEO, Alessandra Müller; PEREIRA, Daniel Neves. Danos ambientais e violações de Direitos Humanos: estudo do caso do Presídio Central de Porto Alegre. **Revista CNJ**, Brasília, v. 5, n. 1, p. 212-228, 2021. DOI: 10.54829/revistacnj.v5i1.212. Disponível em: https://www.cnj.jus.br/ojs/revista-cnj/article/view/212. Acesso em: 6 abr. 2026.

SCHÄFER, Gilberto. **Entrevista concedida a Daniel Neves Pereira**. Porto Alegre, 29 mar. 2026.

SEGATO, Rita Laura. Antropologia e Direitos Humanos: Alteridade e Ética no Movimento de Expansão dos Direitos Universais. **MANA**, v. 12, n. 1, p. 207-236, 2006.

SEIBT, Taís. Desativação ainda longe do fim. **Zero Hora**, Porto Alegre, 5 dez. 2014, Notícias, p. 8-9.

SHAVER, Lea. The Inter-American Human Rights System: An Effective Institution for Regional Rights Protection? **Washington University Global Studies Law Review**, St. Louis, v. 9, n. 4, p. 639-676, 2010.

SOUZA, Gustavo. Juiz ameaça soltar presos. **Zero Hora**, Porto Alegre, 17 abr. 2009, Polícia, p. 32.

STURM, Heloísa Aruth. Vai fechar ou não? Reformas lançam dúvidas sobre demolição do Central. **Zero Hora**, Porto Alegre, 4 nov. 2013, Polícia, p. 38.

TREZZI, Humberto. Judiciário pressionou e Executivo topou transformar o pior presídio numa prisão moderna. **GZH**, Porto Alegre, 10 set. 2025a. Disponível em: https://gauchazh.clicrbs.com.br/colunistas/humberto-trezzi/noticia/2025/09/judiciario-e-executivo-se-uniram-para-transformar-o-pior-presidio-numa-prisao-moderna.html. Acesso em: 12 abr. 2026.

TREZZI, Humberto. Cadeias de Porto Alegre vivem momento de instabilidade e badernas. **GZH**, Porto Alegre, 21 out. 2025b. Disponível em: https://gauchazh.clicrbs.com.br/colunistas/humberto-trezzi/noticia/2025/10/cadeias-de-porto-alegre-vivem-momento-de-instabilidade-e-badernas.html. Acesso em: 12 abr. 2026.

TREZZI, Humberto. “Os presos continuarão sem tomada e usando uniforme”, avisa o secretário de Sistemas Penal e Socioeducativo, Jorge Pozzobom. **GZH**, Porto Alegre, 22 out. 2025c. Disponível em: https://gauchazh.clicrbs.com.br/colunistas/humberto-trezzi/noticia/2025/10/os-presos-continuarao-sem-tomada-e-usando-uniforme-avisa-o-secretario-de-sistemas-penal-e-socioeducativo-jorge-pozzobom.html. Acesso em: 12 abr. 2026.

VILLELA, Carlos. Considerado pior presídio do Brasil, cadeia pública de Porto Alegre reabre com investimento de R$ 139 mi. **Folha de S.Paulo**, Porto Alegre, 10 set. 2025. Disponível em: https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2025/09/considerado-pior-presidio-do-brasil-cadeia-publica-de-porto-alegre-reabre-com-investimento-de-r-139-mi.shtml. Acesso em: 12 abr. 2026.

ZIERO, Gabriel W; RODRIGUES, Celso. O Sistema Interamericano de Proteção aos Direitos Humanos e o Presídio Central de Porto Alegre. In: OLIVEIRA, Mara de; AUGUSTIN, Sérgio (org.). **Direitos humanos [recurso eletrônico]: emancipação e ruptura**. Caxias do Sul: Educs, 2013.

7. ANEXOS

Anexo I – Fotografias do antigo Presídio Central

Fotografia 1 – Vista aérea do Presídio Central



Fonte: Acervo pessoal de Sidinei Brzuska

Fotografia 2 – Visão interna das galerias no Presídio Central (superlotação)



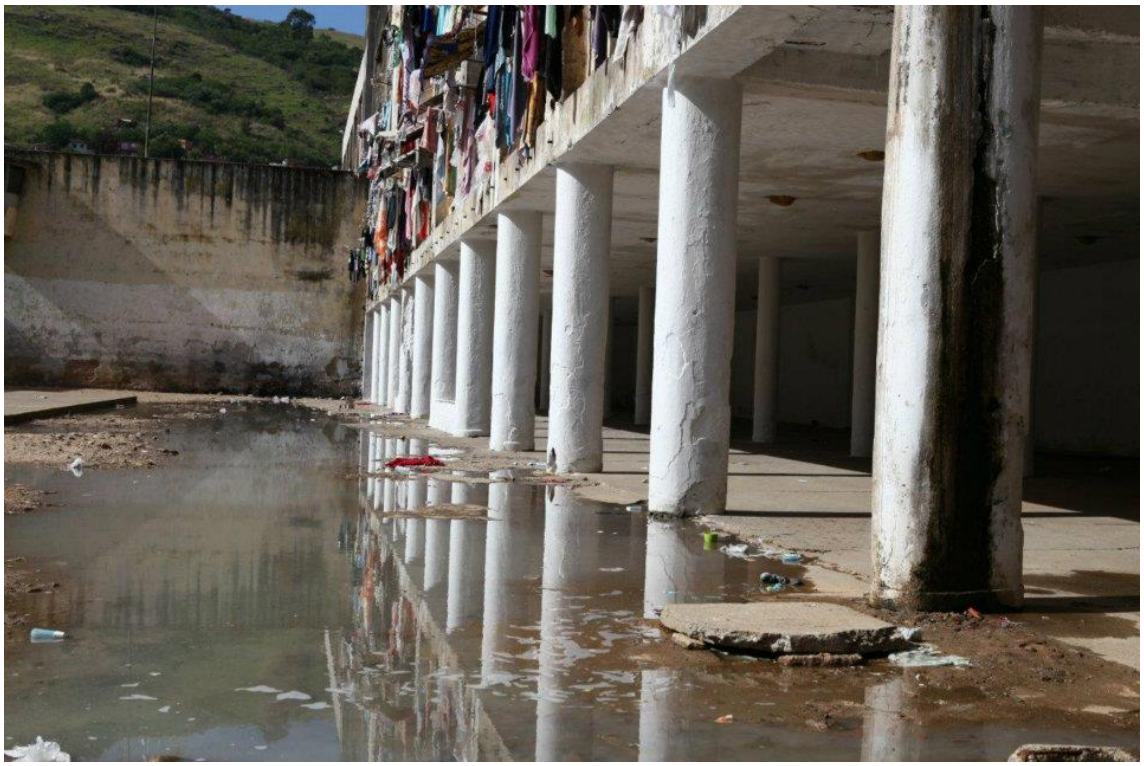
Fonte: Acervo pessoal de Sidinei Brzuska

Fotografia 3 – Visão externa da fachada do Presídio Central (esgoto)



Fonte: Acervo pessoal de Sidinei Brzuska

Fotografia 4 – Visão externa da fachada do Presídio Central II (esgoto)



Fonte: Acervo pessoal de Sidinei Brzuska

Fotografia 5 – Visão de uma das celas (camas pendentes)



Fonte: Acervo pessoal de Sidinei Brzuska

Fotografia 6 – Visão da fachada (falta de estrutura e superlotação)



Fonte: Acervo pessoal de Sidinei Brzuska

Fotografia 7 – Visão interna de uma cela



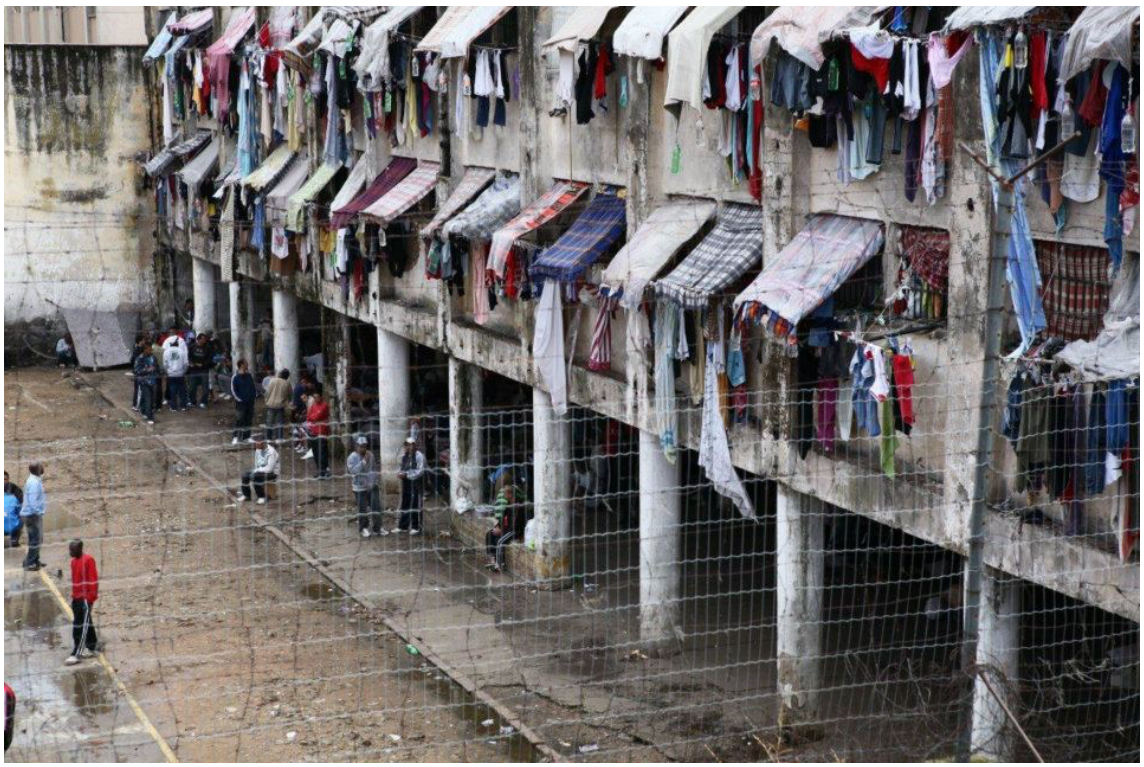
Fonte: Acervo pessoal de Sidinei Brzuska

Fotografia 8 – Visão externa (coluna colapsada por esgoto)



Fonte: Acervo pessoal de Sidinei Brzuska

Fotografia 9 – Visão externa da fachada



Fonte: Acervo pessoal de Sidinei Brzuska

Fotografia 10 – Visão externa da fachada e segurança militar



Fonte: Acervo pessoal de Sidinei Brzuska

Fotografia 11 – Visão externa da fachada com lixo acumulado



Fonte: Acervo pessoal de Sidinei Brzuska

Fotografia 12 – Visão externa da fachada com pessoas próximas ao esgoto



Fonte: Acervo pessoal de Sidinei Brzuska

Fotografia 13 – Agente em banheiro colapsado em busca de armas e drogas



Fonte: Acervo pessoal de Sidinei Brzuska

Fotografia 14 – Revista dos policiais militares em contato direto com presos



Fonte: Acervo pessoal de Sidinei Brzuska

Fotografia 15 – Preso em tratamento de saúde precário



Fonte: Acervo pessoal de Sidinei Brzuska

Anexo II – Fotografias após a entrega do nova Cadeia Pública

Fotografia 16 – Vista aérea da nova Cadeia Pública de Porto Alegre



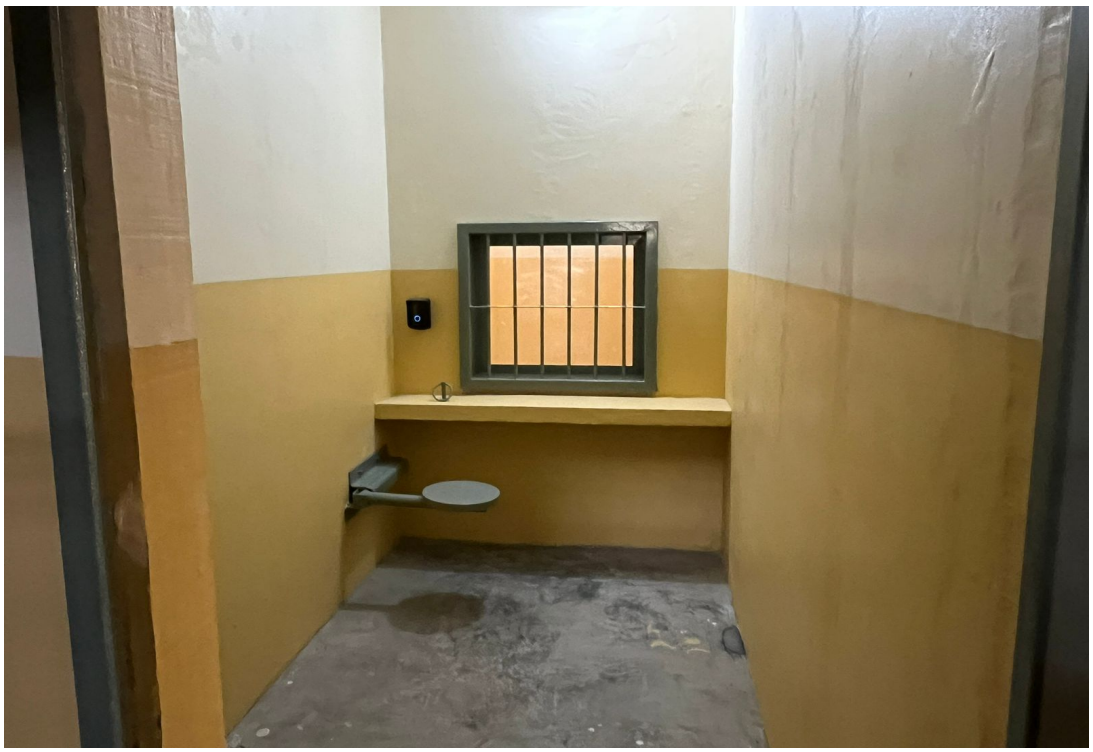
Fonte: https://obras.rs.gov.br/obra-da-cadeia-publica-de-porto-alegre-atinge-98-de-execucao. Acesso em 06 jun 2026.

Fotografia 17 – Vista interna das novas galerias



Fonte: Acervo pessoal do autor

Fotografia 18 – Vista interna do parlatório



Fonte: Acervo pessoal do autor

Fotografia 19 – Vista externa da nova fachada em finalização



Fonte: Acervo pessoal do autor

Fotografia 20 – Vista do banheiro das novas celas



Fonte: Acervo pessoal do autor

Fotografia 21 – Vista externa da nova fachada em finalização



Fonte: Acervo pessoal do autor